



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DA AMAZÔNIA



BRUNO DE SOUZA SILVA

VIVERES DE MARANHENSES NO PARÁ:
MIGRAÇÃO, TERRA, TRABALHO E CONFLITO NO VALE DO ACARÁ
(DÉCADAS DE 1960-90)

Belém – Pará
2018

BRUNO DE SOUZA SILVA

**VIVERES DE MARANHENSES NO PARÁ:
MIGRAÇÃO, TERRA, TRABALHO E CONFLITO NO VALE DO ACARÁ
(DÉCADAS DE 1960-90)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência para obtenção do título do Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

Belém-Pará

2018

BRUNO DE SOUZA SILVA

**VIVERES DE MARANHENSES NO PARÁ:
MIGRAÇÃO, TERRA, TRABALHO E CONFLITO NO VALE DO ACARÁ
(DÉCADAS DE 1960-90)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, como exigência para obtenção do título do Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Profº. Drº. Francivaldo Alves Nunes

Dissertação defendida em: 19 de fevereiro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº. Francivaldo Alves Nunes - Orientador - PPGHIST/UFPA

Profª Drª. Edilza Joana Oliveira Fontes - Avaliadora Interna - PPGHIST/UFPA

Profº Drº. Daniel Souza Barroso - Avaliador Interno - EA/UFPA

BELÉM-PA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor(a)

S586v Silva, Bruno de Souza

Víveres de maranhenses no Pará: migração, terra, trabalho e conflito no vale do Acará (décadas de 1960-1990) / Bruno de Souza Silva. - 2018.

143 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História (PPGH), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes

1. Maranhenses . 2. Migração . 3. Colonização . 4. Vale do Acará . 5. Tomé-Açu . I. Nunes , Francivaldo Alves, orient. II. Título

CDD 981.15

Aos meus pais, Bernardo Soares da Silva e Maria da Conceição de Souza Silva, aos meus irmãos em especial a minha segunda mãe, Andrea Silva Araújo, meus sobrinhos, meus amigos, em nome do meu amigo e orientador Francivaldo Alves, esses são os reflexos divinos na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Nos caminhos temos inúmeras dificuldades, muitas vezes fraquejamos, mas com auxílio daqueles que amamos nos reanimamos e seguimos. Agradeço aos meus pais Bernardo Soares da Silva e Maria da Conceição de Souza Silva que nesse período deram incentivos e ações de conforto me fortalecendo diariamente. Aos meus irmãos, que serviram de exemplo para que eu pudesse espelhar, em especial a minha irmã e segunda Mãe, Andrea Silva Araújo, que durante certo período me deu teto, conselhos e broncas.

Ao meu amigo e orientador Professor Doutor Francivaldo Alves Nunes, pela sua disposição aparentemente inesgotável em ajudar, pelas suas orientações e conselhos, sou muito grato e consciente de que não estaria concluindo um mestrado em uma instituição pública renomada como a Universidade Federal do Pará, se não fosse pela intervenção deste amigo. Um homem que inspira a todos pela sua história.

A professora Doutora Edilza Joana de Oliveira Fontes, pelas suas orientações, contribuições, pelos conhecimentos que comigo compartilhou com tanta generosidade, sou muito grato em poder dizer que em minha trajetória cruzou em meus caminhos uma mulher como Edilza Fontes.

Não poderia deixar de demonstrar gratidão pelo incentivo dado à pesquisa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), esse incentivo me permitiu segurança durante os dois anos de mestrado.

Aos Professores do PPHIST Programa de Pós-Graduação em História da Social da Amazônia, pela oportunidade que tive de ouvir suas orientações ao longo das disciplinas, extremamente grato pelas contribuições que deram a pesquisa.

Aos meus colegas de curso, em especial a Mayara Mendonça, Ronaldo Carneiro e Thaylana Cordeiro, esses certamente levarei com carinho na memória, foi com eles que compartilhei alegrias, refeições e aflições.

A minha cidade Tomé-Açu, em especial a região do Canindé, Forquilha, ao povo trabalhador que construiu a riqueza econômica e cultural. Região a qual fico lisonjeado em fazer parte. Foi em Tomé-Açu que tive a oportunidade de conhecer pessoas compromissadas e solícitas como minha amiga Cleonice Fernandes.

Todos esses fatos, agradecimentos e momentos, só foram possíveis, pois Deus concedeu a mim a vida. Agradeço muito.

[...] Aprende que as circunstâncias e os ambientes têm influência sobre nós, mas nós somos responsáveis por nós mesmos. Começa a aprender que não se deve comparar com os outros, mas com o melhor que pode ser. Descobre que se leva muito tempo para se tornar a pessoa que se quer ser, e que o tempo é curto. Aprende que não importa onde já chegou, mas onde está indo[...] (Fragmento do poema “Um Dia Você Aprende”, de William Shakespeare)

LISTAS DE IMAGENS E GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| MAPA 01: Tomé-Açu- PA | 15 |
| IMAGEM 01: Mapa da região do Parnaíba-Maranhão..... | 31 |
| IMAGEM 02: Residência de Maranhenses migrantes - Santa Quitéria-MA. 2014..... | 36 |
| IMAGEM 03: Manoel Silva Costa (1982)..... | 49 |
| IMAGEM 04: Anúncio de voos semanais. Norte e Nordeste | 40 |
| GRÁFICO 01: População de Tomé-Açu por origem dos sujeitos – 1971..... | 56 |
| IMAGEM 05: Desfile de maquinários em Tomé-Açu, 1960 | 60 |
| IMAGEM 06: Trapiche municipal de Tomé-Açu..... | 62 |
| IMAGEM 07: Colheita de Pimenta do reino – Tomé-Açu. 1960 | 71 |
| IMAGEM 08: Escola Municipal de Ipitanga, 1967 | 73 |
| IMAGEM 09: Derrubada de árvore em Tomé-Açu Pará (1963) | 78 |
| IMAGEM 10: “Larápios”. Suspeitos de roubo em Tomé-Açu. 1962 | 90 |
| IMAGEM 11: Lotes de Japoneses em Tomé-Açu no Vale do Acará | 93 |
| IMAGEM 12: Hospital Água Branca em Tomé-Açu no vale do Acará. 1961 | 96 |
| IMAGEM 13: Prédios municipais (1962)..... | 104 |
| IMAGEM 14: Porto Municipal de Tomé-Açu | 105 |
| IMAGEM 15: Canindé- Tomé-Açu-2017..... | 111 |
| IMAGEM 16: Boletim escolas de Andréa Silva – 1989 | 116 |
| IMAGEM 17: Turma de 1981 da Escola Jarbas Passarinho-Vila Água Azul..... | 117 |
| IMAGEM 18: Comprovante de custeio - José Josias Leite(1974) | 123 |
| IMAGEM 19: Ficha técnica da CEPLAC - propriedade de Bernardo R. de Souza (1983)..... | 125 |

| | |
|---|-----|
| IMAGEM 19: Ficha técnica da CEPLAC - Propriedade de Arnésio R. de Souza (1987) | 127 |
| GRÁFICO 02: Propriedade de Arnésio Rodrigues de Souza (1987)..... | 128 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPITULO I: O MARANHÃO E A LEI DE TERRAS DE 1969 | 28 |
| 1.1. A questão da terra e a saída de maranhense..... | 41 |
| 1.2. “O dia de ir” e a decisão de migrar | 47 |
| | |
| CAPITULO II: JAPONESES E MARANHENSES: O TRABALHO, REMUNERAÇÃO E CONFLITOS..... | 55 |
| 2.1. O trabalho e a remuneração nas lavouras de pimenta-do-reino em Tomé-Açu..... | 59 |
| 2.2. Entre conflitos e acomodações: a necessidade de terras como mediação..... | 84 |
| | |
| CAPITULO III: COLÔNIA DE CANINDÉ COMO ESTRATÉGIA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO..... | 99 |
| 3.1. A colonização como estratégia..... | 102 |
| 3.2. Os Maranhenses em Canindé..... | 119 |
| 3.3. Políticas de incentivo a agricultura em Canindé: custeios e financiamentos..... | 120 |
| | |
| CONCLUSÃO..... | 130 |
| | |
| RELAÇÃO DE FONTES | 134 |
| | |
| REFERENCIAS..... | 139 |

RESUMO

O texto presente se constitui de uma discursão sobre os fatos que envolvem a sociedade do vale do Acará a partir da década de 1960, analisando o processo de migração que fez da região do Alto Acará principal destino de maranhenses. Esses sujeitos foram os principais do Nordeste a ocupar parte das terras paraenses e se constituíram parte da sociedade em um processo de migração, trabalho e conflitos. O cenário maranhense do período de 1960, o contexto econômico e social do vale do Acará no Pará será evidenciado, assim como as ações dos sujeitos em misto de solidariedade e conflitos, também as articulações que permitiram o acesso desses sujeitos a terras de colonização na Amazônia.

Palavras chave: Maranhenses; Migração; Colonização; século XX.

ABSTRACT

The present text constitutes of a discussion about the factors that involve the society of Vale of Acará from the decade of 1960, analyzing the process of migration that made the region of high of Acará. The principal destiny of population from Maranhão. These people were the principal population from Northeast to occupy Pará's land and became part of society in migration process, work and conflicts. The scenery of people from Maranhão in the period of 60's, economic context and social of Vale of Acará in state of Pará will be pointed in this text and the people's action in a mix of solidarity and conflicts as well. Also the actions that allowed the access of this population to land of colonization in the Amazon Region.

Key words: Maranhenses; Migration; colonization; 20th century

INTRODUÇÃO

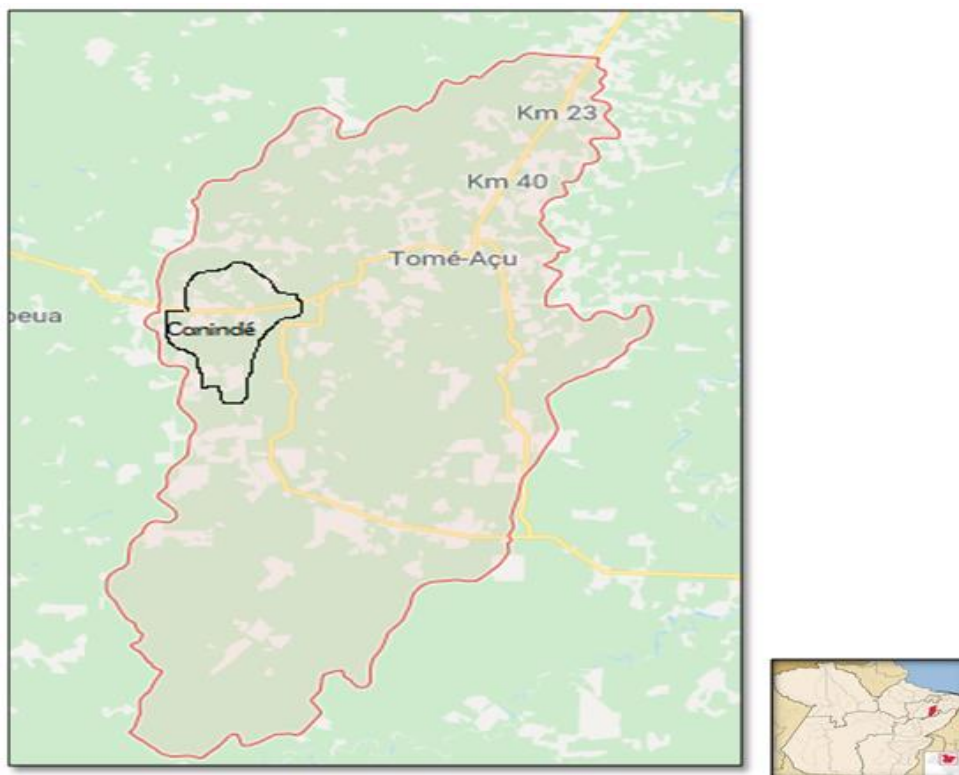
O vale do Acará, assim como a maioria das terras da região amazônica, apresenta uma sociedade composta por sujeitos de diferentes regiões do país. Ao longo do desenvolver da historiografia amazônica diversos pesquisadores se dedicaram a estudar os fenômenos sociais e econômicos que culminaram na ocupação da região de diversos modos. A região do vale do Acará se torna mais um exemplo da ocupação de sujeitos de outras regiões do Brasil e até de outros países. Nesse sentido, este trabalho visa contribuir com a historiografia que estuda as sociedades amazônicas. Para isso, compreender a ocupação de parte do vale do Acará por sujeitos nordestinos será importante para os estudos que envolvem sociedade, economia e ocupação, fomentando e dando volume a historiografia. O diferencial desta dissertação é a discussão de colonização nas décadas de 1960 e 1970 na Amazônia, sendo um dos primeiros trabalhos a evidenciar políticas de colonização nesse período.

A história social do vale do Acará é composta por fluxos migratórios e ciclos econômicos. A região, situada no nordeste do Pará, composta pelos municípios de Acará, Bujaru, Concórdia do Pará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu, é cortada pelo rio que á nomeia, o Acará. As águas do dito rio já foram navegadas por inúmeros sujeitos em diferentes contextos da história, carregando riquezas e sonhos, nativos, europeus, asiáticos e muitos outros fizeram do Pará e do vale do Acará terras de oportunidades. Destaca-se aqui aqueles que navegaram, trabalharam e agiram nas mesma terras anteriormente citadas, porém até então não haviam sido estudados, os maranhenses. Esses sujeitos migraram do Maranhão, trabalharam no Pará, enfrentaram conflitos e tiveram acesso a terras em meio à Amazônia.

Na região do Alto Acará, parte do vale do Acará no Pará, está situado o município de Tomé-açu, criado em 01 de setembro de 1959 durante o governo estadual de Luis Geolás de Moura Carvalho. O primeiro prefeito de Tomé-açu, Ney Carneiro Brasil, tinha o desafio de organizar as políticas sociais do novo município. Nas palavras de Akira Nagai, escritor local, “era necessário ocupar a região, pois somente parte das terras, nas proximidades do rio Acará-mirim, estavam ocupadas por plantações de pimenta-do-reino e por japoneses e acaraenses, o restante eram terras pouco habitadas.” Em estratégia política, Ney Carneiro Brasil teria doado terras a cearenses e pernambucanos na região leste de Tomé-açu, estes nomearam aquelas terras de Canindé. Durante a década de sessenta, a colônia de Canindé foi vagarosamente

ocupada por alguns nordestinos de diversos Estados. A intensificação da ocupação só se deu a partir de 1969, período onde uma leva de maranhenses, a maioria de origem da região do Baixo Parnaíba maranhense, passou a ocupar a colônia Canindé, tornando aquelas terras como um espaço de colonização e ocupação de maranhenses no vale do Acará na segunda metade do século XX.

MAPA 01 – Tomé-Açu-PA



Fonte: Acervo da E.M.E.F Francisco Portilho de Melo – 2015

Evidente que a história da ocupação de nordestinos não é algo novo na historiografia da Amazônia, mas se torna mais um exemplo da ocupação e migração destes sujeitos. O que se torna diferencial neste estudo é o fato da região do vale do Acará ser tratada pela historiografia quase que exclusivamente a partir da ocupação de japoneses, muitas vezes deixando de lado a participação de outros sujeitos, como os nordestinos e outros. Não temos como citar homogeneidade quando falamos de história, principalmente na Amazônia.

Como experiência de colonização e ocupação de nordestinos no vale do Acará, Canindé se torna o mais expressivo, devido à quantidade de moradores e a organização social e econômica. São dezenas de famílias de maranhense que deixaram a mesma

região (Baixo Parnaíba) e passaram a residir em Canindé. Como dito, quando o vale do Acará é citado historicamente no século XX, logo se remetem aos japoneses, a sua contribuição econômica e a criação da colônia agrícola estadual, que deu origem a Tomé-açu. Porém este trabalho busca enfatizar a participação de migrantes maranhenses na história do vale do Acará, desde a migração até o momento em que tiveram acesso a terras e se tornaram colonos na colônia municipal de Canindé em Tomé-açu.

O processo de migração de maranhenses e as formas de ocupação da terra que configuraram o espaço de colonização no vale do rio Acará, resultantes desse processo de deslocamento populacional é objeto desta pesquisa. Associada a esta questão busca-se compreender qual motivação criou uma dinâmica migratória, levando em consideração os fatores condicionantes de atração e repulsão que fomentam este movimento. A percepção sobre o Pará, o processo de implantação de vilas e povoados, os roçados e a criação de animais, as ações em busca de regularização fundiária e os conflitos em torno do acesso e permanências em áreas de colonização constituem ainda como objetos de análise.

Algumas questões necessitam de respostas para que uma compreensão mais ampla da ocupação de parte do vale do Acará por maranhenses seja próxima de algo concreto. Iniciando pelos fatores que desenvolveram o desejo de deixar suas terras de origem, Maranhão, e buscarem em outros espaços um modo diferente de viver. Quais fatores atraíram até Tomé-açu, estes maranhenses. Além de explicar os fatores mantenedores destes sujeitos nas terras paraenses. Nessas indagações, surgiu a necessidade de leituras cruciais para sustentar metodológico e teoricamente as possibilidades do trabalho.

Assim no primeiro momento compreender o cenário maranhense é essencial, pois servirá para entender parte da motivação de muitos migrantes que largaram sua região no Maranhão e passaram a residir em outros locais. Este trabalho busca contar parte da história de homens e mulheres maranhenses, que em seus anseios, deixaram seu Estado de origem, Maranhão, e buscaram em outro espaço reconstituir suas vidas por diferentes motivos. Estes, fizeram história no interior do Pará ao ocuparem terras no recém-criado município de Tomé-açu, fundado em 01 de setembro de 1959. No mais novo município do vale do Acará, os maranhenses obtiveram com muitas lutas e dificuldades, terras e reproduziram suas vivências, fizeram do uso da terra um meio para

melhorarem suas condições vidas, travando disputas, conflitos, desempenhando trabalhos e contando com solidariedade dos que já ocupavam parte da região. Com isso, constituíram um espaço que posteriormente ficou conhecido como Colônia de Canindé, marco da ocupação nordestina do vale o Acará, no século XX. Assim, neste espaço do texto, as experiências, a decisão de migrar e os fatores que atraíram os migrantes, serão remontados, fazendo uso da história oral e de fontes imagéticas. Destarte, com o uso da memória de sujeitos, relativo à vida que levaram em terras maranhenses, neste primeiro momento, poderá ser criada uma ideia sobre os fatores que contribuíram para a decisão em migrar, assim como também conhecer parte da realidade maranhense do período discutido, de 1960 a 1980. Os trabalhadores do campo aqui são os maranhenses que atualmente ocupam o vale do Acará no Pará, no município de Tomé-Açu. Construíram uma história de homens rurais. Muitos sujeitos foram ouvidos e suas memórias serão aqui reproduzidas em texto na condição de fontes para este trabalho.

Os relatos orais se constituem uma das principais fontes para alcançar o que se objetiva. O que viveram homens e mulheres maranhenses, sujeitos deste trabalho, e como estes selecionam e contam os fatos, interessa ao campo historiográfico, partindo do princípio de que “é preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem (THOMPSON, 1992, p.17) Por vezes é questionado o alcance que os registros orais podem ter. Alberti (1989) advertiu, que

A história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p.4).

Porém a memória quando trabalhada, pode se tornar uma fonte histórica, e assim quando usada para tal fim, se constitui de credibilidade, porém com um toque do próprio sujeito. A diferença é que a memória é uma fonte onde o historiador interfere, a cria e a dispõe a sociedade. A partir disso, a memória como fonte oral, escrita, ou gravada se torna um objeto de estudo com um longo alcance de tempo. Outros estudiosos podem utilizar desta fonte para estudos posteriores. A fonte oral tem a mesma potencialidade que outras fontes, equiparando-se as fontes documentais ou imagéticas em sua credibilidade.

Nesse sentido, será feito uso das memórias dos sujeitos que emprestaram sua história. A maioria dos entrevistados viveram o período discutido, pois se trata de um estudo do tempo presente, uma história recente. Assim, fazendo uso da história oral, e dos teóricos que trataram do espaço e período discutido, foi possível criar uma ideia a cerca dos objetivos e indagações propostos aqui. Quando um sujeito conta um fato, ele envolve outros sujeitos, sua memória parte de vivências coletivas, assim este narra experiências de muitos. Como trataremos de sujeitos de origem nordestina, que narraram suas vivências é necessário o cuidado metodológico em relação aos depoimentos, muitos carregados de emoções, de memórias, de ideologias, muitas vezes selecionadas para ocultar fatos, ou mesmo para expor. Podemos então dizer que

A História Oral produz narrativas orais, que são narrativas de memória. Essas, por sua vez, são narrativas de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade. Nesse sentido, “a dependência da memória, em vez de outros textos, é o que define e diferencia a história oral em relação a outros ramos da História”. (FENTRESS; WICKHAM, 1992 apud ERRANTE, 2000, p.142).

A citação expressa que a forma que os indivíduos vão contar sua história, ao narrarem, é uma questão de identidade, pois é o modo que o sujeito se enxerga, como ele analisa a sociedade onde está inserido, como ele se reconhece. Antoinette Errante (2000) em seu artigo intitulado *Mas afinal, a memória é de quem, histórias orais e modos de lembrar e contar* faz referências á indagações relativas à identidade a qual o narrador se encaixa. O artigo passa a ver as questões de história oral um importante meio de análise do passado. A autora considera os depoimentos seletivos, enfatizando que a seleção é feita levando em consideração diversos critérios, e os pressupostos de que o individuo faz parte de um grupo social.

Assim, estaremos trabalhando com a oralidade como fonte na perspectiva de que a memória humana e sua capacidade de rememorar o passado assumem uma posição de testemunha do vivido. Nesse caso, compreendemos a memória como a presença do passado, como uma construção de fragmentos representativos desse mesmo passado, parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Com uso das fontes orais e de outros recursos, o Maranhão será analisado, pensado como espaço de partida para sujeitos que passaram aqui a serem chamados de migrantes.

Ao desenvolver dos trabalhos históricos e sociais o conceito *Migração* se tornou um termo bastante usado por historiadores e pelas ciências sociais, por ser um

fenômeno comum ao longo da história. *Migração* na reflexão de Jerônimo de Oliveira Muniz (2002, p.03) é “o movimento e a realocação de pessoas de uma região para outra”. Sendo associada, assim, ao movimento no sentido de se dispor a deixar à estrutura que em muitos casos estaria pronta, para arriscar construir um novo modo de organização. Em muitos casos, a perspectiva é de melhoria. Para o caso dos maranhenses que migraram ao Pará trata-se de um fenômeno de organização, no sentido da adaptação do indivíduo na nova área ocupada, levando em consideração os resultados que tendem a fixação do sujeito na nova cultura que este se propôs a se restabelecer. No caso, os indivíduos deixam a região de origem para partir na tentativa de construção de uma vida nova, em um território novo.

Celso Amorin Salim (1992, p.12) analisa o fenômeno da *migração* não se restringindo ao fator etimológico do termo, referindo-se a origem e significado da palavra, mas, as suas especificidades. Para este autor, *migração* trata-se de um fenômeno complexo, e de essência social, sendo que a determinação que desencadeia e possibilita migrar, são diversas. Nesse sentido, expõe a heterogeneidade do processo migratório, que não pode ser entendido como igual, há diferenças que distinguem o contexto do processo social. Em outros termos, a migração não pode ser entendida como algo homogêneo, sendo que se trata de grupos sociais, que podem ter percepções sobre as vantagens da possibilidade de mudança territorial comum, mas raramente igual. Em outras palavras, a mudança pode ser de forma parecida, mas, as consequências e adaptação, irá as diferenciar. Neste aspecto, analisar as experiências de migração maranhense ao Pará é compreender diferenças e similitudes que aproximam ou distanciam estes indivíduos, o que pode explicar as relações de conflitos e de solidariedades que envolvem estas pessoas.

Alguns autores acreditam que na maioria das causas as migrações sejam justificadas por problemas econômicos ou crises climáticas. Hasenbalg (1991, p.04) quando trabalhou as motivações de migrações internas no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, sugere que as questões que deram motivação ao aumento dos índices de migrações estavam ligadas a crise que o país passou a enfrentar nesse período. Assim também como fomentou a ideia que a escassez pode ser um fator importante para o fenômeno migratório.

Rafael Bezerra Gaspar (2008, p.03) se tornou neste trabalho um dos principais autores para compreender o processo que destituiu os maranhenses ainda no Maranhão de terem acesso a terras quando explicou que houve um fenômeno de constituição de

um mercado de terras no Maranhão, em uma referência à chamada Lei de Terras nº 2.979, de 17 de julho de 1969, criada por iniciativa do então Governador do Estado, José Sarney. Esta legislação determinava que as terras devolutas, existentes em grande porção do território estadual e ocupadas, na maioria, por camponeses e pequenos produtores rurais e extrativistas, passariam a ser vendidas, constituindo um mercado formal de terras, favorecendo a grandes e médios empreendimentos agropecuários. Estes e outros mais trabalhos iluminaram os aparentes motivos que fizeram parte da população rural maranhense deixar o Estado.

Quando buscamos compreender os motivos do vale do Acará, especificadamente Tomé-açu ter sido a região de destino dos migrantes maranhenses, os estudos de Edilza Fontes, Rogério Malheiros e Thiago de Mesquita (2012) contribuem, pois expõe a Amazônia como terras de investimento de capital e para alocação de mão de obra de outras regiões do país. Correspondia, portanto, a um espaço planejado pelos militares para o povoamento, daí a necessidade de se incentivar a colonização e imigração. Estas reflexões também foram, em parte, apontadas pelos estudos de Pere Petit (2003). Nesse sentido, a iniciativa do governo municipal em Tomé-açu de incentivar a ocupação naquele município, era um reflexo, exemplo, do que vinha acontecendo na região Amazônica.

Quanto à região do vale do Acará no século XX, só passou a ganhar visibilidade a partir do desenvolvimento de atividades agrícolas de relevância no cenário econômico do país, principalmente as plantações de pimenta-do-reino. Este fenômeno se observava com maior ênfase no recém-criado município de Tomé-Açu. Conforme destacava Akira Nagai (2014), este município exportava pimenta-do-reino em grande quantidade, experiência também desempenhada em Acará e Tailândia, Moju e parte de Bujaru. Outros estudos também enfatizam o destaque de Tomé-açu quanto à agricultura da pimenta-do-reino, dentre os principais trabalhos da historiografia regional que nortearam o trabalho, destacam-se os autores Thirzia Trindade (2016), Ryane Silva (2016), Gerhard Hubert Hermann Flohrschutz (1983), Tatsuo Ishizu (2005), Tatiane Santarém (2016), todos em seus trabalhos demonstram Tomé-açu como município de significativa representação econômica em função da agricultura.

Outros textos merecem destaque para nortear outras relações e conceitos que se farão necessários no decorrer dissertativo. O trabalho de Armando Júnior e Leonardo

Leandro (2008), que ao escreverem sobre a região do vale do Acará, informam que houve uma colonização de imigrantes japoneses, resultando na expansão da produção agrícola, no povoamento e na consolidação de valores que expressam os costumes orientais. Atestando que em muitos trabalhos historiográficos os nordestinos e paraenses são despercebidos. Fatores que também enfatizam a necessidade de outros estudos que mostrem uma realidade que vai além da conhecida ocupação japonesa.

Para dar vestes científicas ao trabalho, o uso de conceitos se faz fundamental, Jerônimo de Oliveira Muniz (2002), trata do conceito de migração “como o movimento e a realocação de pessoas de uma região para outra”. Está associada, assim, ao movimento no sentido de se dispor a deixar à estrutura que em muitos casos estaria pronta, para arriscar construir um novo modo de organização.

O conceito de *colonização* é tratado nesta pesquisa como processo de ocupação de uma área, realizado por indivíduos oriundos de outras regiões e comumente chamados de colonos. No caso, trata-se de um fenômeno marcado pela apropriação privada do uso do solo e ao surgimento do trabalho livre (CASTRO, 2002, p. 41). Isto significa compartilhar com a concepção de que o ato de *colonizar* está revestido não apenas da ideia de ocupação, mas também de domínio sobre as terras e as populações.

A compreensão e a apropriação que os colonos farão dos sistemas normativos nos quais estão inseridos serão elementos fundamentais para a definição das práticas e estratégias de sobrevivência dos maranhenses em terras do Pará. Aqui utilizamos as reflexões de Edward Thompson (1998, p.17) sobre cultura popular, “não situada dentro do ambiente dos significados, atitudes, valores, mas localizado dentro de um equilíbrio particular das relações sociais”. O processo de implantação e consolidação das áreas de colonização reflete, portanto, a relação entre as legislações pensadas para administrar esse espaço e modos de vida dos migrantes, constituindo “um conjunto complexo ao mesmo tempo de receitas técnicas e de costumes” (BLOCH, 2001, p.135).

Outro conceito fundamental, para trabalhar a aceitação dos migrantes como colonos, e donos de terras no Pará, é o “direito de propriedade” no caso, consideramos estes direitos como “socialmente reconhecidos a uma pessoa de realizar ações com um recurso, de extrair rendimentos dele e de autorizar ou proibir a terceiros o seu uso” (SANTOS, 2012, p.282). Ou seja, quando os moradores aceitam o vizinho, ou novo morador como dono das terras, com direitos a agir sobre ela.

Podemos estimar que no final da pesquisa teremos a percepção sobre as indagações do projeto. Compreenderemos os motivos de dezenas de migrantes da região do Baixo Parnaíba no Maranhão, ligados a atividades rurais, terem deixado seu Estado de origem e migrado para o interior do Pará. Assim como, conhecer os fatores que nesse processo de migração, conflito e trabalho, tornaram possível que estes sujeitos conseguissem ter acesso a terras em uma colônia municipal, chamada de Canindé. Ao final, o trabalho passará a constituir uma demonstração da historiografia do vale do Acará, servindo também para a compreensão de fatores relacionados à constituição social da região, da presença nordestina, sobremaneira maranhense e por último, na influencia cultura e econômica que estes migrantes representaram para a região.

O que me motivou a pesquisar os “viveres de maranhenses no Pará” partir da década de 1960 foram os fatos que vivenciei durante minha convivência com maranhenses ainda quando era criança. Percebi que eram numerosos os nordestinos em Canindé, que muitos se conheciam desde o Maranhão e se relacionavam com familiaridade nas terras paraenses. Quando fiz graduação em história, verifiquei que a historiografia sobre Tomé-Açu ainda não havia tratado de outros povos como parte da composição social da região, sendo os japoneses os mais citados. A partir desses fatores procurei compreender o que havia motivado os maranhenses a deixar o Maranhão, procurando ainda entender o fato de Canindé ter sido escolhido como terras comuns de destino desses maranhenses.

O primeiro capítulo, intitulado **O MARANHÃO E A LEI DE TERRAS DE 1969**, busca trabalhar entre as bibliografias e história oral, imagens e jornais, para chegar ao objetivo inicial de compreender os motivos que fizeram os maranhenses deixarem o Estado do Maranhão se tornando migrantes rumo ao vale do Acará. As experiências dos maranhenses em terras do Maranhão, as dificuldades e as legislações ligadas às terras, que fizeram muitos pequenos produtores a perderem suas terras por volta de 1969. O capítulo propõe esclarecer o contexto social e econômico do Maranhão, assim como compreender o processo de migração vivenciado por maranhenses, buscando explicar as motivações para o fato ocorrido, em uma análise do cenário político que envolvia o Estado do Maranhão quanto ao uso da terra. Ao mesmo tempo em que trata dos fatores que atraíram os migrantes a rumarem ao vale do Acará no Pará. Importante perceber como se dava o contexto do Estado do Maranhão na década que antecede a migração de maranhenses ao Pará. Entender como estavam às

questões sociais e econômicas do Maranhão possibilitará a compreensão dos fatores que motivaram a saída de maranhenses do seu Estado. A principal fonte será as bibliografias, considerando o que a história e ciências sociais dizem sobre a situação maranhense desse período.

O primeiro tópico do capítulo foi nomeado **A questão da terra e a saída de maranhenses**, expõe os motivos que possibilitaram ou forçaram os sujeitos a deixarem o Maranhão. Em 1969, a estrutura fundiária do Maranhão sofreu um processo de alteração devido à legislação de terras, lei 2.979. O então governador José Sarney buscou desenvolver políticas capitalistas em sua gestão, visando apoio dos grandes empresários. A nova legislação permitia que as terras de posseiros fossem consideradas desocupadas, o Estado entendia que por não terem documentos que comprovassem a posse de terras, estas estariam desocupadas, assim as terras foram postas em comércio para venda. Nesse sentido, os posseiros e extrativistas foram atingidos pela privatização de terras, muitas vezes impossibilitando a permanência destes naquelas terras. A legislação passa a ser a principal forma de análise dessa etapa do trabalho. Como se trata de uma população predominantemente rural, e um dos objetivos do projeto inicial da dissertação é compreender a representação criada pelos sujeitos em torno das terras, este tópico já evidenciará parte desta pretensão, trabalhando a questão da representação, percebida nos relatos dos sujeitos.

O tópico final, nomeado **O dia de ir e a decisão de migrar**, narrará através da experiência dos migrantes os fatores que influenciaram a saída destes do seu Estado de origem, levando em consideração os fatores de atração e repulsão que são utilizados em pesquisas relativas à migração. A decisão de migrar e os fatores que influenciaram esta decisão serão tratados, de maneira a esclarecer os principais aspectos. A história oral será a principal forma de analisar este tópico. Assim também, os fatores de atração e o imaginário dos migrantes em relação ao destino. O imaginário dos migrantes em torno da região do vale do Acará, ilustrando a viagem, a saída da região de origem em direção ao novo.

No Capítulo II, intitulado **JAPONESES E MARANHENSES: O TRABALHO, REMUNERAÇÃO E CONFLITOS**, como o título sugere, as relações entre trabalhador e empregador serão evidenciadas, haja vista que uma significativa parte dos migrantes maranhenses que passaram a residir em Tomé-açu na década de sessenta, serviram de mão de obra em plantações de pimenta-do-reino de japoneses que

já ocupavam a região antes mesmo de ser município, quando ainda era vinculada e administrada por Acará. Neste capítulo procuraremos estabelecer um diálogo na busca de entender a trajetória travada pelos sujeitos no início de suas atividades em solo de Tomé-açu, verificando qual tipo de trabalho desenvolvido pelos maranhenses e sua relação com japoneses, verificando se houveram conflitos, os tipos de trabalho a remuneração. Novamente a história oral será uma das formas metodológicas mais usadas, porém, usaremos outras fontes, imagéticas, fotografias e comprovantes de pagamentos. Usaremos também os arquivos de polícia, denúncias, relacionados a conflitos. Buscaremos nas indagações, compreender como em toda a trajetória, os sujeitos de origem estadual maranhenses conseguiram acesso a terras em solo de Tomé-açu, assim, o trabalho e a relação dos maranhenses em terras de japoneses é analisado para verificar se foi um fator determinante para a tentativa de acesso a terras e para o posterior acesso.

A literatura local servirá como base para compreender partes dos objetivos deste tópico. Nele, verificaremos como aparece a relação de japoneses com os maranhenses nas lavouras e na sociedade, procurando rastrear se houveram conflitos, entre os grupos. Se mesmo após muitos maranhenses conseguirem terras, se mantiveram contatos com os japoneses, e que tipo de contato mantiveram. Todos os fatores buscam explicar os conflitos sociais dentro do espaço e tempo discutido e que envolveram o processo de ocupação e uso da terra, assim como os desdobramentos destas relações, principalmente quanto a constituição de posses e propriedades.

No tópico **O trabalho e a remuneração nas lavouras de pimenta-do-reino em Tomé-Açu**, tratará de fatos referentes à impressão dos migrantes sobre vale do Acará. Levando em consideração a realidade relativamente nova encarada pelos migrantes maranhenses. Assim também, como será tratado dos percursos enfrentados pelos migrantes em solo paraense, as ocupações a qual se dedicaram ao chegarem á Tomé-açu. Compreendendo assim, como os imigrantes se sentiram nas novas terras. Akira Nagai (2015), diz que os nordestinos fizeram parte da mão de obra usada nas plantações de pimenta-do-reino em Tomé-açu, porém, estes não demoraram nas funções, pois logo buscavam terras próprias, foi nessa busca que ocuparam o Canindé em Tomé-açu. Com essa discussão, surge a possibilidade de compreensão do processo de deslocamento de populações do Maranhão, considerando não apenas o traçado de rotas e caminhos percorridos, mas as relações sociais de solidariedade e companheirismo estabelecidas neste momento.

No tópico **Entre conflitos e acomodações: a necessidade de terras como mediação**, serão trabalhados os fatos envoltos as relações conflituosas entre os japoneses, donos de plantações de pimenta-do-reino e os maranhenses, que serviram de mão de obra nas colheitas. Pois, nas relações de trabalho, houveram momentos de pagamentos de serviços prestados, de acerto de contas, ou mesmo relações afetivas que geraram brigas e crimes. Akira Nagai, (2015), relata que os nordestinos em sua maioria não permaneciam por muito tempo nas lavouras de japoneses, pois queriam terras para fazerem seus próprios cultivos, por vezes geravam conflitos entre nordestinos e japoneses. Os cametaenses mantiveram uma relação menos ambiciosa com os japoneses do que os sujeitos do nordeste, pois muitos cametaenses tinham terras na região do baixo Tocantins, sua ida para Tomé-açu era em busca de trabalhos temporários em épocas de colheita da pimenta-do-reino, assim não brigavam por terras, fato contrário aos desejos dos maranhenses. Um dos principais objetivos do tópico é analisar os conflitos sociais dentro do espaço e tempo discutido e que envolveram o processo de ocupação e uso da terra, assim como os desdobramentos destas relações, principalmente quanto a constituição de posses e propriedades.

O capítulo III, de título **COLÔNIA DE CANINDÉ COMO ESTRATÉGIA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO**, compreende o acesso a terra pelos maranhenses a partir da Colonização do leste de Tomé-Açu. O primeiro tópico **A colonização como estratégia**, busca refletir as ações dos políticos locais e pretensões em torno da distribuição de terras. Esse processo é visto como solução aos anseios dos migrantes nacionais e estratégia de controle das áreas do município por parte do governo municipal. Pois o município de Tomé-açu quando criado em 1959, ainda tinha áreas pouco povoadas, as terras que passaram a ser a atual região de Canindé tinham poucos moradores, alguns pernambucanos e cearenses, que conheciam algumas partes da área. Neste tópico o conceito mais utilizado será *colonização*, devido à criação de um espaço para a ocupação e reprodução de culturas agrárias dentro do espaço do município de Tomé-açu, Colônia essa “criada” pelo prefeito municipal em exercício no período da década de sessenta, Ney Carneiro Brasil. Neste tópico foram usados os arquivos da câmara municipal de Tomé-açu, para verificar como se deu a discussão no legislativo municipal em torno da concessão de terras a homens estranhos á região. Também buscando perceber, se foi uma estratégia de controle por parte do governo.

Trata-se, portanto, de se entender *colonização* no sentido de ocupação territorial, combinado com a ideia de desenvolvimento de uma atividade econômica e controle dos colonos. Aproximamos do entendimento de Raymundo Laranjeiras (1983, p.04) que define *colonização* como “programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organização pública, visando à colocação de famílias de agricultores e o desenvolvimento de atividades de auxílios, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais”. Esses interesses devem ser pensados relacionando-os com os valores e significados atribuídos aos e pelos colonos. Neste aspecto, a concepção de *colono* está associada à ideia de trabalhador com experiência na atividade agrícola. Pode ser usada para designar os migrantes maranhenses que ocuparam as terras do vale do Acará. Nesse sentido, trabalhamos na perspectiva de que as ações desses indivíduos no interior destes espaços de colonização não devem ser pensadas de forma isolada da legislação criada em torno dos programas de colonização, mas se constitui em oposição, ou não, aos limites impostos pelas autoridades, dependendo dos interesses de cada grupo.

A Colônia de Canindé, seria a única experiência colonizadora feita por parte do governo municipal de Tomé-açu, pois as experiências anteriores de colonização, no espaço do atual Tomé-açu, ocorreram quando Tomé-açu ainda fazia parte de Acará. Ainda nesse tópico, discutiremos, a questão da terra, analisando se a criação da Colônia foi um fator preponderante para que os maranhenses tivessem acesso á terras próprias.

No tópico, **Maranhenses em Canindé**, O conceito de direito de propriedade servirá para compreendermos as relações dos maranhenses em suas terras com os que os cercam, vizinhos, buscando compreender o que estas terras que os migrantes, que neste momento já serão colonos, representam, como os colonos maranhenses se relacionavam com os sujeitos que já ocupavam a colônia, se voltaram em seu Estado de origem para buscar parentes, se reproduziram culturas adquiridas em suas experiências tanto no Maranhão ou mesmo em Tomé-açu com os que já ocupavam.

Finalizando, o tópico **Políticas de incentivo a agricultura em Canindé: custeios e financiamentos**, expõe como os colonos lidaram com as plantações e com órgãos ligados ao governo, como instituições financeiras e de pesquisas e fomento, fatores que fizeram parte dos viveres de maranhenses em terras do vale do Acará. Aqui, a ideia de aceitação de colonos maranhenses como donos de propriedades rurais em

Tomé Açu, como anteriormente citado, amparado pelo conceito de direito de propriedade, que seriam direitos “socialmente reconhecidos a uma pessoa de realizar ações com um recurso, de extrair rendimentos dele e de autorizar ou proibir a terceiros o seu uso” (SANTOS, 2012, p. 282). Resulta em um conjunto de elementos relacionados com as formas diárias de ascender aos recursos, como o desenvolvimento de cultivos e ainda as interpretações que são construídas para legitimar este conjunto de relações e gerar consentimento em torno a elas (CONGOST, 2007, p.15). Isto implica a compreensão da propriedade nos espaços de colonização de migrantes maranhenses como resultado não apenas do consenso, da cultura e dos constrangimentos institucionais, mas também das relações de poder e das disputas sobre a legitimidade das apropriações (CONGOST e SANTOS, 2010, p.22). Por outro lado, a distribuição dos *direitos de propriedade* constitui um parâmetro fundamental de estratificação social das pessoas e dos grupos e de definição de identidades sociais (HANN, 1998, p.23), o que pode ser explicado na mudança de condição dos maranhenses que se deslocaram Pará, da posição de migrantes para colonos e posteriormente proprietários.

É nossa hipótese diretora que a instituição dos *direitos de propriedade* nos espaços de colonização, a exemplo do vale do Acará, está associada à busca do exercício de dominação e do controle social e territorial pelo Estado colonizador. Essa dominação é exercida pela inculcação de valores através da atividade agrícola, o que significa pensar a constituição da propriedade como elemento regulador, disciplinador das relações das pessoas entre si e com o espaço. Por outro, o Estado se apresenta como instituição protetora dos *direitos de propriedade*, uma vez que cria legislação para estes espaços, sendo os agentes públicos responsáveis pela sua implantação.

Em todos os capítulos da dissertação, buscaremos expor trajetórias e lutas que tornaram possível que sujeitos de outros Estados do Brasil, principalmente Maranhão, se tornassem donos de terras em Tomé-açu, vale do Acará, e que fossem reconhecidos pelo Estado, pela sociedade e por diversas instituições privadas, como donos das terras que habitam. Sendo que a partir de seus acessos a terras em Canindé, puderam reproduzir suas vivências e experiências, sendo sujeitos importantes em vários aspectos para o desenvolvimento de Tomé-açu. Nesse sentido, também incluiremos a historiografia sobre Tomé-açu, outros sujeitos, que por vezes são deixados de lado pelas ciências sociais. Não é uma revolução historiografia na escrita da história que concerne Tomé-açu, mas o início da inserção de uma das versões da composição social da região.

CAPITULO I: O MARANHÃO E A LEI DE TERRAS DE 1969

O Maranhão ocupa uma área de 333.365,6 km². Significa também que ocupa o montante de 33.336.560 hectares do país, sendo o oitavo Estado da Federação em extensão territorial e o segundo da região Nordeste (PEDROSA, 1998, p. 04). Apesar da dimensão territorial significativamente extensa, o Maranhão possui um número pequeno de sujeitos que detém a maioria das terras, fato que provocou inúmeros conflitos e ações de violência no campo. A maioria dos maranhenses vivem na zona Rural (2.511.008 - 51,08%) sendo constituída por posseiros (cerca de 200 mil).¹

Por volta de 1973, cerca de 52,6% da população maranhense sobrevivia através de trabalhos ligados a agricultura e pecuária, sendo a terra o principal meio para o desenvolvimento dessas atividades. Portanto, uma grande parte da população maranhense dependia da terra para desenvolver atividades que lhe proporcionasse condições de vida.

A apropriação de terras maranhenses na região do Baixo Parnaíba se deu ainda durante a vigência do regime escravista, os posseiros eram em maioria descendentes de africanos escravizados e indígenas. A permanência nas terras se deu através de conflitos, enfrentando violências, a expansão agrícola, projetos de monocultura. Muitos, na impossibilidade de permanecer seguiram para outras regiões do Brasil na condição de migrantes, buscando melhorias e fugindo de mazelas. Nesse contexto, um expressivo número de maranhenses deixou seu Estado e rumaram ao vale do Acará no Pará, especificamente ao município de Tomé-Açu.

A partir de 1960 e 1970 o número de maranhenses que chegou a Tomé-açu no cresceu significativamente. Estima-se que chegaram á 348 sujeitos só no início da década 1970. A partir desses fatos, surge a necessidade de compreender a formação social desse espaço da Amazônia, para isso será necessário entender a motivação para o aumento do número de maranhenses que deixaram o Maranhão e migraram para o vale do Acará. Sendo que no mesmo período não houve aumento de migrantes de outras origens chegando a Tomé-Açu. Nesse sentido, partindo das teorias que estudam migração, o fator de repulsão pode ter sido mais forte do que o de atração, haja vista que nos oito primeiros anos em que havia disponibilidades de trabalhos e terras gratuitas ou a baixo custo em Tomé-açu não houve procura expressiva por parte dos maranhenses. Para Tanya Barcellos (1995), as migrações aparecem, implicitamente, como elementos

¹- Dados do IBGE/1996. IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Estimativa 1996. Disponível em: Acesso: 06 jan. 2017.

com potencial "harmonizador" das desigualdades entre áreas geográficas. Nesse sentido, ao concordar com o ponto de vista de Tanya Barcellos, e se apossando do discurso da migração como "harmonizador", a migração de maranhenses ao vale do Acará é uma migração rural para outro meio rural, não representava uma mudança social diferenciada, não teriam perspectivas econômicas, na verdade seria sair de uma realidade de problemas econômicos para outra não tão diferente, porém uma região menos habitada, com possibilidades de servirem como força de trabalho ou mesmo de ter posses de terras.

Existe algo que difere o caso da migração de maranhenses ao vale do Acará em Tomé-açu, pois, diferente do que vinha ocorrendo no Brasil no período discutido, uma migração campo cidade, a de maranhenses para Tomé-açu é do meio rural para outro espaço com características também rurais, para uma região que vinham crescendo em função de sua extensa área cultivável.

No caso dos sujeitos desta pesquisa, (maranhenses), vários fatores podem ser considerados para explicar os motivos que os fizeram migrar. E muitos trazem a justificativa da falta de oportunidades de trabalho em terras do Maranhão como um dos motivos que os fizeram deixar o Estado. Bernardo Rodrigues de Sousa, um dos primeiros maranhenses a chegar a Tomé-açu, este já falecido, nas palavras de seu filho, Dugés Crispim de Sousa, seria um exemplo de migrante que fugia da escassez e falta de trabalho. Esses fatos não dizem que faltavam trabalhos, ou que não existiam oportunidades, mas era uma região que passava por dificuldades, por ser uma área rural que vivia quase que totalmente do extrativismo e da agricultura de subsistência. Para Salviana Sousa (2011), as estatísticas oficiais revelam que, entre as décadas de 1960 e 1990 a população Maranhense vivia predominantemente no meio rural, em extrema pobreza. O fato da população maranhense em 1960 ocupar principalmente as áreas rurais expõe que as terras tinham uma representação muito grande para a população daquele estado, pois se configuravam como meio de sobrevivência. Haja vista que não havia grande oferta de trabalhos em outros ramos que não fossem na agricultura.

Segundo Andreia Santos (2004), em 1962 o Maranhão alcançava os níveis mais baixos de desenvolvimento. A população era em grande parte atingida pela pobreza e escassez de alimentos, fatos que mostram um cenário de lutas sociais pela sobrevivência. Seguindo o intuito de entender mais a fundo os motivos que levaram os maranhenses a migrar para o Vale do Acará na segunda metade do século XX, surge a necessidade de dar voz a estes no texto. Também analisamos o que os escritos sobre o

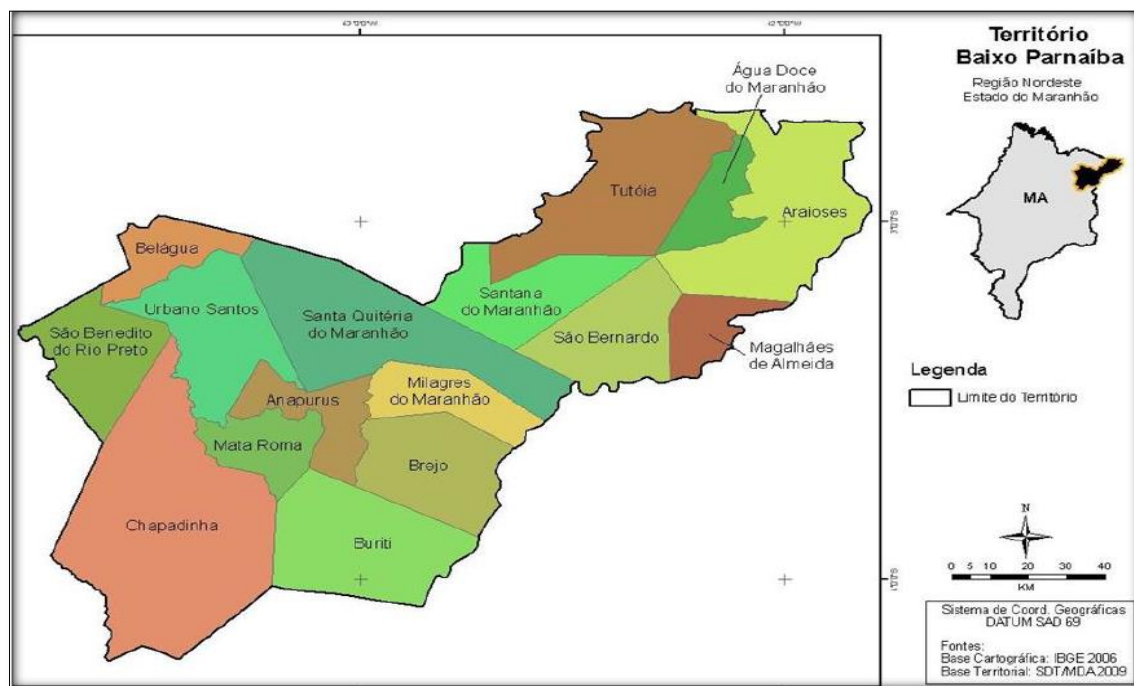
período podem contribuir para o reconhecimento dos fatores que influenciaram para a decisão de migrar.

Uma das primeiras perguntas proferidas aos sujeitos, migrantes maranhenses do século XX, no momento da pesquisa colonos, donos de terras no Pará, era qual a região onde este nasceu, e todos os 34 sujeitos entrevistados citaram municípios maranhenses localizados na região do Baixo Parnaíba². Fato que também se torna curioso, pois um grupo de pessoas da região do Baixo Parnaíba Maranhense mudaram juntos para outra região em outro Estado. Nesse sentido, analisar os motivos que levaram estes sujeitos a deixarem o lugar onde nasceram e cresceram se faz um objetivo para a compreensão dos demais fatos históricos. Assim também como compreender o fator comum ocorrido na região do Baixo Parnaíba que fez com que parte dos indivíduos migrassem, levando em consideração que os sujeitos além de ter a região de origem em comum, também compartilharam da mesma região de destino, o vale do Acará.

A região do Parnaíba maranhense que engloba os municípios de origem da maioria dos maranhenses que migraram ao Pará está situada no Nordeste do Estado do Maranhão. É composta por 16 municípios, sendo eles: Tutóia, Araiões, São Bernardo, Santana, Brejo, Santa Quitéria, Água Doce, Magalhães de Almeida, Milagres, Anapurus, Buriti, Mata Roma, Belágua, Urbano Santos, Chapadinha e São Benedito do Rio Preto.

²Região do Baixo Parnaíba; *A microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense* é uma das microrregiões do Maranhão pertencente ao Leste Maranhense. Está dividida em seis municípios. Água Doce do Maranhão, Araiões, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão e São Bernardo. (JACOB. 2001, p.03)

IMAGEM 01: Mapa da região do Parnaíba-Maranhão



FONTE: Acervo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2014

O Mapa acima expõe a região do Baixo Parnaíba no Maranhão com base cartográfica das pesquisas do IBGE do ano de 2006, expondo os limites de alguns dos municípios maranhenses de onde migrantes partiram ao Pará na década de 1960 e início. A região citada (Baixo Parnaíba), durante a década de sessenta, era em sua maioria ocupada por pequenos posseiros, que viviam do extrativismo e da pesca. As mulheres e homens se ocupavam da colheita de babaçu e buriti. Do trabalho desenvolvido com estes frutos parte daquela população sobrevivia. Dentre os municípios presentes no Mapa, Santa Quitéria do Maranhão e São Bernardo foram os municípios que mais cederam maranhenses para o vale do Acará, sendo contabilizados dos 348 maranhenses 107 eram de Santa Quitéria e 92 de São Bernardo, o restante eram dos municípios de Araióses, Tutóia, Santana e Chapadinha.

O maranhense Bernardo Caldas Costa³, 76 anos, donos de terras na colônia de Canindé, conta que trabalhava na roça de mandioca e criação de animais em Agrestinho, comunidade pertencente ao município de Santa Quitéria do Maranhão, local cortado

³ Bernardo Caldas Costa, 76 anos, maranhense, agricultor aposentado, dono de terras na Comunidade Rural São José na região do Canindé no Município de Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 22 de Maio de 2016.

pelo rio Buriti. O nome do rio faz referência ao fruto que fortalecia a economia dos moradores daquela região. O buriti e o babaçu constituíam parte circunstancial da vida de grande parte dos maranhenses, fatores explicados pela representação que os frutos tinham na economia local e também pelas palhas das árvores da carnaúba e do próprio babaçu que serviam para cobrir as moradias daquele povo. A carnaúba além de fornecer o fruto, se tornava algo a mais, pois fazia parte do cotidiano e do imaginário dos maranhenses do Baixo Parnaíba maranhense (BARBOSA, 2001, p.12). Bernardo Caldas é o retrato do homem do campo daquela região, que se dedicava a atividades extrativistas em Santa Quitéria. Por outro lado, a região apresenta contrastes sociais. No levantamento feito durante a pesquisa, foi atestado que havia homens que prestavam serviços nas propriedades rurais em Santa Quitéria, o próprio Bernardo Caldas serviu como vaqueiro no sítio do senhor Bernardo Terú⁴, que era um fazendeiro daquela localidade. Os ganhos como vaqueiro era o leite, ou carnes, e uma quantia que não é recordada pelo depoente.

Assim como Bernardo Caldas, havia pessoas, como Augusto Tuna⁵, extrativista, hoje morador de Santa Quitéria, que também desempenhava atividades voltadas ao cuidado com bovinos e que chegou a ir ao Pará, porém voltou ao Maranhão e até hoje se dedica a trabalhos na área rural. Este diz que há diferenças nas ofertas de trabalho do Maranhão e do Pará, porém sua permanência no Maranhão se deu devido ao fato da esposa não se acostumar em terras paraenses, mas ele diz que com trabalho o Pará seria uma oportunidade de melhorar de vida. Nesse aspecto, podemos compreender que mesmo com a situação econômica e social “estagnada” praticamente este justifica que pelo desejo da esposa implicou na sua volta ao Maranhão, reafirmando a heterogeneidade deste fenômeno social, fortalecendo o argumento que na migração o sujeito é quem decide se migra ou permanece, mesmo se as condições não forem as mais favoráveis os sujeitos criam percepções e fazem escolhas que por vezes os diferem dos demais.

Zulene Barbosa (2001) em um trabalho sobre a situação econômica do Maranhão, analisou que assim como em outros Estados do Brasil, a situação do Maranhão era de pobreza, gerada pela má distribuição de renda e por políticas

⁴ Bernardo Terú, nas palavras de Bernardo Caldas Costa foi um maranhense dono de terras e posses no Maranhão, fazendeiro que empregava maranhenses em suas terras no próprio Estado do Maranhão.

⁵ Augusto Tuna, 56 anos, é maranhense, chegou a ir até o Pará, não se acostumou com o clima, atualmente é morador de Santa Quitéria do Maranhão. Entrevista concedida em 18 de Novembro de 2016.

ineficientes que não beneficiavam os pobres. Para a autora, as políticas visavam à expansão do capitalismo no Maranhão, beneficiando os grandes empresários e grandes grupos a crescerem seus ganhos e esquecendo os pequenos produtores. Fatores, que para a autora diminuía as chances dos mais pobres em ter conforto e uma vida mais amena. Nesse sentido, a situação social não contribuía para a melhoria de vida de muitos, porém, somente esse fator, não explica o processo aqui estudado. A migração de homens e mulheres tem além de fatores econômicos, os fatores sociais, aqui pensados como problemas familiares ou com a vizinhança e criminalidade, porém a migração de um número expressivo de uma mesma região de origem para um mesmo destino se torna algo mais caracterizado como um fenômeno social.

No âmbito nacional, a década de sessenta marca o início do governo militar no Brasil. Em 1964 especificamente, assume o governo brasileiro de forma provisória Pascoal Ranieri Mazzilli e em 15 de abril de 1964 em posse definitiva assumiu o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, dando a início a um governo ditatorial praticamente sem participação popular (SILVA, 2012, p.17). Esse processo político, obviamente mudou as perspectivas nacionais, concentrou as rendas nas mãos de poucos.

Para Rubens Penha Cysne (1993) diretor de pesquisa da Escola de Pós-Graduação em Economia, da Fundação Getúlio Vargas, em índices de crescimento econômico, durante os vinte e um anos de governo militar, a economia foi elevada, porém, esse crescimento experimentado de 1964 a 1985 não reduziu as desigualdades sociais. Nesse sentido, as políticas nacionais não ajudaram a população mais carente a sair da condição de pobreza, pelo contrário. Lucília Delgado (2012), apresenta o período do regime militar como tempo de controle governamental dos meios de comunicação, assim como da intervenção nas políticas de ocupação e fortalecimento das ações capitalistas criando um cenário de privilégios para um pequeno grupo em detrimento da população pobre.

Este período é considerado pela historiografia como de “intervenção federal”, entre os anos de 1966 a 1987 (ROCHA, 1999). Cumpre destacarmos que, a partir de 1964, quando o país passou a ser governado pelos militares, a forma de pensar a ocupação do território brasileiro foi alterada. No Estado do Maranhão foi criada a lei de terras de 1969, como resultado dessa nova legislação houve o crescimento das

desigualdades, sendo que essa lei se tornou um empecilho para a permanência de pequenos produtores maranhenses nas terras que ocupavam.

A frente dos projetos do governo brasileiro durante a década de 1960 havia a proposta de modernização através da industrialização, da incorporação de uma política social e econômica que fosse seguida a esforços no país inteiro, uma espécie de integração. Porém, o esforço para tornar o Brasil um país industrializado fomentou ainda mais as desigualdades. Essa tentativa de homogeneização beneficiava principalmente os grandes empresários em detrimento do restante da população. Daniel Brito (2001, p.13), afirma que a política de integração regional significou uma tentativa de dar homogeneidade às estruturas socioeconômicas. Assim, o papel do Estado na estratégia de desenvolvimento foi impor um processo de modernização forçada. A modernização da estrutura produtiva não produziu uma melhoria na condição de vida dos maranhenses aqui citados, aumentou o índice de desigualdades e fomentou a saída de muitos de seu Estado de origem.

Pedrosa (2009) afirma que o Estado do Maranhão continuou com baixos índices de desenvolvimento durante toda a década de 1960 e piorou em 1970. A maioria da população continuava oscilando na linha da pobreza. Lúcia de Fátima Costa, agricultora maranhense aposentada, recorda que

quando eu morava no maranhão as dificuldades eram grandes, comprar roupas era algo que quase ninguém fazia, era comprado tecido e deles as mulheres faziam as roupas. Alimentos era a farinha, o peixe pescado, a vida era difícil, todos dormiam em redes de tucum. As dificuldades nossas pareciam só aumentar a cada dia que passava.⁶

Assim como Lúcia de Fátima Costa, muitos outros maranhenses relatam as dificuldades enfrentadas no Maranhão nos períodos da década de sessenta. Arnésio Rodrigues de Sousa, 82 anos, agricultor, lembra que em 1962 perdeu a esposa que foi picada por uma cobra cascavel, não conseguiu atendimento em hospitais, pois não tinha unidade de saúde onde ele morava. Ressalta que “não tinha médico, ou a gente apelava para um rezador, alguém que curasse ou esperava pela obra de Deus, o hospital mesmo só na capital, e não tinha como levar os doentes, pois não tinham transportes”.⁷

⁶Lúcia de Fátima Costa, 62 anos, Maranhense, agricultora aposentada, dona de terras, moradora da Comunidade Rural de São José na região do Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 18 de setembro de 2016.

⁷Arnésio Rodrigues de Sousa, Maranhense, agricultor. Entrevista concedida em 27 de julho de 2016.

A primeira unidade hospitalar construída na região onde morava Arnésio Rodrigues só iniciou as atividades em 18 de fevereiro de 1985, o Hospital e Maternidade Municipal Dr. Zeca Moreira foi uma das primeiras unidades de saúde construídas na região do Parnaíba maranhense, sendo inaugurado durante o governo estadual de Luís Rocha (1983-1987). Antes do início das atividades da unidade hospitalar citada só era possível socorro médico na capital, São Luís.⁸

As ações governamentais e a falta delas sempre atingem a população, e os efeitos são maiores na população pobre. A região do Baixo Parnaíba, na década de 1960 era composta em maioria por sujeitos que tinham como base trabalhista atividades ligadas a terra. A criação de animais, a pesca, extrativismo, a agricultura, faziam parte do cotidiano dos maranhenses. Francisca Carneiro⁹, 78 anos, maranhense e hoje moradora da região do Canindé em Tomé-açu, lembra que pescava em Araisos no Maranhão, que os rios eram fartos, mas que não havia uma renda excedente e o solo impossibilitava a agricultura. Sem contar que as novas políticas governamentais, principalmente a nova legislação de terras, não ajudavam os mais pobres.

Bernardo Caldas Costa 76 anos, agricultor aposentado e morador de Tomé-açu no Pará desde 1972, relata que quando morava no interior de Santa Quitéria do Maranhão na região do Baixo Parnaíba, teve períodos de insatisfação devido à escassez de alimentos. Segundo Bernardo Caldas, com a chegada dos grandes produtores de grãos na região e com a degradação da vegetação e o aumento do nível populacional, a poluição aumentou, os rios começaram a sofrer com a poluição e desmatamento diminuindo as práticas de pesca e agricultura para a subsistência.

Erinaldo Nunes da Silva (2010), trabalha os “Conflitos ambientais no Estado do Maranhão” objetivando fazer um levantamento de conflitos socioambientais decorrentes dos projetos de desenvolvimento implementados no Estado do Maranhão. A partir de uma análise sociológica, levanta a questão que os conflitos ambientais decorrem dos danos ambientais e econômicos que os grandes projetos deixam para as populações que residem nas proximidades da área do projeto. Atestando o fato anteriormente exposto pelo agricultor Bernardo Caldas, que justifica a escassez em função da instalação de

⁸ Informação presente na Ata de sessão ordinária da Câmara municipal de Santa Quitéria do Maranhão, realizada em 22 de fevereiro de 1985.

⁹Francisca Carneiro, Maranhense, agricultora aposentada. Entrevista Concedida em 04 de novembro de 2016.

fazendas de grãos na região de Santa Quitéria do Maranhão, por conta dos danos ambientais causados pelas práticas adotadas pelos donos das fazendas.

Silva (2010) julga importante expor a destruição de vegetação nativa, que para a população maranhense rural significava o sustento, a sobrevivência. O autor justifica que as matas de cocais presentes na região do Baixo Parnaíba, deram lugar a pecuária e outras formas de extensão do capitalismo. José Crispim de Souza, 55 anos, recorda da residencial da família na região de Agrestinho em Santa Quitéria do Maranhão na localidade conhecida como Ladeira, na abundância das palhas de babaçu, que serviam de cobertura para as moradias.¹⁰ A antiga casa dos avós. Assim entra uma discussão de que a paisagem maranhense ainda se configura como uma lembrança agradável aos migrantes. Os cocais iam além do sustento.

IMAGEM 02: Residência de Maranhenses migrantes - Santa Quitéria-MA - 2014



FONTE: Acervo pessoal de José Wilson, 2015

Na imagem acima, contêm a paisagem de uma residência já não mais habitada, onde moravam maranhenses que atualmente moram em Tomé-Açu no Pará. A paisagem de cocais, a simplicidade da casa mostra características das moradias da zona rural de Santa Quitéria do Maranhão. Lúcia de Fátima Costa, foi moradora de Agrestinho, lembra que quando residia na comunidade, tinha uma moradia semelhante à exposta na imagem anterior. A maranhense, informou que

¹⁰José Crispim de Sousa, 57 anos, agricultor, maranhense, dono na comunidade rural Poeirão na região do Canindé, Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 05 de agosto de 2016.

não tínhamos condições de fazer de outra forma, nossa casa tinha que ser feita com o material que tinha em abundância e a carnaúba, madeiras e barro eram a base para construir moradias ali, casa dos meus pais era de cobertura de palha, a minha também era, levávamos uma vida simples assim como ainda vivemos, confesso que sinto saudades. Foi no Maranhão que criei amizades, que nasci e tive meus pais ao meu lado, naquelas matas a gente corria, brincava, trabalhava.

A paisagem cercada de babaçu faz parte das lembranças dos migrantes e ainda faz parte do cotidiano de muitos maranhenses. O aproveitamento das matérias que as matas maranhenses ofereciam se tornava uma alternativa aos moradores da zona rural de baixa renda. Para José Natanael Fontenele de Carvalho e Jaíra Maria Alcobaça Gomes (2007, p.17), o Nordeste brasileiro é a região que concentra historicamente, os maiores focos de pobreza do país. Os pesquisadores também enfatizaram que o Meio-Norte, em terras dos Estados do Piauí e Maranhão, o extrativismo vegetal de babaçu e a utilização da carnaúba eram praticados principalmente por famílias de Baixa renda, sendo que essas atividades vão além do extrativismo para o comércio. Acrescentam que as palhas da carnaúba, por exemplo, eram utilizadas para a cobertura de moradias. O que a natureza oferece aos que nela habitam se transformava em sustento e meio de melhorar as condições de vida, através do trabalho desenvolvido pelos camponeses extrativistas. Nesse sentido, a destruição das matas de cocais para dar lugar as grandes plantações de grãos ou a pecuária afetava a vida dos que ali habitavam.

Antônio José de Araújo Ferreira (2012, p.11) escreveu sobre as políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense. Neste estudo, há dados que interessam, o autor expõe fatos significativos para se pensar a situação do Maranhão por volta das décadas de 1950 e 1960. Segundo o autor, o Maranhão se destacava por apresentar os menores índices de qualidade de vida a sua população, sendo que parte expressiva da população, cerca de 85% segundo o IBGE, habitavam a zona rural maranhense. O geógrafo ainda enfatizou que os rios eram os principais meios de trafegar pelo Estado nas décadas de 1950 e início do 1960. Fatos também concordados na fala do agricultor aposentado Arnésio Rodrigues de Souza, 86 anos, que recorda que em 1962, quando saiu do Maranhão ao Pará, passou quatorze dias viajando por vias fluviais de São Luiz a Belém do Pará.¹¹

Para Ferreira (2008, p.04) as principais atividades trabalhistas desenvolvidas pelos maranhenses camponeses eram ligados ao extrativismo do babaçu e da carnaúba

¹¹Arnésio Rodrigues de Sousa, agricultor aposentado, Natural de São Bernardo do Maranhão, Morador da Comunidade rural Poeirão na região do Canindé, Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 13 de dezembro de 2016.

(fatos já registrados neste trabalho), assim atesta-se que a economia maranhense era ligada as atividades desenvolvidas no campo, o trabalho sustentava a população, e a falta de terras ou a abundância dela, poderia ter um impacto significativo na vida do povo rural maranhense.

Por volta de 1959, o Maranhão assim como outros Estados do Brasil, tinha dificuldades econômicas. Problemas estes, materializados através da fala do maranhense Bernardo Caldas Costa, que disse ser nesse período que tiveram muitos problemas nos plantios de mandioca que matinha em um terreno de seu irmão. Como exemplo cita as condições do clima que não era o esperado, uma vez que a estiagem causava perdas na produção. Por mais que em alguns Estados vivessem grandes transformações, no que diz respeito a mudanças econômicas e também uma modernização quanto a indústrias e oportunidades de trabalhos, mas nem sempre os benefícios eram distribuídos a todos, nem todos tinham acesso a melhorias. O Estado do Maranhão não apresentava oportunidade de crescimento nem ascensão, conforme descreve o senhor José Genésio.

Era muito difícil conseguir um trabalho lá no Maranhão, não tinha como trabalhar nas nossas terras, até porque nem tinha terra pra gente, emprego nem tinha, se trabalhava pra alguém era só pelo alimento, ou pela moradia, as terras produziam aquilo que a gente comia, era um feijão, a nossa realidade lá era muito pobre, sem contar que muitos não tinham uma terrinha.¹²

Havia uma estrutura fundiária que beneficiava apenas os grandes latifundiários, destaca Benjamin Alvino de Mesquita (2011), em estudo sobre as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. O autor justifica a diáspora ocorrida no Estado, como resultado da concentração da terra e da renda; a desarticulação dos pequenos produtores de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; a ineficácia das políticas agrícolas – notadamente as voltadas para a agricultura familiar; a expectativa de emprego gerada pelo Programa Grande Carajás, a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas básicas – saúde/educação – para a área rural (MESQUITA, 2011, p.4).

As atividades que poderiam ser desempenhadas dependiam da oferta da natureza. Como registra a senhora Francisca Carneiro, o período dos peixes, onde os moradores desempenhavam a pesca, município de Araióses, predominavam as construções de currais, utilizados na captura dos peixes. Após o aprisionamento nos currais mantinham conservados no sal, e assim servia de alimentos durante um certo período. As palhas da carnaúba também representavam para alguns dos maranhenses

¹²Dugés Crispim de Sousa, agricultor maranhense, morador da Comunidade Rural Poirão na região do Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 08 de janeiro de 2017.

ouvidos, a exemplo da senhora Francisca Carneiro, como fonte de renda, sendo as telhas, a cobertura de casas, assim como jacás, ou “caçar”, como era chamada uma espécie de recipiente que eram usados em animais para transportar mercadorias. Essa árvore era muito útil, sendo recorrente na memória dos habitantes das terras do Maranhão e vieram ao Pará. Como se observa, a região tinha algumas atividades que já eram desempenhadas por gerações, mas que não representavam uma mudança na condição dos que não tinham terras. O solo e o clima quente não era propício para plantações, à mandioca e o feijão eram os principais produtos cultivados, mas a desigual distribuição de terras restringia o cultivo a poucos.

Outros sujeitos entrevistados compartilham do discurso das dificuldades encontradas em seus territórios de origem, explicitando que um dos motivos de partirem rumo a um novo espaço estava vinculado à esperança de melhorar as condições de vida. Sendo um dos principais motivos de insatisfação a não posse de um “pedaço de Chão”, como disse o maranhense, agricultor Dugés Crispim Souza, que reproduz a fala de seu pai Bernardo Rodrigues de Sousa¹³, falecido há seis anos.

Bernardo Soares da Silva, Bernardo Caldas Costa, Bernardo Alves, Jozefa Alves, José da Silva, Marilene Pereira, Pedro Rocha, Maria Lima, Ribamar Braga Matias, Lucia de Fátima, Celma Sileide, Daniel Costa, Marcos Costa, Francisca Carneiro, José Carneiro, Eliezer Nogueira, Arnésio Rodrigues, José Ginés, Emanuel Costa, Josino Lima, Abelardo Lima, Dolores Lima, Rosa Lima, Josefa Leite, Dico Leite, Beatriz Oliveira e tantos outros maranhenses deixaram o Maranhão e seguiram outros caminhos, ocuparam outros espaços e fizeram história. Todos os citados tinham uma vida intimamente ligada a terra, era do campo e através dos seus trabalhos que tiravam seu sustento, nesse sentido, a terra tem um significado importante na vida daquele povo. O clima, as leis, a disponibilidade ou escassez pode ser crucial na vida de um homem ou mulher do campo.

Partindo do princípio que o trabalho expõe reflexões de um mundo de ruralidades, trata-se de história rural, de vivências e práticas de homens e mulheres do campo, com uma vida simples, influenciada pelo clima e pelas políticas, enfrentando conflitos e desenvolvendo trabalhos. Nesse sentido, esta pesquisa faz parte da história agrária brasileira, pois é parte da história de sujeitos voltados a uma vida marcada pelas práticas agrícolas.

¹³Bernardo Rodrigues de Sousa, falecido em 2012, foi morador da comunidade rural de Poirão na região do Canindé em Tomé-Açu-PA.

De acordo com Linhares (2002. p.141),

O Brasil, a história agrária não tem sido a preferida dos historiadores, e tão pouco do grande público. Afinal de contas é uma história sem heróis, sem grandes políticos e sem batalhas. Seus atores são anônimos trabalhadores do campo, escravos do eito, pequenos ocupantes de glebas quase sempre provisórias. São também grandes fazendeiros e latifundiários. Sua vida, no caso brasileiro, tem sido, no entanto, muito mais marcada pela escassez do que pela abundância. Seus atores foram homens e mulheres, meros figurantes, que ocuparam a fronteira aberta, que povoaram o interior do país e alargaram os horizontes de um novo mundo.

Para Neves (2012) A *história agrária* é uma área de abrangência teórica, envolve a estrutura social rural, dedica-se às formas de apropriação e uso da terra e às condições jurídicas e sociais dos trabalhadores rurais, agregando informações da geografia humana à análise das diferentes modalidades históricas de organização e exploração da força de trabalho, enfatizando as relações de trabalho e tipologias agrárias como meeiro e diarista, proprietário e rendeiro, fazenda e sítio.

A estrutura social do espaço rural maranhense no período discutido privilegiava uma minoria, os mais pobres só viam as dificuldades aumentarem e as possibilidades diminuir, principalmente com a mudança na legislação de terras do Maranhão em 1969. Quando a agricultora aposentada Lúcia de Fátima Costa, conta que o Maranhão de 1960 não oferecia condições de conforto, que as plantações e o extrativismo não supriam o sustento necessário a sua família, faz concluir que houve a necessidade de buscar novo rumo, ou que pelo menos havia insatisfação de sua parte em relação às condições que a mesma estava no momento. Assim como Lúcia de Fátima, Dugés Crispim de Sousa, maranhense, recorda das necessidades materiais que passava com sua família em São Bernardo, município do Baixo Parnaíba maranhense.

Dugés Crispim de Sousa é agricultor, maranhense, foi ao Pará, junto com seu pai, Bernardo Rodrigues de Sousa, que já faleceu, e outros oito irmãos, antes de relatar sobre a viagem, contou sobre a situação de vida ainda em São Bernardo. Das poucas terras férteis de onde moravam, que dificultava o trabalho agrícola. As plantações de arroz e feijão eram por vezes arrasadas pela escassez de chuvas. Outra atividade trabalhista comum entre os sujeitos da pesquisa quando ainda residiam no Maranhão era o extrativismo. Jomar Filho (2015, p.09) no trabalho que discute a formação econômica do Maranhão, cita o ciclo do babaçu como fortemente duradouro, sendo fortalecido em 1920 se mantendo até 1970, período que a produção diminuiu, justamente no período de privatizações de terras durante o governo de José Sarney no Maranhão e das práticas do governo militar no Brasil.

Com todas as explicações referentes à visão que os maranhenses tinham sobre sua região de origem, sobre as condições que pertenciam antes de migrar ao Pará, podemos perceber que as condições econômicas e sociais foram fatores que pesaram junto à decisão de migrar. Assim percebe-se que os elementos de repulsão presentes dentro das discussões de migração fizeram parte da realidade dos maranhenses, onde as condições das terras do Maranhão junto à legislação, a escassez dos rios e das matas repeliram parte da sua população, dando assim características de uma migração intencional onde lucros e melhorias eram buscados, mas acima de tudo a fuga de uma condição que não representava benefícios e parecia fadada a sofrimento.

Nas falas de todos, era recorrente a explicação que o Maranhão deixava saudades, mas a busca do novo foi uma necessidade. Por mais que a saudade da terra de origem ainda ocupe as emoções de homens e mulheres maranhenses, a maioria reconhece que a ida para o interior do Pará representou uma melhoria. Nesse sentido este estudo fornece a história de migrantes que deixaram suas terras de origem pela escassez de terras e de alimentos, partindo em busca de terras cultiváveis, buscando também uma nova realidade onde pudessem fazer das suas forças de trabalho ingredientes para condicionar suas vidas em conforto e fartura.

1.1 A questão da terra e a saída de maranhenses

Os problemas vinculados à dificuldade e quase impossibilidade de acesso às terras durante a década de 1960, geravam os conflitos agrários nos municípios maranhenses, a qual os sujeitos pesquisados habitavam, como Tutóia, São Bernardo, Santa Quitéria e outros. O agravamento dos conflitos em torno da terra se deu após a medida tomada pelo governo do Estado, esta era materializada pela lei de terras de 1969 criada durante o governo de José Sarney. Para os posseiros de terras, sujeitos pesquisados neste trabalho, a escassez ou o conflito em torno da terra, representou a necessidade de buscar o novo. Assim, a migração de maranhenses para Tomé-açu a partir de 1960, tem como principal motivo a falta de terras no Maranhão para homens e mulheres de baixa renda. Principalmente a partir de 1969, quando a legislação do Maranhão em relação às terras, priorizava grandes investimentos e dificultava a vida dos pequenos posseiros.

Asselin (2009), afirma que a partir de 1965, o governo do Estado do Maranhão encerrou um longo período de domínio político liderado por Victorino Freire¹⁴ e seus aliados. Em decorrência do Golpe civil-militar de 1964, surgem muitas mudanças no cenário político nacional. No Estado do Maranhão o “jovem intelectual maranhense” José Sarney, com o lema de campanha “Maranhão novo” é eleito por 121.062 votos, cerca de 49% dos votos. Com propostas “modernizadoras” José Sarney assumiu o governo, e se iniciou no Maranhão a chamada “Oligarquia Sarney”. Este para desenvolver políticas que modernizassem o Estado buscou trabalhar com os recursos que dispunha em abundância, as terras devolutas.

Segundo Asselin (2009), incorporar as “terras livres” do Maranhão ao modelo de propriedade da sociedade capitalista, tornou-se uma tarefa urgente a ser executada. Luís Pedrosa (1985) ressalta que o Maranhão possuía grandes extensões de terras livres que permaneceram às margens do processo de exploração na época colonial. Estas terras é que foram ocupadas pela pequena produção logo após a libertação dos escravos. As terras devolutas eram ocupadas há gerações por pequenos agricultores e extrativistas, a concessão dessas terras a grandes empresários representou um grande risco as populações tradicionais.

Foi dispondo desses recursos que o Estado dispunha (Terras), que o governador do Maranhão criou uma das suas políticas mais conhecidas e discutidas pelas ciências sociais, a lei de terras. O sociólogo Rafael Bezerra Gaspar (2008, p.03) tratou esta política como fenômeno de constituição de um mercado de terras no Maranhão, em uma referência à chamada Lei de Terras nº 2.979, de 17 de julho de 1969, criada por iniciativa do então Governador do Estado, José Sarney. Esta legislação determinava que as terras devolutas, existentes em grande porção do território estadual e ocupadas, na maioria, por camponeses e pequenos produtores rurais e extrativistas, passariam a ser vendidas, constituindo-se um mercado formal de terras, favorecendo a grandes e médios empreendimentos agropecuários.

Em função das leis referentes às terras maranhenses, os homens e mulheres com pouco poder aquisitivo acabaram ficando sem terras ou com porções menores. Enquanto a minoria que detinha poder adquiriram grandes áreas de terras. Luís Câmara Pedrosa afirma que “apesar de imenso, o Estado possui um pequeno número de proprietários que

¹⁴Victorino de Freire Brito, Foi um político importante no cenário maranhense, onde participou ativamente do governo do Estado desde a década de 40 até meados de 1960, quando José Sarney assumiu o governo do Maranhão (SILVA, 2010, p.16).

detém a maioria das terras, causando conflitos e violências no campo”. Pedrosa, trabalha as questões agrárias no Maranhão, a concentração de terras que a legislação ao longo dos tempos reforçou. Este acrescenta que

A questão agrária no Maranhão, sempre representou a história dos confrontos entre trabalhadores rurais (tidos como primitivos e fadados ao desaparecimento) e os ascendentes agentes sociais, representantes da modernidade e do desenvolvimento, afinados com os novos paradigmas do progresso, apregoados corriqueiramente pela tecnocracia estatal (PEDROSA, 2012. p.06)

Assim, as questões ligadas a terras e aos povos que a ocupavam no Maranhão significava ao governo o atraso, justificado pelas práticas consideradas pelo grande capital como primitivas que a população usava as terras. Muitos dos maranhenses do campo praticavam atividades extrativistas e agricultura sem técnicas que permitissem grandes lucros. Como o maranhão dispunha de terras em grande quantidade, o governo as usou para viabilizar a proposta modernizadora, onde fez das terras um meio para abrir as portas ao capitalismo.

Esta legislação agravava mais ainda a situação dos pequenos produtores rurais que viviam de pequenas plantações e de atividades extrativistas. Neste caso, o Leste maranhense passa a enfrentar, nas palavras de Dugés Crispim de Souza, migrante maranhense, a amargura ao ver mais ainda os coronéis se apossarem de novas terras e o restante da população terem os *direitos* de posseiros usurpados.¹⁵ A insatisfação, até certo identificada nos estudos de Rafael Bezerra Gaspar (2008) era cada vez maior, à medida que o tempo passava e que a nova legislação se aplicava sobre as terras do Maranhão. Muitos tentavam se readaptar a nova realidade, procurando permanecer em suas posses, o que na memória de muitos, como senhor Arnésio de Sousa se tornava um exercício inviável. Isto era explicado em razão do uso de força policial na retirada de antigos ocupantes de terras que naquele momento passa a ser reivindicadas pelos agentes públicos do Maranhão, por conta da “Lei de Terra de 1969”.¹⁶

Não perdendo de vista, que os sujeitos deste trabalho são homens e mulheres, famílias inteiras que tem como atividade os trabalhos ligados a terras, são pessoas do campo, que viviam do extrativismo, que davam e dão a terra significado, que é parte de suas vidas, pois é da terra que tiravam suas rendas, o que a terra oferecia em frutos era transformado em meios para o conforto e sobrevivência da família. O extrativismo era

¹⁵Entrevista com o senhor Dugés Crispim Souza, Morador da comunidade rural de Poerão na região de Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 27 de junho de 2015.

um trabalho presente na realidade de todos os entrevistados, a maioria não havia concluído ensino fundamental, parte deles nunca haviam ido à escola, aprenderam com seus pais e com a comunidade a lidar com animais, plantar, colher, extrair, e com o material que a terra lhes oferecia faziam renda. Em meio a conflitos, injustiças sofridas e também praticadas viveram e contaram nessa oportunidade suas vivências. É necessário levar em consideração que são pessoas ligadas a terra, que suas experiências de trabalho estão intimamente ligadas à produção baseada no campo. Nesse sentido, a terra é elevada a categoria de bem mais importante a esses sujeitos, se não houvessem terras não haveria como desenvolver trabalhos, conseqüentemente não havia como continuar a vida na região onde não havia ofertas de ocupação.

Em entrevista ao Maranhense Bernardo Soares da Silva¹⁷, agricultor, 59 anos, foram lançadas perguntas relativas às ocupações trabalhistas de quando era morador de São Bernardo, a maioria das perguntas tinha como resposta trabalhos relativos as questões familiares. O trabalho coletivo, a vida de vaqueiro e a renda baixa, que não permitia ajudar os outros irmãos, o fato que mais o parecia entristecer era da perda das terras e dos pais. Percebe-se que fazer o entrevistado lembrar dos fatos, do passado o emocionavam, as respostas eram lentas e cautelosas. Nesse sentido, o esforço em ter resposta necessitou de pausa, pois a memória não é simplesmente um exercício de lembranças; há muitas formas de rememorar e diferentes razões por que nós queremos (ou não queremos) rememorar (FENTRESS e WICKHAM, 1992; TONKIN, 1991). Assim respeitar o que limitava o senhor Bernardo Soares, foi uma necessidade, fator que explicita que as fontes orais têm emoções em seus conteúdos.

Bernardo Soares da Silva, dizia que muito dos posseiros foram tirados de suas terras para que os grandes empresários pudessem ocupar as terras concedidas pelo governo. Nesse período, início da década de sessenta, muitos posseiros perderam suas terras por manobras do governo que considerava as terras em questão desocupadas. Fatos que foram agravados quando José Sarney passou a liderar o governo do Estado do Maranhão em 1965. Wagner da Costa (1998), no trabalho *“Do 'Maranhão Novo' ao 'Novo Tempo': a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão”* completou dizendo que o governo de José Sarney desempenhou um importante papel no processo de expansão do capitalismo no Maranhão, nem tanto como promotor desse processo, mas sim como

¹⁷Bernardo Soares da Silva, 59 anos, é maranhense, agricultor, morador da Comunidade Rural São José, na região do Canindé, Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 18 de setembro de 2016.

gestor e administrador do processo de modernização econômica do espaço regional. Essa função, inclusive, transparece como o núcleo principal do discurso ideológico com que o governo buscou se legitimar perante a população. Trata-se de um discurso claramente desenvolvimentista e modernizante, onde a imagem do “novo”, do “moderno” é fartamente explorada para indicar supostos benefícios trazidos para a região e sua população pela ação da oligarquia dominante. Padre Flávio Lazzarin, da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e secretário executivo da CNBB/NEV¹⁸, concedeu entrevista ao jornal O Pequeno¹⁹, em São Luís (MA), este afirma que José Sarney reinventou o latifúndio moderno ao sancionar a lei de terras de 1969. Assim também como dificultou a vida do trabalhador rural maranhense. O religioso citado se mostrou opositor as políticas de Sarney, principalmente as leis que afetaram os pequenos posseiros.

Mônica Piccolo Almeida (2016) no texto intitulado “*A Lei de Terras do governo Sarney: regulamentando o latifúndio no Maranhão*” trabalha as estratégias de campanha de José Sarney ainda quando candidato ao governo do Maranhão em 1965. Almeida afirma que Sarney usou os sindicatos de trabalhadores rurais, associações de lavradores, assim também como agremiações de produtores autônomos. Nesse sentido, Sarney mobilizou todo o eleitorado rural com promessas de melhorias, usando os mesmo para diluir o eleitorado do PSD maranhense, se fortalecendo. Em contrapartida, quando eleito governador, o mesmo não cumpriu as expectativas do eleitorado rural. Mônica ainda afirma que José Sarney “foi o responsável pela aprovação da legislação que é considerada como a responsável não só pela expulsão da população camponesa de suas terras, como principalmente pela regulamentação do latifúndio.” Se referindo a Lei 2.979, lei das terras de 1969.

Os grupos de migrantes maranhenses que deixaram a região do Baixo Parnaíba a partir de 1962, e posteriormente 1971, era praticamente todo formado por homens e mulheres ligados a terras. Silva (2015, p.17), afirma que a política de reorganização de terras do Maranhão foi um dos fatores primordiais para intensificar as migrações

¹⁸ CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

¹⁹ O Jornal Pequeno foi lançado em São Luís pelo jornalista José de Ribamar Bogéa, em 29 de maio de 1951, num momento em que todos os órgãos de imprensa do Estado, de uma forma ou de outra, achavam-se vinculados a grupos ou partidos políticos.

partindo daquele Estado. Maria da Conceição Araújo Carneiro²⁰, recorda que deixou o Maranhão ainda criança com os pais, devido a escassez de terras para trabalhar. Além do clima não proporcionar a plantação de variações de produtos, o que limitava os lucros e deixava a família com pouca renda.

Nesse período, de 1969 e início de 1970, alguns homens da região do Baixo Paranaíba já haviam cruzado as terras paraenses e trabalhavam no vale do Acará no Pará. Bernardo Rodrigues de Souza, Arnésio Rodrigues de Souza, ambos naturais do município de São Bernardo, e João Caldas Costa e Luiz Caldas Costa e Eliezer Nogueira, naturais do Município de Santa Quitéria do Maranhão, eram os pioneiros entre os Maranhenses a adentrar no mais novo município do vale do Acará, Tomé-açu. Fundado em 1959, desmembrado do município de Acará, Tomé-açu se tornou conhecido nacionalmente pela produção de pimenta-do-reino. Esses homens, maranhenses anteriormente citados, buscavam melhorias, trabalhos temporários em terras de japoneses em Tomé-açu no vale do Acará no Pará, mas para Arnésio Rodrigues de Sousa, todos desejavam quando melhorassem suas condições financeiras, voltar ao Maranhão. Nesse sentido, estes se caracterizaram nesse estágio inicial como migrantes temporários, porém, com a implantação da política de terras de 1969, inviabilizou a volta destes, como também fez com que outros homens e mulheres do Maranhão fizessem a mesma rota dos cinco migrantes pioneiros, ou seja, partissem do Maranhão rumo ao Pará.

Esses cinco migrantes maranhenses que foram ao Pará por diversos motivos, se tornaram exemplos a outros sujeitos, motivando muitos a fazer um caminho parecido. Através da trajetória que estes seguiram e dos resultados desse deslocamento e das suas percepções sobre o vale do Acará, criaram possibilidades para que outros sujeitos também buscassem em Tomé-Açu oportunidades de trabalho. Nesse sentido, os primeiros cinco migrantes são considerados importantes para os fluxos migratórios posteriores entre Baixo Paranaíba maranhense e o vale do Acará.

A lei de terras de 1969 do Maranhão se constitui neste trabalho como um dos principais fatores que motivaram a fuga de maranhenses, tornando-os migrantes, principalmente aqueles homens e mulheres que desempenhavam trabalhos ligados a terra. Isto se justificava, pois a nova legislação tirava a possibilidade dos pequenos posseiros de terem acesso a terras, devido a privatização a partir da instituição da lei

²⁰Maria da Conceição Araújo Carneiro, 49 anos, agricultora maranhense, moradora da Comunidade Rural São José na região do Canindé, Tomé-Açu-PA. Entrevista Concedida em 14 de dezembro de 2016.

2.979. Assim, muitos sentiram a necessidade de migrar para outras regiões onde houvesse a oportunidade de praticar seus costumes ou buscar melhorias. Os maranhenses que migraram ao vale do Acará e constituíram posses de terras na Colônia municipal de Canindé, fazem parte da história maranhense nessa fase da lei de terras, pois esta lei foi o motivo de muitos deixarem o Maranhão e rumarem ao interior do Pará.

1.2 – “O dia de ir” e a decisão de migrar

A escassez de alimentos, resultado de fenômenos climáticos o agravamento dos conflitos em função da legislação de terras do Maranhão em 1969, foram fatores que inviabilizaram ou dificultaram a permanência de muitos maranhenses no seu Estado de origem. Por diversos motivos estes partiram em direção a um novo destino. Em meio a dificuldades centenas de sujeitos deixaram o Maranhão, muitos escolheram como destino Tomé-Açu no vale do Acará. O cenário maranhense, a partida da terra de origem para o Pará, emocionou os depoentes, participantes da pesquisa. Existe uma carga de emoção, a mudança assustou mulheres e homens que não tinham uma exata percepção do que iriam enfrentar. É necessário perceber como se deu a decisão de migrar, a percepção dos atores sociais envolvidos na migração do Maranhão ao Pará. Assim como se torna imprescindível compreender o que atraiu parte dos maranhenses a rumarem para Tomé-Açu.

Nesse período, Tomé-açu no vale do Acará, Estado do Pará, apresentava oportunidades de trabalho em atividades ligadas a agricultura, fator que atraiu parte dos migrantes maranhenses que eram desde o Maranhão trabalhadores ligados a terra. Dolores Lima²¹, diz que em Brejo, município onde nasceu e residiu até os 19 anos, as pessoas passaram a comentar que em Tomé-açu no Pará tinha trabalho nas lavouras de pimenta, haviam terras e a circulação de dinheiro era maior devido a importância da pimenta do reino no cenário econômico paraense, informações que para Dolores Lima, acabaram fortalecendo o imaginário que migrar ao Pará representaria oportunidades.

Em 1970, retornou das terras paraenses ao Maranhão Manoel Silva Costa²² e sua esposa, Auridete Costa. Estes fizeram fortuna em Tomé-açu, em sua terra natal

²¹Dolores Lima, 56 anos, agricultora Maranhense, Moradora da Vila Água-Azul na região de Canindé, Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 13 de outubro de 2016.

²² Manoel Silva Costa, foi um agricultor e político Maranhense, quando Jovem trabalhou em Tomé-Açu no Pará, em seguida voltou ao Maranhão e se tornou prefeito do município de Santa Quitéria do Maranhão.

passaram a viver do comércio. Celma Sileide Costa de Oliveira²³, recorda que Manuca Ginéz, apelido de Manoel Silva Costa, ao chegar a comunidade de Agrestino²⁴, em Santa Quitéria, comprou casas e terras. Em festividades da igreja católicas Manoel Costa comprava em leilões animais, frutos e alimentos e os doava para os moradores. Assim muitos homens viram na figura de Manuca Ginéz o migrante próspero que no Pará fez fortuna e voltou ao Maranhão. Nas campanhas políticas de 1972 foi eleito prefeito de Santa Quitéria do Maranhão, tirando a gestão das mãos dos Pedrosa, família que controlou o governo municipal por 46 anos (Afonso, 1982, p.08).

Em seu primeiro ano de governo, Manuca Ginéz, como ficou conhecido, recebia elogios do escritor e religioso de Santa Quitéria, o Padre Américo Afonso, na obra intitulada "Prefiro errar com o povo do que acertar sozinho". Em um dos trechos o autor faz uma aparente apologia a figura de Emanuel Caldas Costa, afirmando que "Bastaria ao Prefeito Manuca, com sua filosofia de governo "prefiro errar com o povo do que acertar sozinho" para conquistar dos quiterenses a simpatia", O prestígio político do Maranhense chegou junto a ele quando retornou do Pará, fatos que fizeram muitos outros homens de Santa Quitéria interessarem em buscar em Tomé-Açu as oportunidades e os ganhos que o político obteve.

Os elogios proferidos pelo Padre Américo ao Político Manuca Ginéz e a gestão do mesmo, lhe causaram problemas na própria comunidade católica de Santa Quitéria do Maranhão. O Jornal de circulação local "O quiterense"²⁵ noticiou que "os habitantes do Bairro da Cidade Velha, esmagadoramente fiéis da oposição liderada pela família pedrosa vinculada ao PSD (Partido Social Democrático), estão convencidos que o padre Américo Simpatiza com o prefeito e com seu partido político e não lhe entregam as chaves da antiga igreja – só celebram missa ali, quando convocam padres de cidades vizinhas". As ações dos opositores aos simpatizantes de Manoel Costa expõem o incomodo causado pelo lavrador que chegou ao poder após retornar do Pará, Estado onde trabalhou nas atividades ligadas a pimenta do reino, foi funcionário de japoneses em plantações em Tomé-Açu, seu retorno empolgado com a melhoria financeira ao

²³Selma Cileide Costa de Oliveira, 37 anos, pedagoga Maranhense, moradora do Distrito de Forquilha, Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 18 de Novembro de 2016.

²⁴Agrestinho é um povoado Maranhense, localizado em Santa Quitéria do Maranhão, com aproximadamente 118 moradores. In: Senso 2013 da Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão.

²⁵O Quiterense foi criado em 13 de setembro de 1971, jornal de circulação local da cidade de Santa Quitéria do Maranhão. Poucas edições foram publicadas, o jornal saiu de circulação em 1984. Alguns exemplares são encontrados no arquivo da Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão.

Maranhão, se tornou um atrativo para muitos outros homens fazerem o trajeto rumo ao Pará.

Em 1982 Manoel Silva Costa foi novamente eleito prefeito de Santa Quitéria pelo PT (Partido dos Trabalhadores) sendo o único prefeito eleito pelo PT no nordeste, e um dos dois eleitos no Brasil, somente Santa Quitéria do Maranhão e Diadema em São Paulo, conseguiram eleger prefeitos pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1982²⁶. O jornal “O Quiterense” noticiou com fervor a eleição de “Manuca” a edição 11 de novembro de 1983 do jornal de circulação local expõe que Manoel Costa “pleiteou o governo municipal com espírito de renovação, como vontade de fazer o estagnado progresso quiterense andar”.

IMAGEM 03: Manoel Silva Costa (1982)



FONTE: Acervo da Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão (2016)

O lavrador, um dia migrante no Pará, ao retornar ao maranhão se tornou um político que para muitos moradores de Santa Quitéria simbolizava o exemplo, a

²⁶Reportagem Transcrita da revista Veja – NOV - 1983

esperança. Os ganhos em Tomé-Açu no Pará, fizeram de Manoel Costa em Terras maranhense um comerciante conhecido, um líder comunitário, fatos que lhe proporcionaram uma carreira política naquela região. Assim como Manoel, outros migrantes foram ao Pará e retornaram as suas regiões de origem, a figura de Manoel foi destacada por conta da visibilidade do sujeito em função do cargo político que passou a ocupar.

Em São Bernardo, município vizinho a Santa Quitéria do Maranhão fato parecido aconteceu com Bernardo Rodrigues de Sousa, vulgo Bidú, que voltou do Vale do Acará para São Bernardo no Maranhão, porém este em 1969 já havia adquirido terras na região de Canindé em Tomé-açu. O mesmo voltou ao Maranhão para buscar a mulher e seus onze filhos. Bidú, como era conhecido, partiu em 1962 para Tomé-açu e trabalhou durante três anos para japoneses em plantações de pimenta do reino, de 1965 a 1969. Bidú só visitou a família duas vezes. Em 1969, o migrante Bernardo Rodrigues de Sousa, voltou ao Maranhão e levou com ele todos os onze filhos e a esposa para Tomé-açu, onde havia adquirido terras. Este voltou ao Pará de avião, assim expôs que seu poder de compra havia elevado com sua estada em terras paraenses, o que criou um imaginário entre os vizinhos e amigos em São Bernardo.

IMAGEM 04: Anúncio de vôos semanais entre vários destinos Norte e Nordeste



FONTE: Anúncio jornal do Maranhão 01.01.1962. Ed.3.035.

Acima o anúncio dos vôos semanais feito pelo Jornal do Maranhão norteava o desejo de Bernardo Rodrigues de Sousa, de quando pudesse levar a família toda ao Pará fosse naquele transporte, palavras essas proferidas por Dugés Crispim de Sousa, filho de Bidú e que também participou da viagem em 1969. O Super Constellation da VARIG, viajava seis vezes por semana, com destinos pelas principais cidades do Brasil. A imagem do anúncio expõe o objeto de desejo de um homem do interior do Maranhão que buscou em outras terras trabalho, Bernardo Rodrigues de Sousa e Manoel Silva Costa fomentaram o desejo de outros maranhenses, de buscar riqueza e prosperidade, e naquele momento a Amazônia, o vale do Acará e Tomé-açu, representaram para os maranhenses ligados a terra, trabalho, a oportunidade de melhorar de vida e fugir da escassez de terra e da pobreza. Bernardo Soares da Silva diz que

Quando vi que o SrBidù havia voltado do Pará bem de vida e junto trouxe a notícia da fartura que lá tinha, também me interessei em ir, tentar a vida. Soube por ele que lá tinha maior possibilidade de conseguir terras visto que tinham muitas, que tinha trabalho para quem queria trabalhar, ele foi e trabalhou para os japoneses, e eu já fui trabalhar para o seu Bidú.

O exemplo dos maranhenses que no Pará melhoraram suas vidas, motivaram outros a também deixar o Maranhão e buscar oportunidades em Tomé-açu no vale do Acará. Certamente, não foram somente os ganhos dos maranhenses migrantes em terras do Pará que motivaram as ações de migração de outros sujeitos. Pois, se o Maranhão oferecesse condições de permanência muitos não migrariam, apenas aqueles que viam as dificuldades aumentarem em sua região de origem que decidiram migrar e buscar oportunidades.

Antônio José Carvalho²⁷, agricultor maranhense, conta que em terras maranhenses trabalhou com vaqueiro nas terras de um fazendeiro local, que praticamente não recebia ganhos, que as dificuldades só pareciam aumentar. O fato descrito por Antônio José Carvalho, é caracterizado por Savio Rodrigues (2015, p. 05), como escravidão contemporânea. O autor enfatiza que a expansão da agropecuária a carvoaria junto às condições que viviam parte significativa da população maranhense, fez o Maranhão se tornar um dos Estados com os maiores índices de escravidão contemporânea. De 28.702 casos de trabalhos em condições de escravidão contemporânea no Brasil, 25% dos casos, de homens e mulheres submetidos a regimes de escravidão eram do Estado do Maranhão. Bernardo Soares da Silva rememora que

²⁷Antônio José Carvalho, 62 anos, agricultor maranhense. Dono de terras na comunidade rural de São José na região do Canindé, Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 18 de abril de 2016.

trabalhou por muito tempo como vaqueiro na fazenda de pecuaristas maranhenses, apenas pelo alimento e moradia, por ter perdido os pais cedo, quando ainda tinha oito anos de idade, o agricultor passou a residir em uma fazenda o em troca de moradia e alimento.

A concentração de terra foi e ainda é um problema nacional. Este fenômeno presente no Estado do Maranhão que é a origem de grande maioria dos migrantes que se deslocaram ao Estado do Pará, especificamente ao município de Tomé-Açu em 1970, é a justificativa, importante para explicar este deslocamento da população maranhense ao Pará. Com isso a década de 1970 apresenta um significativo volume de recepção destes sujeitos no território paraense, fato que já havia ocorrido em territórios da Amazônia em períodos anteriores, conforme destaca Aimbêre Freitas (2000, p.123).

Ao observamos os dados anteriores, o Estado do Maranhão oferecia poucas oportunidades de acesso a terras aos que pretendiam se ocupar de atividades ligadas a agricultura. O fator concentração fundiária, que consiste em uma política agrícola que predomina em benefícios para os latifundiários, aumentando ainda mais a concentração de terras, muitas vezes expulsando os pequenos proprietários e tornando o acesso daqueles que desejam terras ainda mais próximas do impossível, foi primordial para que muitos buscassem outras realidades no que diz respeito a oportunidades para sanar suas necessidades.

Sobre as dificuldades em terras maranhenses e a decisão de migrar, Arnésio Rodrigues de Souza, de 85 anos de idade, desde 1963 morador de Tomé-Açu, informa:

O meu Estado era ruim, não tinha terra pra todo mundo, vim antes dos outros, fui o primeiro de lá a sair, sinto saudades, mas precisei, depois [que vim] busquei outros, na verdade eles vieram atrás de mim, ainda bem que deu certo, hoje sei que fiz o que era pra ter feito. Mas sinto saudades de lá,

Como se observa, havia o prazer em viver em terras do Estado de origem, segundo a percepção repassada por alguns dos sujeitos entrevistados, a exemplo do senhor Arnésio Souza. A questão que os deixava insatisfeitos eram não ter acesso aos benefícios que junto com seus trabalhos os possibilitaria melhoria de vida. A abertura ou notícia de acesso a terras, ou a oportunidades de trabalhos, fazia os sujeitos que enfrentavam dificuldade, esperançosos em ir à busca de melhorias, influenciando historicamente as duas regiões, tanto a que deixou como a que passou a ocupar.

Na região do Baixo Parnaíba, somando-se aos problemas já existentes, as constantes secas impediam atividades relacionadas às terras, atingindo até mesmo os grandes latifundiários. Segundo Francisca Carneiro, não havia ajuda do governo, a

população tinha que dar jeito de sobreviver perante a escassez de alimentos ou mudanças na natureza. Francisca Carneiro recorda as viagens que fazia a cavalo para buscar farinha de mandioca, que era um dos principais alimentos da família e que em período de escassez de alimentos a farinha se tornava a refeição. Por mais que sejam discutidas nesse trabalho municípios diferentes do Maranhão, que refletem os diversos espaços de origem dos povos que servem de sujeitos nesse contexto analisado, notório os motivos diversos para que esses deixassem seu Estado para seguirem para outra realidade geográfica. Sobre a questão, a seca e a concentração fundiária são os mais relevantes, fatores que aumentaram as dificuldades das populações mais pobres. Sobre a seca, Durval Albuquerque Júnior (1999, p.59) destaca que

O discurso da seca, traçando quadros de horrores, vai ser um dos responsáveis pela progressiva unificação dos interesses regionais e um detonador de práticas políticas e econômicas que envolvem todos os estados sujeitos a este fenômeno climático. A descrição das misérias e horrores do flagelo tenta compor a imagem de uma região abandonada, marginalizada pelos poderes públicos. [...] Este discurso da seca vai traçando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocam como porta-vozes deste espaço sofrido.

Este autor expõe que houve, a partir dos anos oitenta, o maior direcionamento para a análise da atuação do poder público na interferência ou implantação de políticas que pudessem ajudar a população que sofria com o problema a resistir. Estes fatores pareceram não ter ocorrido, o governo não auxiliou de forma eficiente a população a resistir aos problemas climáticos, também não contribuiu com o pequeno trabalhador rural, muitos sem terras, a permanecer ou conseguir propriedades para desempenhar suas atividades. No Maranhão, a lei das terras do governo de José Sarney de 1969 dificultou a vida do pequeno agricultor, privilegiando o grande proprietário.

Nesse sentido, conforme o exposto, o Pará, a região do vale do Acará, especificamente Tomé-açu, para os homens e mulheres que tinham em suas raízes os trabalhos ligados a terra como meio de melhorar suas vidas e conseguir o alimento, representava a oportunidade de otimizar seus ganhos, de conseguir trabalho, este em terras, o que atesta que a escolha dos maranhenses não era migrar para qualquer lugar, mas sim migrar para terras onde pudessem desempenhar trabalhos que lhes fossem familiares, fizessem parte de suas experiências, trabalhos ligados a terra. A possibilidade de conseguir terra não foi nem pensada por alguns maranhenses, alguns só queriam trabalho, ou mesmo fugir da vida escassa que na época levavam em terras do Maranhão, em contrapartida, o Maranhão mergulhava em um período difícil para os pequenos posseiros.

Em 19 de abril de 1970, após o retorno de Bernardo Caldas Costa de Tomé-açu ao Maranhão, este decidiu levar ao Pará toda sua família, pois em suas próprias palavras, o “vale do Acará seria o local onde ele via mais oportunidades”. Este migrante, assim como muitos outros passaram a fazer a mesma rota que outros cinco maranhenses que foram ao Pará em 1962 e retornaram prósperos ao Maranhão. Assim como Bernardo Caldas Costa, mais de oitenta famílias saíram do Baixo Parnaíba e partiram ao vale do Acará no Pará. Estes maranhenses eram a maioria ligados a atividades desempenhadas no meio rural e extrativista. Saíram do Maranhão fugindo das dificuldades e da escassez em busca de novas oportunidades. Assim, tal processo se constitui um fenômeno migratório de cunho econômico e social, onde a região de origem não mais oferece condições de permanência aos seus habitantes, em contrapartida o vale do Acará no Pará atraía trabalhadores ligados a terra e suas famílias devido a principal atividade da região ser a agricultura.

A decisão de migrar para o vale do Acará, especificamente para Tomé-Açu, se deu em função das oportunidades possibilitadas, por ser um região jovem, de economia próspera, materializada através do exemplo de “sucesso” de alguns migrantes que retornaram ao Maranhão e foram vistos como exemplos. O migrante que se tornou político, comerciante, ou mesmo o que retornou para buscar a família e os levou de avião, a divulgação que estes fizeram do “tal Tomé-Açu”²⁸, motivaram a decisão dos maranhenses em ir ao Pará. Somadas ainda as dificuldades que os sujeitos enfrentavam em terras maranhenses, a falta de oportunidades de trabalho, a não ação do governo para com os mais pobres, as secas, a tomada das terras pelo grande capital em função da lei de terras de 1969 do Maranhão. Neste sentido, a migração de maranhenses ao vale do Acará no Pará iniciada em na década de 1960 só foi intensificada na década de 1970 pela ausência de oportunidades na região do Baixo Parnaíba maranhense, o destino destes homens pareceu oferecer condições para a melhoria de vida e aquisição de propriedades, fazendo ocorrer o fenômeno da migração de nordestinos para Amazônia na segunda metade do século XX.

²⁸Expressão usada por Auridete Costa, Maranhense, moradora de Santa Quitéria do Maranhão, filha do ex-prefeito Manoel Costa. Entrevista concedida em 22 de novembro de 2016.

CAPITULO II: RELAÇÃO ENTRE JAPONESES E MARANHENSES: O TRABALHO, REMUNERAÇÃO E CONFLITOS

Tomé-Açu, no vale do Acará, foi o principal destino de imigrantes japoneses na Amazônia na primeira metade do século XX, a partir da ocupação das terras da região e da introdução da pimenta-do-reino²⁹, passou a ser uma região próspera, com oportunidades de trabalho e fortalecimento econômico baseado na agricultura. Segundo informações de um artigo do Jornal *Nikkei Shimbun*, responsável pela publicação comemorativa dos 80 anos da Imigração Japonesa na Amazônia, tal processo iniciou-se em 1929, com a chegada dos primeiros imigrantes na colônia de Acará, hoje o município de Tomé-Açu. Ao todo 42 famílias, no total de 189 membros na primeira leva de imigrantes. A imigração japonesa estava a serviço da Nantaku (Nambei Takushoku), Companhia de Colonização da América do Sul S.A, agência que incentivava a vinda dos japoneses, com parceria do governo brasileiro, sob chefia de Hachiro Fukuhara. O governo do Pará disponibilizou aos japoneses 600 mil hectares de terras no município do Acará, atual colônia de Tomé-Açu (NIKKEY SHIMBUN, 2012). No final da década de 1950 o distrito de Tomé-Açu, pertencente ao município de Acará, se tornou município. Fato que aumentou a expectativa econômica e social da região, onde a partir de 1950, passou a receber diariamente pessoas de várias regiões com diferentes objetivos. Esses sujeitos, nordestinos e amazônicos, na maioria das vezes passaram a desempenhar trabalhos na agricultura da pimenta-do-reino, geralmente pertencente aos japoneses, sendo estes detentores da maioria das terras e plantações, consequentemente das oportunidades de trabalho. Os trabalhadores, nordestinos e amazônicos mantiveram relações e desempenharam ações no mais novo município do vale do Acará, enfrentaram conflitos, tiveram ganhos. Nesse espaço da pesquisa será abordado a relação dos migrantes com o trabalho e consequentemente com os patrões, sendo importante compreender os aspectos que deram contornos ao cotidiano de maranhenses na sociedade amazônica.

Quando se trata de Tomé-Açu, a historiografia protagoniza os japoneses como responsáveis pelo “sucesso” econômico da região, muitas vezes esquecendo outros sujeitos que ocuparam e fazem parte da história do vale do Acará. Certamente houve

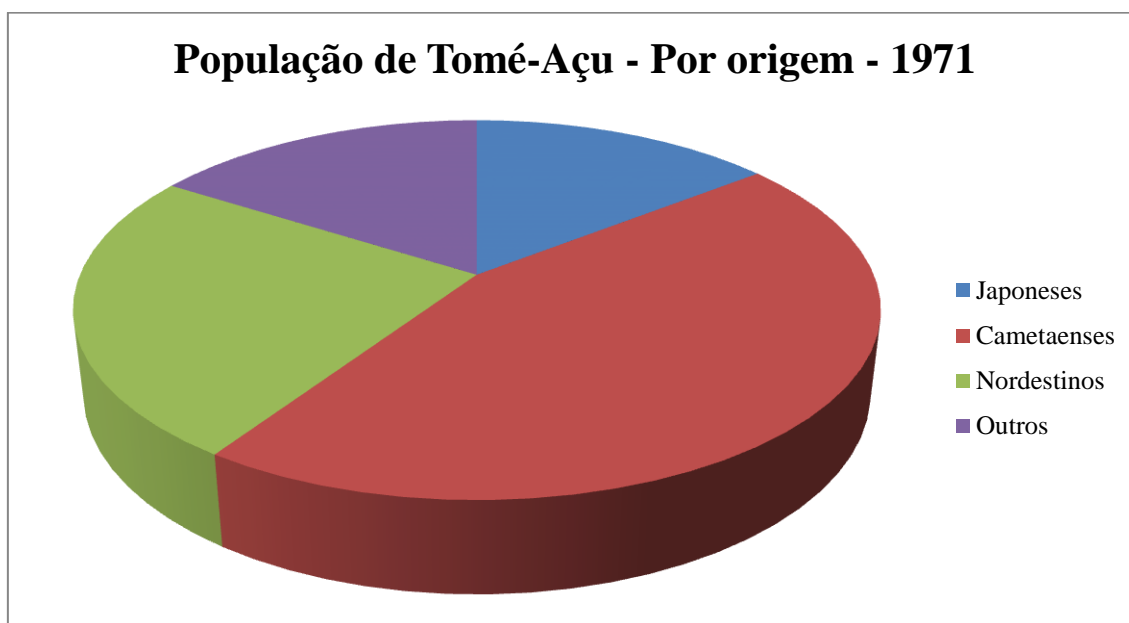
²⁹A lavoura da pimenta-do-reino modificou a agricultura paraense e mostrou a capacidade dos imigrantes japoneses de viabilizarem a agricultura nos solos pobres de terra firme. Durante a década de 1950 e início da década de 1960, a pimenta ficou conhecida como “diamante negro” (HOMMA, 2011).

uma parcela de contribuição significativa dos japoneses nos processos históricos e no surgimento de Tomé-Açu, porém existem outros povos que também contribuíram, seja com a mão de obra nas lavouras de pimenta do reino, ou mesmo nos comércios. Silva (2015) conclui que,

quando se trata da história do município de Tomé-Açu, é enfatizada a contribuição dos japoneses, sua trajetória, implantação e criação das vilas e cidades, do próprio município. O mérito cultural e estrutural é dado dentro da literatura que escreve sobre o município por total aos japoneses. Não pode ser negado que Tomé-açu foi ocupado inicialmente pelos japoneses, que a estrutura e organização dos mesmos é considerável, mas se restringe a seus descendentes, sendo que outros grupos sociais que também compõe a história do município, como cametaenses, sobremaneira os nordestinos não são citados (SILVA; 2015, p.43).

Houveram naquelas terras um emaranhado de ações entre diferentes culturas, relações de trabalho que geraram conflitos, amizades e crimes, e que devem ser consideradas para se pensar na realidade histórica que ali se passava. É necessário que se perpassa pela realidade apontada pelos estudos históricos que só enfatizam a participação japonesa e que pensem outros povos na realidade da região. Mesmo que se mantenha a informação de que os japoneses foram por um período preponderantes em número, mas a partir da emancipação o número de nacionais em detrimento á descendentes de japoneses aumentou consideravelmente. A Câmara municipal de Tomé-Açu, no início da década de 1970 fez o levantamento do número de moradores, junto ao censo municipal foi documentado a origem dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Gráfico 01 - População de Tomé-Açu por origem dos sujeitos - 1971



Fonte: Dados coletados do acervo da Câmara municipal de Tomé-Açu. 1970

O levantamento feito a pedido da Câmara dos vereadores de Tomé-Açu, no início da década de 1970, fez uma estimativa do número de moradores do município, pesquisa feita para fins políticos levou em consideração a origem dos sujeitos. Durante pesquisa foram avaliados 7,227 habitantes, sendo que a maioria era natural do município de Cametá, cerca de 2.937, em seguida nordestinos 1.891, e japoneses 917, 1.482 foram classificados como outros, aqui se inserem os acaraenses e sujeitos de outras regiões.

A pesquisa é importante para esclarecer que na década de 1970, a maioria dos sujeitos que residiam em Tomé-Açu eram cametaenses, nordestinos e japoneses. Os japoneses chegaram às terras de Tomé-Açu na década de 1920 (ISHIZO, 2007, p.43). Os cametaenses chegaram em busca de trabalhos nas plantações de pimenta-do-reino em meados dos anos quarenta (LIMA, 2016, p.32). Já os nordestinos começaram a ocupar o vale do Acará desde a década de 1950, sendo que nos anos sessenta o fluxo cresceu significativamente em função da busca de trabalhos e terras (SILVA, 2015, p.47).

Para Jackeline Lima (2016) os cametaenses também fizeram e fazem parte da história de Tomé-açu. Pois muitos deles estão presentes na realidade histórica e cultural da região e mantiveram relações de trabalho com os japoneses. Geralmente eram os nipônicos que detinham terras e trabalho, necessitando da mão de obra para a produção agrícola. Assim, tanto os cametaenses como os nordestinos, e os maranhenses, entraram em Tomé-açu para servirem de força de trabalho nas plantações de pimenta. Pode ser percebido que Tomé-açu atraía muitos, principalmente em busca de trabalho, nessas chegadas e partidas muitos se encontraram, e muitas relações foram criadas. Não somente ações voltadas ao trabalho ou a busca de lucros, mas solidariedade, compartilhamento de conhecimentos. Neste capítulo buscaremos compreender as relações estabelecidas nesse cenário de trabalho e remuneração no vale do Acará do século XX. Procuramos evidenciar se houveram conflitos, ações solidárias em meio ao cotidiano de trabalho.

Por se tratar de um estudo de história agrária, as questões que compõe a discussão em torno das relações de trabalho e terras necessitam de uma compreensão conceitual. No caso do vale do Acará, na Amazônia, os donos de terra eram os japoneses, proprietários, incentivados pelo Estado. Nesse sentido, é necessário analisar

as questões ao conceito de direito de propriedade, para tratar a compreensão daqueles trabalhadores, amazônicos ou nordestinos que em terras nacionais foram explorados como força de trabalho nas plantações de estrangeiros. Ou mesmo, do sentimento de pertencimento e propriedade dos primeiros que chegaram à região em relação aos que posteriormente começaram a ocupar.

Pollig (2013), com base na célebre expressão de Rousseau “isto é meu” para referenciar a propriedade, lançamos a pergunta: como dizer a propriedade “é minha”? Foi na concepção de quem chegou primeiro a região e ocupou terras, que muitos japoneses argumentaram sua ocupação no vale do Acará e seu direito sobre as terras da região. O Estado concedeu as terras da região para os japoneses³⁰ na década de 1920 sem considerar indígenas que ocupavam o lugar há séculos. A partir da ocupação, os japoneses passaram a se reconhecer como donos daquelas terras, assegurados pelo Estado. Com o desenvolver das atividades econômicas o poder dos japoneses foi aumentando, o uso de “sucesso” das terras, gerou uma agricultura que movimentou os rios da região com navios de cargas carregados de sacas de pimenta-do-reino e homens em busca de trabalhos (LIMA, 2016, p.25).

No Acará a concretização do direito de propriedade antes da década de 1960 foi estimulado e assegurado pelo governo do estado. Os beneficiados foram os japoneses, que teriam as terras concedidas e com a agricultura da pimenta-do-reino se consolidaram como donos das terras que ocupavam. O direito de propriedade destes, foi assegurado pela expressão econômica que se transformaram com os trabalhos desenvolvidos na região, a partir desses fatos o Estado, a sociedade amazônica passou a olhar o vale do Acará como uma região de exitosa do ponto de vista econômico. O poeta e escritor José de Melo Barrocal conta que, quando chegou á Tomé-Açu em 1962, os japoneses já tinham grandes plantações em suas terras, uma realidade econômica próspera, que não era comum em outras regiões do Pará. O termo “tinham”, relativo às terras ocupadas por japoneses, expressa a posse dos nipônicos, e conseqüentemente o reconhecimento do depoente em relação à propriedade destes estrangeiros. Os japoneses já eram considerados donos das terras que ocupavam na Amazônia, não somente as instituições públicas, mas o próprio sujeito, amazônico reconhecia os japoneses como

³⁰A imigração de japoneses para a Amazônia no século XX se deu a partir de acordos feitos entre os governos do Brasil e Japão. Tomé-Açu e Monte Alegre no Pará, Parintins no Amazonas foram regiões que receberam imigrantes dos Japão. (ISHIZU, 2015, p.37)

de direito a propriedade. Neste aspecto, estamos trabalhando com a ideia de que o direito de propriedade é “socialmente reconhecido a uma pessoa de realizar ações com um recurso, de extrair rendimentos dele e de autorizar ou proibir a terceiros o seu uso” (SANTOS, 2012, p.282).

O direito concedido aos nipônicos sobre terras amazônicas no século XX se constitui como a concessão para que estes, a partir dos resultados econômicos obtidos da agricultura, pudessem criar uma autonomia local. A partir da economia da pimenta-do-reino muitos homens e mulheres chegaram à região para trabalhar na colheita e manutenção nas plantações, em meio a contestações e lutas de classe foram havendo situações conflitantes resultados das relações de trabalho estabelecidas na região. Esses fatos são importantes para compreender a necessidade de realocar as pessoas que chegavam ao vale do Acará em outras terras que não fossem de propriedades dos nipônicos. Nesse contexto de colheitas e oportunidades de trabalhos pessoas de diferentes regiões do Estado do Pará e do Nordeste do Brasil chegaram ao vale do Acará. Nesse sentido, houve um encontro de diferentes culturas, fortalecendo a composição social da Amazônia. Em meio a essa composição muitos fatos ocorreram para que se consolidassem os direitos, as vivências e as práticas. Homens e mulheres sofreram preconceitos, trabalharam, brigaram, praticaram, ou sofreram crimes em meio a um espaço em construção que resultou na atual sociedade.

2.1 O trabalho e a remuneração nas lavouras de pimenta-do-reino em Tomé-Açu

Na década de 1950, antes mesmo da emancipação política de Tomé-Açu em relação a Acará, a economia da região já atraía sujeitos de vários municípios paraenses e de outros Estados, por conta das oportunidades de trabalho na agricultura da pimenta-do-reino. A produção tomeaçense elevou a região a se tornar a maior produtora de pimenta-do-reino do mundo. Os trabalhos relacionados à agricultura da pimenta necessitavam da disponibilidade de mão de obra, sendo empregados nessas atividades muitos sujeitos. A região que mais disponibilizou sujeitos para servirem de mão de obra na produção foi o município de Cametá, de onde a mão de obra vinha com abundância (TRINDADE, 2016, p.19), em seguida os nordestinos. Esses sujeitos, geralmente submetidos a patrões japoneses, criaram relações com a natureza da região, criaram afetividades no cotidiano de trabalho, vivenciaram e fizeram parte de momentos

conflituosos, entre outros fatos. Nesse sentido, as formas de trabalho e a remuneração da década de 1960.

A agricultura em Tomé-Açu proporcionou o crescimento econômico daquela região. Os japoneses eram donos de vastas fazendas de pimenta-do-reino, equipadas com maquinários usados nos trabalhos relativos à agricultura considerados modernos para a época. Fato que expressa o poder de posse dos agricultores da região.

IMAGEM 05: Desfile de maquinários agrícolas de Japoneses em Tomé-Açu, 1960



FONTE: Acervo pessoal de Elielson Cabral de Aguiar, 2015.

A fotografia do início da década de 1960, mostra o desfile de máquinas, tratores que traziam ao volante japoneses, detentores dos meios de produção e do capital, fortalecidos pelos incentivos nacionais e do Japão. No período da fotografia, em setembro de 1959, o desfile das máquinas mostra a força dos japoneses para a economia local e conseqüentemente os resultados da colonização e dos trabalhos iniciados por esses imigrantes³¹. Ao fundo da imagem uma casa de madeira em escamas,

³¹Por imigração entende-se a ação e o efeito de imigrar. Faz referência às pessoas que ingressam/dão entrada num país (que não o seu) para residir no mesmo, geralmente por motivos econômicos, políticos ou outros. Ou seja, as pessoas que costumam abandonar a sua terra natal para se instalarem no estrangeiro (ALMEIDA, 2016, p.13).

característica arquitetônica dos japoneses no vale do Acará e que novamente expressa a sua dominação em meio à natureza amazônica.

A fotografia da década de sessenta é expressiva para a compreensão dos fatores sociais que ocorriam no Vale do Acará. Expressa à visão, o ângulo, a seleção feita por um fotógrafo no início da década de 1960, a serviço dos próprios japoneses fotografados. No período, a fotografia não era algo comum, sendo um serviço geralmente contratado por pessoas mais abastadas. Os detentores de terras, produção e maquinários retratados na imagem são os japoneses, aqueles que encomendaram a produção da imagem com o profissional, expressando o monopólio e poder que os japoneses detinham em certos espaços na região do vale do Acará. Assim, a fotografia como fonte histórica se atrela a história, pois, não é possível entendê-la como simples percepção sensorial, separada de sua historicidade (OLIVEIRA, 2010, p.06).

As fotografias das décadas de 1960 e 1970 que retratam Tomé-Açu, na maioria das vezes, contém sujeitos de origem japonesa, fato que expressa o argumento que a fotografia nesse período era uma prática usada por aqueles que detinham posses. Outro fato observado seria a ausência de sujeitos de origem regional, que geralmente se ocupavam de trabalhos braçais, pesados, que não detinham posses, conseqüentemente não tinham acesso a costumes e serviços “elitizados”.

Segundo Austriclinio Viana,³² memorialista local, este foi trabalhador nas lavouras de pimenta-do-reino, afirma que os japoneses eram os donos de quase tudo, de Tomé-açu até o Breu, as terras eram predominantemente propriedades de nipônicos. Assim, a maioria dos nacionais que chegassem á Tomé-açu no vale do Acará, sem poder aquisitivo se tornaria um trabalhador, possivelmente servindo nas plantações dos japoneses. Esses descendentes nipônicos detinham então a possibilidade de emprego para outros que chegassem em busca de trabalho nas lavouras. Nagai (2013) afirma que Tomé-açu recebia diariamente muitos homens e mulheres de diversas regiões do Pará e do Brasil, que vinham em busca de ocupação e lucros, passando a desempenhar trabalhos nas lavouras dos japoneses.

³²Austriclineo Viana, 89 anos, natural de Cameté no Pará, aposentado, morador de Tomé-Açu. Entrevista concedida em 15 de dezembro de 2016.

Durante a década de 1960, após a emancipação política de Tomé-açu o fluxo de pessoas para a região aumentou. O trapiche municipal,³³ era o local mais movimentado, onde tinham os comércios e o recrutamento dos trabalhadores.

IMAGEM 06: Trapiche municipal de Tomé-Açu. Década de 1960



FONTE: Acervo pessoal de Elielson Cabral de Aguiar, 2015.

Os fatos citados, referentes à grande movimentação de pessoas em Tomé-açu, podem ser vistos na imagem acima. A fotografia do início da década de sessenta é de um dia comum no porto de Tomé-açu. A única forma de chegar de Belém do Pará a Tomé-açu era por vias fluviais, por isso a grande movimentação nos arredores deste espaço público. Não se tem uma estimativa de quantas pessoas chegavam diariamente a Tomé-açu, porém, segundo Deuzuite Rodrigues, agricultora aposentada, 91 anos de idade, o porto era muito visitado por nordestinos e cametaenses e acaraenses em busca de Trabalho. A produção de pimenta-do-reino e os trabalhos referentes à plantação e

³³Porto de Tomé-açu, era o terminal hidroviário municipal, até 1974 a única forma de chegar a Tomé-açu partindo da capital do estado do Pará era por meio do transporte hidroviário.

colheita deste gênero exigiam mão de obra em grande quantidade. Assim, Tomé-açu se fazia um espaço de oportunidades de trabalho.³⁴

Neste cenário de chegadas e partidas que o porto representa, chegaram tanto os japoneses desde 1926, os cametaenses a partir de 1940, como os nordestinos a partir da emancipação política de 1959. Tomé-Açu caracteriza-se como uma região de formação praticamente completa por migrantes, primeiro houve uma imigração internacional, onde japoneses passaram a ocupar a região, depois uma migração, quando cametaenses e nordestinos também surgem neste espaço. Os fatos citados não diferem de outras regiões, que tem essa marca de migração e colonização ao longo de sua história. Essa política de atração, onde as regiões e suas ofertas de trabalho levavam multidões a deixar suas terras de origem e buscarem novas oportunidades.

Na Amazônia, foram introduzidos milhares de homens e mulheres de muitas origens, em diferentes períodos por diversos motivos. Algumas vezes o próprio governo incentivava a ida de sujeitos para a região. Porém, migração não pode ser somente associado à iniciativa governamental, pois é necessário que o sujeito tenha em suas terras de origem situações que o desmotive a permanecer, obrigando ou permitindo que ele se submeta a migrar. Becker (1990), define a mobilidade, migração, como um processo espacializado de fracionamento social, sendo que, especificamente na fronteira teremos a intensificação da utilização da mobilidade como pressuposto de dinamicidade e versatilidade para a ordenação do mercado de trabalho regional.

O vale do Acará sendo uma importante região da Amazônia e de forte agricultura, atraiu muitos homens e mulheres, se caracterizando como migrantes, porém os motivos que os levaram a região não foram totalmente esclarecidos, o que se pode evidenciar é que em terras da região se dedicaram em maioria a atividades ligadas a agricultura, que é a prática predominante na região. É notório que o processo migratório ocorrido no espaço regional amazônico tem como fundamento à intensa flexibilização da mão de obra (CAVALCANTE, 2005, p.14).

Historicamente a Amazônia apresenta dados que expõem a recepção de muitos homens e mulheres de distintas regiões, principalmente do Nordeste do Brasil. Flávia

³⁴Deuzuite Rodrigues, paraense, 91 anos, agricultora aposentada, esposa do cearense Miguel Raimundo Santos, in memória, moradora da Vila de Água Azul na região de Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 22 de outubro de 2016.

Cavalcante (2005) escreve que na segunda metade do século XX a Amazônia recebeu milhares de migrantes em busca de diferentes objetivos, onde o Pará foi o Estado da região que mais recebeu contingentes populacionais, cerca de 54,5% eram de origem nordestina. Porém Cavalcante se remete principalmente a atração desses homens e mulheres como a busca de trabalhos nos projetos desenvolvidos na região pelo governo federal. Assim, o caso do vale do Acará se difere dos fatos expostos pela autora, pois a região ofertava oportunidades de trabalho na agricultura liderada pelos japoneses.

Guiados pela atração gerada pela notícia de possíveis oportunidades de trabalho, chegaram ao trapiche municipal de Tomé-açu quatro migrantes maranhenses, Arnésio Rodrigues de Sousa, Francisco Ginéz, Eliézer Nogueira e Bernardo Nogueira, este último conhecido como Bébézão. Segundo Arnésio Rodrigues de Sousa, migrante maranhense, agricultor aposentado, dono de terras na Colônia de Canindé, e o único dos migrantes ainda vivo, informa que chegaram ao trapiche de Tomé-açu após dias de viagem partindo do Maranhão ao Pará. Pois só se tinha notícias de que Tomé-açu ofertava oportunidades para homens que desejassem trabalhar em lavouras.

Estes primeiros migrantes maranhenses teriam levado muitos dias para chegarem até Tomé-açu devido às dificuldades enfrentadas. O deslocamento iniciou-se no município de Santa Quitéria, na região do Baixo Parnaíba Maranhense, continuando o trajeto até Luzilândia, local onde esperaram pelo ônibus que os levaram até Teresina. Da capital do Piauí, o grupo de maranhenses usou o trem para ir a São Luiz, usando a estrada de ferro. Da capital do Piauí até São Luiz do Maranhão os quatro maranhenses usaram o trem como transporte. Ao chegarem a São Luís, ainda foram ao aeroporto na tentativa de ver se o dinheiro que tinham pagaria suas passagens até Belém do Pará. Porém, o preço das passagens aéreas não era compatível para que todos embarcassem, a alternativa foi ir até ao terminal hidroviário da cidade, onde viram que somente após quinze dias teria barco para a capital paraense. Não havendo alternativa, procuraram lugar para ficar e esperar a data de embarque. Foram até a casa de um conhecido que residia em São Luís, onde obtiveram estadia. Conseguiram uma empreita para fazer um telhado, o que os ocupou durante os dias que permaneceram na capital do Maranhão, assim poupando o dinheiro que tinham. Uma situação que demonstra que o percurso até ao Pará, não apenas contava com improvisos de viagem, mas do auxílio e solidariedade de conterrâneos. Embarcaram no navio às quatro da manhã de um dia em que o senhor Arnésio de Sousa não conseguiu recordar a data. O migrante destaca que era outubro de

1960, após aproximadamente uma semana, de paradas e prosseguir, conseguiram chegar a capital do Estado do Pará (SILVA, 2015, p.47).

Durante o relato de Arnésio de Sousa, este recorda que vendeu o boi de seu irmão, Bernardo Rodrigues, vulgo Bidu, para custear sua viagem. “Eu e ele dividia tudo, ele tinha um gadinho, não quis ir pro Pará comigo, mas me ajudou a ir, depois ele veio, anos depois”. Chegando a capital do Estado do Pará, foram ao antigo porto do Sal, local onde saíam e chegavam grandes embarcações diariamente. Porto muito importante, levando em consideração que ainda nesse período, anos 1960 e 1970 até mesmo 1980, os rios eram o principal meio de se locomover dentro do território amazônico. Os sujeitos pegaram o barco São José do Acará, que os levariam até Tomé-Açu. O trajeto descrito pelo migrante maranhense foi feito por muitos outros também da região do Baixo Parnaíba maranhense. Iniciado por estes quatro homens citados e fortalecido durante a partir de 1969, pois muitos outros homens vieram de diferentes formas para o vale o Acará.

Arnésio Rodrigues de Sousa e os outros que com ele chegaram a Tomé-açu serviram de mão de obra nas plantações de pimenta-do-reino de propriedade do japonês Joarez Kimura, já falecido, este era dono de oito mil pés de pimenta do reino (CAMTA, 2000). A fazenda onde Joarez era proprietário estava situada na região próxima ao espaço urbano de Tomé-Açu. Arnésio de Sousa diz que trabalhou inicialmente na limpeza das plantações e na adubação, pois eram os serviços disponíveis, já que em novembro a safra da pimenta-do-reino havia sido colhida. Nas falas de Arnésio Rodrigues de Sousa todos os três que com ele vieram de Santa Quitéria do Maranhão conseguiram trabalhar nas propriedades de Joarez Kimora. A remuneração era feita a cada quinze dias com alguns descontos devido aos alojamentos utilizados pelos trabalhadores e aos alimentos comprados em um pequeno comércio do próprio patrão. As fazendas dispunham de alojamentos para os trabalhadores e alguns casos para a família deles também (TRINDADE, 2016).

O grande aumento na produção da pimenta do reino nas décadas de 1950 e 1960 permitiu que os japoneses criassem uma estrutura maior na produção. Nesse período a pimenta-do-reino ficou conhecida como “diamante negro”, devido às mudas da Ásia levadas por imigrantes japoneses eram conhecidas como pimenta redonda ou pimenta preta, daí se deu o apelido de “diamante negro”, também pela alavancada que a

produção da pimenta deu na economia paraense. O processo de fortalecimento da pimenta foi lento se descortinando somente no início da década de 50, as mudas que os nipônicos levaram a Tomé-Açu ficaram ociosas por praticamente duas décadas, “esquecidas”, no entanto quando as famílias Kato e Saito iniciaram técnicas de produção com a trepadeira, esse produto se tornou o principal atrativo econômico e social da região. Homma (2011), trata da agricultura da pimenta-do-reino, introduzida na Amazônia pelos japoneses como um “golpe de sorte do acaso” que favoreceu a economia da região, possibilitando avanços na agricultura paraense, mostrando a capacidade e determinação dos imigrantes Japoneses.

Arnésio Rodrigues e os outros prestaram serviços durante quase uma década para Joarez Kimura, japonês, dono de fazendas de pimenta-do-reino, junto a eles estavam cametaenses, pernambucanos e piauienses. Os trabalhos desenvolvidos nas fazendas pelos trabalhadores eram controlados pelos próprios patrões. Os serviços prestados eram pagos de duas formas, nas diárias ou empreitas, no caso do período de colheitas era pago de acordo com a produção. Para Akira Nagai (2015), os trabalhadores eram remunerados a partir dos serviços prestados e com acordos pré-estabelecidos. Nesse sentido havia um acordo que não era selado por contrato, a palavra do patrão e o acordo feito com o funcionário iria se tornar a “lei”. Era reconhecido como direito aquilo que teria sido acordado. Mas, obviamente que poderiam ter ocorrido fatos que não era cumprido o que havia sido combinado, gerando desconforto e conflitos. Arnésio Rodrigues identifica os acordos como justos, pois recorda que teve ganhos com os trabalhos que prestou em plantações de pimenta-do-reino. Nos arquivos públicos do município, nas conversas durante a pesquisa com os japoneses e nacionais, foi identificado à ausência de uma legislação trabalhista que regularizasse as ações dos patrões e trabalhadores. Também não foram identificados trabalhadores amparados pela possibilidade de aposentadorias por tempos de serviços ou coisa parecida.

Pode ser afirmado que os migrantes do nordeste e mesmo da Amazônia que se deslocaram ao vale do Acará, principalmente nos períodos que antecedem o final da década de 1960, buscavam principalmente oportunidades de trabalho, haja vista que com a produção da pimenta-do-reino e seu valor comercial gerou além do fortalecimento da economia do vale do Acará a formação de um mercado de trabalho. Neste trabalho mercado de trabalho é entendido nas concepções de Suzy Koury (2015), sendo aquele no qual o trabalho é livre, caracterizado pela compra e venda da força de

trabalho, em suas diversas formas, e pelo trabalho assalariado. Essas oportunidades geradas a partir da produção da pimenta que trouxeram para Amazônia muitos homens e mulheres e posteriormente suas famílias e amigos guiados por possibilidades de ganhos. Na Amazônia é recorrente que a abertura de projetos ou introdução de empresas as pessoas passem a se deslocar em busca de salários, de melhorias. Anterior ao período discutido a Amazônia viveu ciclos econômicos significativos que trouxeram muitos sujeitos na condição de trabalhadores. (CAVALCANTE, 2005, p.08).

Koury (2015) afirma que na Amazônia o mercado de trabalho surge no século XIX a partir da extração do látex com o auge do ciclo da borracha, que durou até meados de 1920. Antes da produção do ciclo anteriormente mencionado, houve também, no período colonial a busca pelas drogas do sertão feita pelos indígenas a mando dos portugueses. Porém, os indígenas não eram considerados trabalhadores com condições oportunistas. Nesse sentido Koury reafirma que o período inicial do mercado de trabalho de Amazônia tenha sido inaugurado com a extração do látex. Posteriormente houve outras atividades, como a agricultura na primeira metade do século XX.

Franciane Gama Lacerda (2006) em sua tese de doutorado trabalha a temática relativa aos migrantes na Amazônia, especificamente os migrantes cearenses. Segundo a autora, os migrantes do Ceará teriam ido a Amazônia fugindo da seca ou atraídos pelas oportunidades de trabalho, fato recorrente no vale do Acaraú no século XX, onde haviam oportunidades de trabalho e para muitos foi a oportunidade de fugir da realidade que sua região de origem oferecia. Arnésio Rodrigues de Sousa conta que além de buscar oportunidades de trabalho também fugia das lembranças que tinham do vale do Parnaíba maranhense.

Antes de vir para o vale do Acaraú, tive uma situação que me partiu a alma, a mulher que eu era casado morreu mordida por uma cobra cascavel, a viuvez me entristeceu e fiquei sem rumo. Quando pensei em vir pro Pará comecei a ver a oportunidade de deixar o sofrimento.

As reflexões de Franciane Gama Lacerda, enfatizam essas variadas experiências sociais, onde cada migrante atribui diferentes significados, novamente muito próximo das conclusões referentes a sujeitos como Arnésio Rodrigues de Sousa. Este migrante buscou em outras terras de uma região diferente novas experiências, e como ele mesmo proferiu, fugia de lembranças que não o fazia se sentir bem. Além dos fatores emocionais este buscava novas oportunidades.

A atividade econômica que trouxe muitos migrantes cearenses até a Amazônia no século XIX e início do XX, foi à extração e comercialização do látex. A produção do látex passou a representar a modernização do espaço urbano amazônico. Diferente realidade vivenciada no mesmo período no Ceará. Nesse sentido a região amazônica passava a ser um espaço de oportunidades. (LACERDA, 2006, p.12). Do mesmo modo o vale do Acaraí se tornou durante um período, espaço de oportunidade e crescimento econômico em relação às terras de origem dos migrantes que ali chegaram. A realidade econômica do vale do Acaraí era diferente de outras regiões da própria Amazônia. Importante ainda enfatizar, que os trabalhos disponíveis na região que atualmente situa o município de Tomé-Açu eram voltados para a Agricultura. Sendo assim, os migrantes se submetiam a trabalhos pesados, com longas jornadas e todos com ênfase na produção baseada na agricultura, principalmente da pimenta-do-reino.

A jornada de trabalho não era regulada nem escolhida pelos trabalhadores, os patrões quem fixavam os horários com os prestadores de serviços. Akira Nagai afirma que o trabalho na agricultura da pimenta-do-reino, dependendo do acordo feito entre o patrão e empregado poderiam ser de curtas ou longas durações. Como muitos trabalhadores moravam nas terras dos patrões, os trabalhos poderiam levar até mesmo a noite.

Para Sérgio Martins (2002) a jornada de trabalho está ligada à ideia de medida do tempo de trabalho, correspondendo ao período em que o empregado está à disposição do seu empregador, aguardando ou executando ordens. Essa jornada é uma imposição do empregador, ou um acordo entre este e o empregado. A força de trabalho, mão de obra, passa a ser vendida, esse valor é atribuído geralmente ao tempo e ao trabalho desempenhado.

Porém, há diversas considerações quanto a jornada de trabalho, Amaurí Nascimento (2002) contribui enfatizando que existem três importantes considerações acerca de jornada de trabalho; a) tempo efetivamente trabalhado; b) tempo “in itinere”; c) tempo à disposição do empregador. Tempo efetivamente trabalhado corresponde jornada de trabalho como sinônimo de horas trabalhadas. Tempo “in itinere” jornada de trabalho, além das horas trabalhadas, o tempo em que o empregado gasta para se deslocar de sua residência para o trabalho e vice-versa. Tempo à disposição do empregador leva em consideração a jornada de trabalho as horas trabalhadas, acrescidas

do tempo à disposição do empregador. Para pensar na realidade do vale do Acará, a terceira forma de jornada de trabalho é a que mais se assemelham as atividades e jornadas vividas pelos trabalhadores nas plantações de pimenta-do-reino.

A jornada de trabalho, os direitos dos trabalhadores, as regras impostas pelos japoneses donos de terras e plantações, são fatores necessários para evidenciar a relação entre patrão e empregados. Muitos maranhenses que foram para o interior do Pará, principalmente os primeiros que chegaram à região trabalharam nas lavouras de pimenta, nesse contexto tiveram que se adaptar as regras estabelecidas pelos patrões. As jornadas eram diversas e oscilavam dependendo do período, Arnésio Rodrigues diz que em períodos de colheita da pimenta não havia horário de parar de trabalhar. Antônio Carlos Costa³⁵, agricultor maranhense, aposentado, atualmente morador de Água-Azul no Canindé, comenta que muitos maranhenses não gostavam de trabalhar com os japoneses, devido ao excesso de regras impostas pelos nipônicos.

A pimenta-do-reino é uma planta, que na sua forma adulta se torna um arbusto que necessita de tutor como apoio para fixação das raízes adventícias. A pimenta-do-reino ³⁶produzida na forma de grãos secos (preta e branca), verde em conserva e em pó, é utilizada como condimento e na elaboração de alimentos industrializados. Ainda nas definições e informações relativas à pimenta-do-reino e suas condições é percebido a complexidade da plantação, da manutenção e da colheita, o tutor, que geralmente é uma estrutura de madeira em formato de estacas, sustenta a estrutura da trepadeira pimenta-do-reino. A retirada dos tutores é feita antes da plantação das mudas de pimenta, que por ser uma trepadeira necessita desse suporte. Assim, antes mesmo de plantar a pimenta-do-reino, era necessário fazer buracos no chão, por esse suporte para após esse procedimento, iniciar à preparação do solo, e a escolha de mudas de pimenta. Em resumo eram procedimentos feitos em períodos longos. (EMBRAPA, 2004, p.64).

³⁵ Antônio Carlos Costa, agricultor aposentado, 63 de anos, maranhense, morador da vila Água-Azul na região do Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 23 de julho de 2017.

³⁶ A pimenteira-do-reino (*Piper nigrum* L.) é uma espécie perene, semi-lenhosa e trepadeira. O gênero *Piper* pertence a classe das Dicotiledôneas, ordem Piperales e família Piperaceae. O caule é formado por duas partes distintas: a haste central que possui raízes adventícias, grampiformes, que se originam nos nós e aderem livremente no suporte (ramo ortotrópico) e as hastes laterais que são desprovidas de raízes aderentes e cujas gemas originam as flores e frutos (são chamados ramos de frutificação ou plagiotrópicos). As folhas são pecioladas e localizadas à altura dos nós existentes nos ramos. (Manual Segurança e Qualidade para a Cultura da Pimenta-do-Reino Brasília: EMBRAPA/SEDE, 2004. 65 p. (Qualidade e Segurança dos Alimentos). Projeto PAS Campo. Convênio CNI/SENAI/SEBRAE/EMBRAPA, 2004, p.64)

Bernardo Caldas Costa, migrante maranhense, 76 anos, foi trabalhador em plantações de pimenta-do-reino de japoneses na década de 1960, em entrevista expõe que eram muitos os trabalhos nas etapas da agricultura da pimenta. Nesse sentido, a necessidade de mão de obra se torna ainda maior, essa complexidade na produção e implantação de “pimentais³⁷”, possibilita perceber que se torna uma produção que necessita de grandes investimentos. Assim, para produzir pimenta era necessário ter terras e madeira para servirem de “tutores” ou “estacas” para sustentar a estrutura da trepadeira, fatores que aumentam o valor do investimento. Restringindo aos homens de posse, que detinham poder financeiro, a possibilidade terem plantações de pimenta. Como os trabalhos relativos à produção de pimenta-do-reino eram complexos e necessitavam de mão de obra em quantidade, muitos homens e mulheres se destacaram de suas regiões para o vale do Acará. Reforçando que foi nesse contexto que vieram nordestinos, e pessoas de outros municípios paraenses chegaram a Tomé-açu. Estes serviram de mão de obra em diversos períodos e etapas que compõem a construção da agricultura da pimenta do reino.

Para Gehard Flohrschutz (1983) a produção da pimenta-do-reino e a construção de um pimental, necessitam de um trabalho exaustivo e de mão de obra para desempenha-los. É necessária a preparação da área para receber a plantação, a derrubada das árvores, limpeza da área. É necessário enfatizar que na década de 1960, as paisagens que predominavam em Tomé-Açu, eram de florestas grosseiras e matas fechadas, e uma fauna e flora praticamente inalterada. Assim, o procedimento para a implantação de um pimental necessitava de esforços ainda maiores. A limpeza da área, a introdução das estacas ou tutores, a preparação do solo, a seleção da mudas, a introdução das mudas, além da manutenção. Esses procedimentos foram apontados por Akira Nagai como necessários para a implantação de uma plantação de pimenta-do-reino.

Raimunda Custódia Pontes de Souza³⁸, agricultora, 77 anos de idade, trabalhou nas lavouras de pimenta-do-reino de japoneses na década de sessenta, afirma que o período em que mais necessitavam de mão de obra eram nas colheitas. Era nesse período que homens, mulheres e crianças participavam ativamente dos trabalhos, pois

³⁷Pimentais, nome dado às plantações de pimenta-do-reino

³⁸Raimunda Custódia Pontes de Souza, 77 anos, paraense, agricultora aposentada, moradora da comunidade rural de São José na região de Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 23 de julho de 2017.

sempre havia uma urgência nas colheitas para que não houvessem prejuízos para o patrão. Para a implantação dos pimentais, diferente do período de colheita, os homens eram os mais procurados, já nas colheitas não havia preferência, sendo o período de jornadas de trabalho exaustivas. Pedro Rocha³⁹, diz que nas colheitas os trabalhadores entravam no pimental ainda sem ver o sol, com pausa curta para o almoço, deixando as plantações somente ao escurecer. Pois a maioria das vezes os valores os trabalhadores recebiam por produção, quanto mais quilos eram colhidos, mais eles recebiam. Essa forma de remuneração levaram aos pimentais famílias inteiras, inclusive as crianças que reforçavam a atividade familiar na colheita da pimenta no vale do Acará. Joana Meireles⁴⁰, cametaense, 91 anos, trabalhou nas colheitas de pimenta-do-reino em Tomé-Açu, conta que era comum crianças participarem dessas atividades para ajudar os pais.

IMAGEM 07: Colheita de Pimenta-do-reino – Tomé-Açu. 1960



FONTE: Acervo de Mayara Bianca 2015.

A imagem acima expõe o período de 1960 em uma colheita de pimenta-do-reino em Tomé-Açu onde famílias inteiras se juntavam para prestarem serviços em plantações. A direita da imagem uma criança colhe pimenta da árvore, mostrando a diversidade entre a idade de quem prestava serviços nos períodos de colheitas. Essa imagem se configura uma importante fonte histórica. Essa fonte expressa fatores

³⁹Pedro Rocha, 73 anos, maranhense, agricultor aposentado, morador da comunidade rural Poerão na região de Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 06 de agosto de 2017.

⁴⁰Joana Meireles, 92 anos, cametaense, agricultora aposentada, Moradora da comunidade rural Santa Luzia na região de Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 23 de Julho de 2017.

intrínsecos, além de sentirmos emoções, podemos ler informações, entender situações, descrever paisagens, objetos e pessoas de forma não textual, imaginar épocas e pessoas, enfim lembrar (STAMATTO, 2009). Nesse sentido pode se perceber uma imagem muito comum no vale do Acará nas décadas de 50, 60 e 70. O trabalho infantil, as longas jornadas de trabalho não eram combatidas, pelo contrário, esse tipo de trabalho era prática comum. Nos registros encontrados sobre o período não é percebido o combate ao trabalho infantil, sendo comum as crianças participarem dos trabalhos. Durante as atividades de pesquisa a delegacia da cidade, o fórum, foram visitados, porém os documentos acessados não expõe ações do Estado que proibissem o trabalho de crianças ou as longas jornadas no período de colheita.

O cametaense Austriclinio Viana, atualmente um memorialista conhecido na região do vale do Acará, foi um dos trabalhadores que prestaram serviços nas plantações de pimenta. Segundo Austriclinio, conhecido em Tomé-Açu como Austri, a motivação para sua ida de Cametá para Tomé-Açu foi à oportunidade de trabalho que teria nos trabalhos relativos à plantação e produção de pimenta. A imagem acima exposta se mistura ao depoimento deste sujeito, pois os grandiosos pimentais da região e as relações estabelecidas dentro dessa plantação vão muito além de relações de trabalho. Era um espaço de troca de conversas, para os trabalhadores, muitos recém-chegados, era o pimental local onde homens e mulheres se conheciam, onde as pessoas se relacionavam, faziam negócios, acordos, desencadeavam conflitos.

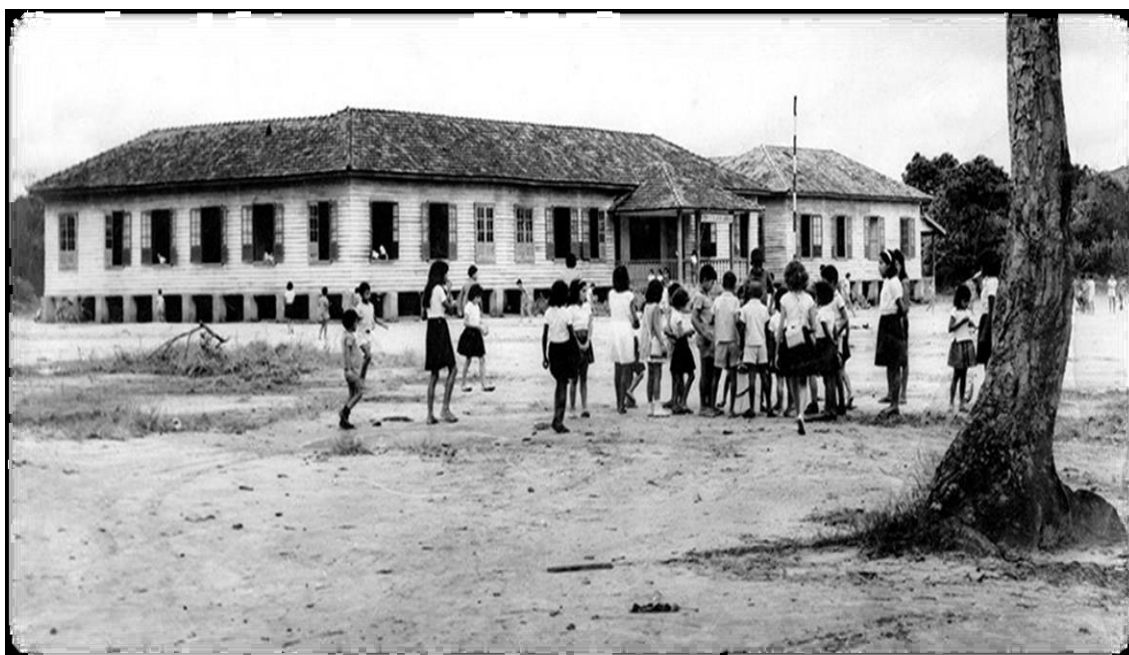
Ainda com enfoque na imagem que expõe cerca de 17 trabalhadores, sendo 11 adultos e 6 crianças, os adultos sobre uma estrutura de madeira conhecida como “cavalete” colhendo a produção nos altos da pimenteira, já as crianças na maioria das vezes ficavam na parte baixa da planta, colhendo a produção da “saia”, esse era o termo usado costumeiramente entre os colhedores de pimenta-do-reino para se referirem a parte baixa da pimenteira. Essa imagem expõe as relações familiares, a participação das crianças no trabalho e na renda das famílias do vale do Acará.

As unidades escolares eram poucas e atendiam principalmente os filhos de japoneses, sendo estes os donos das plantações de pimenta. As crianças filhos de trabalhadores se ocupavam assim que resistissem, em trabalhos na agricultura da pimenta-do-reino junto aos pais. Na década de 1960 o município de Tomé-Açu disponibilizava de algumas escolas públicas. Os registros de alunos que frequentavam a

escola Municipal Ipitinga, atestam que a maioria era de origem japonesa, de oitenta e sete registros de matrículas e frequência anual, 62 alunos tinham sobrenome de origem japonesa, o restante eram nacionais.

Para a professora Elizan Ramos, professora da rede pública em Tomé-Açu, somente os filhos de japoneses tinham condição e disponibilidade para estudar, pois geralmente os brasileiros mesmo adolescentes se dedicavam ao trabalho ou a algum ofício muito cedo. A professora ainda enfatiza que muitos desistiam da escola para ajudar a família nos trabalhos da agricultura, acrescenta dizendo que “para os trabalhadores, o importante era saber assinar o nome, depois largavam a escola e dedicavam-se ao trabalho na terra”

IMAGEM 08: Escola Municipal de Ipitinga, 1967



FONTE: Acervo da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Tomé-Açu (SEMED-TA), 2015.

A imagem da área externa da Escola Municipal Ipitinga, retrata o cotidiano de estudantes durante a década de sessenta. A imagem não possibilita que seja feito a identificação dos sujeitos. Por muito tempo a escola foi a principal unidade de ensino de crianças e adolescentes em Tomé-Açu. Até 1982 a escola Ipitinga contava com um quadro de professores exclusivamente de origem japonesa.⁴¹

⁴¹ Informação retirada da folha de pagamento da SEMED Tomé-Açu presente no arquivo inativo da Secretaria Municipal de Administração de Tomé-Açu. 2015

Tatiane Santarém (2016) afirma que para as plantações de pimenta-do-reino no período de colheitas iam muitas pessoas de diferentes faixas etárias buscando trabalho. Traziam consigo toda a sua família para trabalhar nas lavouras, pois estes recebiam por produção e quanto mais pessoas da mesma família trabalhando maior a remuneração. O pagamento era baseado na produção, porém havia variação, pois os acordos eram estabelecidos entre o empregador e o empregado rural. Sobre as jornadas de trabalho e o uso da mão de obra infantil na agricultura o memorialista Akira Nagai⁴² comenta;

Era comum que as crianças trabalhassem naquela época, nos períodos de colheitas os pimentais pareciam pequenos para a quantidade de crianças que acompanhavam seus pais. Era uma forma de ajudar, aquele que completava doze anos já era um homem praticamente, tinha que ajudar, muitos largavam a escola, outros nunca nem havia sentado em uma cadeira de escola. Não havia esse negócio de conselho tutelar, ou ministério do trabalho para inibir o trabalho dito infantil.

Os períodos de colheita geralmente eram os mais desgastantes, devido à intensidade e a jornada diária de trabalho. A pimenta-do-reino quando pronta para ser colhida necessita de rapidez devido ser uma especiaria apreciada por aves que destroçam os caroços, causando prejuízos aos proprietários. Para Bernardo Soares da Silva⁴³, agricultor, maranhense, morador do Canindé em Tomé-Açu, os trabalhos na produção de pimenta foram produtivos, pois, assim como ele, muitos maranhenses aprenderam a produzir e lidar com pimenta. Além de trabalhar nas colheitas, esses sujeitos ainda entravam em conflitos com a natureza. Por se tratar de um grão com pele vermelha, a pimenta era apreciada por algumas aves que traziam prejuízos para os donos de pimentais. Bernardo Silva combatia essas aves, identificadas por ele como “Aracuã⁴⁴” usando espingardas.

A Aracuã come a pimenta-do-reino e dava prejuízos nas roças de pimenta. Como ela come os caroços-da-pimenta, ela destroça os caroços e os derruba. A pimenta fica madura quase toda de uma vez, aí causa prejuízos nas plantações, as aves atacam as plantações, então os patrões deixavam que a gente matasse elas, além disso é uma ave muito saborosa.

Nos depoimentos de Bernardo Soares percebemos que muitos traços amazônicos, a floresta e suas aves como uma barreira natural para a expansão da agricultura. Juliana Bublitz (2006) trabalha a relação da natureza vista pelo governo como uma barreira para o crescimento econômico. Nesse sentido, as matas, as florestas

⁴²Akira Nagai, 80 anos, memorialista, agricultor aposentado, descendente de japoneses, morador de Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 22 de junho de 2017.

⁴³Bernardo Soares da Silva, maranhense, 59 anos, agricultor aposentado, morador da comunidade rural de São José na região do Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 12 de julho de 2017.

e os elementos que compõe essa paisagem natural se tornam oposição ao “civilizado”. Bublitz acrescenta que a destruição das matas no Rio Grande do Sul para dar lugar à agricultura e projetos de colônias agrícolas foram consideradas um modelo civilizador. Sendo que muitas vezes a natureza resiste aos projetos, dando prejuízos ao que foi investimento. No caso do vale do Acará, da agricultura baseada na pimenta-do-reino, as aves como a Aracuã, interferiam na produção através da destruição e dizimação dos grãos maduros de pimenta, dando prejuízos aos produtores, uma vez que são pequenos grãos e servem de alimentos para a ave. Akira Nagai afirma que eram milhares de aves cantarolavam durante as tardes próximas as plantações.

Essas aves estavam presentes na alimentação dos trabalhadores, geralmente de origem migrantes de baixa renda moravam nas dependências da casa dos patrões, em barracões ou em casas em meio a florestas. Estes necessitavam levar aos pimentais as refeições que faziam durante o dia de trabalho, aves nativas como a aracuã, ou peixes do igarapé ou outros animais silvestres serviam da refeição de muitos homens e mulheres. Francisca Reis recorda da fartura de animais que haviam na região na década de 1960.

Era muito bicho, cheguei a ver onças aqui perto de casa, veado, meu marido ia pescar e trazia muitos peixes, a gente salgava e deixava no sol e passava dias comendo. Aves do mato, peixe e outros bichos eram as nossas refeições. E a gente não reclama não, isso era fartura, era lugar de fartura, sempre tínhamos o que comer. Nossos filhos foram criados se alimentando de caças. Quando a gente trabalhava levava nosso frito com farinha em uma vasilha.

Assim pode ser concluído que nas ofertas de trabalho não havia a oferta de refeição. Os trabalhadores levariam suas refeições, assim como a água que tomariam durante o dia. Nesse sentido só haveria mesmo essa relação onde o trabalhador vende sua força de trabalho por um valor específico. Estes se aproveitavam das ofertas da natureza para suprir partes de suas necessidades alimentares. Alguns patrões tinham em suas propriedades um estoque com produtos que passavam aos trabalhadores e descontavam quando faziam o pagamento. (TRINDADE, 2016, p.17).

Dentre esses trabalhadores haviam homens e mulheres de várias origens e vários objetivos. Alguns passavam todos os períodos trabalhando em plantações de pimenta-do-reino de japoneses, porém outros só prestavam serviços no período de safras. Portanto, este último é conhecido como safrista. Caracteriza-se como safreiro ou safrista o trabalhador que se obriga à prestação de serviços mediante contrato de safra, assim considerado aquele que tenha sua duração dependente de variações estacionais das

atividades agrárias. São assim entendidas as tarefas normalmente executadas no período compreendido entre o preparo do solo para o cultivo e a colheita. (SANTOS, 2013, p.12).

A maioria dos safreiros ou safristas que prestaram serviços em tempos de colheita de pimenta-do-reino em Tomé-Açu eram de origem paraense. Homens e mulheres vindos principalmente do município de Cametá na região paraense do Baixo Tocantins. Esses usavam os rios para chegar a Tomé-Açu em longas viagens, muitas vezes a remo, se alimentando de peixes e animais silvestres durante a viagem até o Vale do Acará. Estes trabalhadores passavam temporadas em Tomé-Açu servindo de força de trabalho nas colheitas (VIANA, 2013, p.18). Cláudio Meireles⁴⁵, atualmente é agricultor aposentado, natural de Cametá no Pará, foi safreiro junto a sua esposa Joana Meireles, 91 anos, lembra que no período de colheitas muitos cametaenses iam de Cametá até Tomé-Açu, este período geralmente compreendia entre os meses de junho e setembro. Segundo o depoimento do cametaense, este era um período em que haviam maiores oportunidades de trabalho, as pessoas trabalhavam e conseguiam alguma quantia. Após a colheita voltavam para suas terras em Cametá.

O cotidiano nas plantações de pimenta-do-reino é descrito por Akira Nagai como exaustivo. Este é filho de japoneses, que em 1960 tinham posses em Tomé-Açu, compostas de grandes plantações de pimenta-do-reino e serviam de local de trabalho para muitos migrantes. No período de safra ainda na ausência do sol homens e mulheres e crianças se dirigiam as plantações de pimenta com o intuito de colher grandes quantidades de pimenta-do-reino, e conseqüentemente gerar rendas. Os serviços perpassavam o dia sem que os trabalhadores fossem á suas casas. As refeições, as necessidades fisiológicas eram feitas nas dependências das plantações de pimenta. Dentre os que prestavam serviço nas colheitas havia um fiscal que fazia a pesagem da produção, pois o serviço de colheita era remunerado a partir da quantidade de pesos que os trabalhadores colhiam. Prisco dos Santos, comenta que muitos levavam filhos justamente para que houvesse aumento na quantidade de sacas colhidas e conseqüentemente no valor que receberiam.

⁴⁵ Cláudio Meireles, paraense, 89 anos, agricultor aposentado, morador da comunidade rural de Santa Luzia região do Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 16 de setembro de 2016.

Como os serviços eram diversos em torno da plantação e produção da cultura da pimenta-do-reino no vale do Acará, a forma de remuneração e relação entre o empregado e empregador eram variadas. Pois no período de criação e implantação de um pimental era necessário vários serviços. Segundo o maranhense Arnésio Rodrigues, a remuneração poderia ser na forma de empreita, onde o próprio trabalhador era quem fazia seu horário de entrada e saída. Assim um serviço era ofertado e ficava a critério do trabalhador o término da empreita. O trabalhador empreiteiro é a pessoa que, mediante contrato de empreitada, executa serviços, como limpeza de pasto, catação de café, capina de milho etc, por preço determinado (SANTOS, 2013, p.14). Esse período de empreita era negociado com o patrão, e dependendo do valor estes desempenhavam o serviço.

Foi nesse contexto que Arnésio Rodrigues junto a outros dois homens trabalhavam em uma empreita para Joarez Kimora para fazerem cerca de três mil “tutores”, estacas de madeira. Essa prática era conhecida como “bater estacas”. Arnésio, Eliezer e Raimundo Martins, os dois são nordestinos do Maranhão e o último era natural do estado do Ceará. Estes homens trabalharam por quase três meses nessa empreita. Para isso o patrão, empregador disponibilizava o material para esses serviços, com exceção dos alimentos e água. Novamente os trabalhadores recorriam à fartura oferecida pelas florestas do vale do Acará. Podemos perceber que nas relações de trabalho entre japoneses e migrantes nacionais, onde os japoneses eram os detentores das oportunidades de trabalho e os migrantes da força, não havia a oferta direta de alimentos e água, predominando o que é dito costumeiramente no vale do Acará, como alimento e água por conta do trabalhador. Em 1963, ano da empreita em que os três migrantes prestaram serviços a Joarez Kimora, na região ainda haviam matas densas e árvores grandes, o que necessitava maiores trabalhos para a derrubada e para extrair madeira desta, essa madeira era transformada em suporte, estacas usadas para sustentar árvore da pimenta do reino. Porém, havia grande disponibilidade de arvores como o acapú⁴⁶, que era a madeira mais usada por sua resistência a períodos de chuva.

⁴⁶O Acapú, é uma árvore não muito alta, que pode atingir 20 metros de altura, de belo aspecto, bastante ramificada com folhagem escura e belas inflorescências no início da estação chuvosa, de janeiro a março, conforme os lugares e os anos. De madeira muito apreciada por sua resistência. **Revista Árvore março-abril. SIF - Sociedade de Investigações Florestais - Viçosa/MG - 2002 -ISSN0100 - 6762 - Página 219.**

Arnésio relata que os trabalhos eram muito cansativos, era necessário derrubar as árvores para depois rachar as toras ao meio. O instrumento utilizado eram as “roladeiras”, grandes serras de uso manual que eram usadas para as derrubadas de árvores. Os serviços que envolvem a derrubada de árvores e a retirada de madeiras geralmente eram delegados aos homens.

IMAGEM 09: Derrubada de árvore em Tomé-Açu Pará (1963)



FONTE: Acervo pessoal de Mayara Bianca 2015

Na imagem da década de 1963 em Tomé-Açu pode ser observado os três homens trabalhando conjuntamente montados em uma estrutura de madeira usando a serra manual para derrubar uma árvore. Prática comum nesse período, onde homens a exemplo de Arnésio Rodrigues trabalharam diariamente em empreitas exaustivas e busca do sustento e melhoria de vida. Arnésio completa dizendo que começavam os trabalhos da empreita bem cedo, usando as ferramentas como a serra, passando o dia derrubando árvores, principalmente o acapú.

Nas primeiras semanas a gente só derrubava o acapú, por dia a gente derrubava quatro ou cinco árvores, era muito cansativo ter que ficar horas usando a serra, o trabalho era muito cansativo e deixa o corpo moído. Depois de derrubar o acapu a gente rachava ele ao meio para fazer estacas de dois metros e meio mais menos, para servirem para fazer o pimental, não existia o motosserra de hoje, essas facilidades.

Essa preparação das estacas para servirem de tutores para a pimenta do reino representavam oportunidades de trabalho, além do Acapú outras madeiras eram usadas para servirem como suporte. Geralmente os tutores eram tirados em medidas que giravam em torno de 3m, enterrados 50 cm de profundidade. Estas estações são normalmente de madeira-de-lei, resistentes ao apodrecimento como jarana (*Holopyxidiumjarana* Huber Ducke), acariquara (*Minquartiaguianensis* Aubl.), acapú (*Vouacapoua americana* Aubl) e maçaranduba (*Manilkarahuberi* Standley). (NETO, 2010, p.35).

Por se tratar de história do tempo presente, foi possível usar os relatos, os esforços dos migrantes e de outros sujeitos que vivenciaram o período como fontes históricas. A memória se constitui fonte a partir de depoimentos concedidos por homens e mulheres sujeitos, que atuaram no vale do Acará no período discutido. Notoriamente que os relatos muitas vezes sofrem as consequências historiográficas, pois, a participação do historiador na narrativa alteram a ordem dos fatos.(TOKIN, 1992, p.18). Os fatos contados pelos sujeitos que compõem este trabalho são classificados como prática de identidade na história oral, portanto, manifesta-se também em "o lembrar e contar [que] são eventos em si mesmos, não somente descrições de eventos" (PORTELLI, 1981, p.13).

Os procedimentos em torno da pimenta-do-reino necessitam de muito trabalho e investimento. Os meses que Arnésio, Eliezer e Raimundo trabalharam para produzirem 3.000 tutores, estacas, foram de duro trabalho para dominar a natureza usando instrumentos que atualmente são considerados ultrapassados. Os trabalhos da empreita onde os três homens do nordeste enfrentaram renderam a eles uma boa quantia, porém o valor exato não foi lembrado por Arnésio Rodrigues. Mas este lembra que esse foi um dos muitos trabalhos que desempenhou nas terras de Tomé-Açu. É notório que eram trabalhos que representavam riscos, somando a isso o não uso de materiais de segurança. O mesmo recorda que não havia interferência política ou da justiça nas condições de trabalho, sendo regulamenta pelos acordos entre os patrões e trabalhadores.

Os homens e mulheres que se relacionaram no vale do Acará, expressam o que guardam nas memórias e contribuem neste trabalho historiográfico. Quando distinguimos história oral de outros tipos de entrevistas ou narrativas orais, é que esta

dinâmica é também e, principalmente, mediada pela natureza e pelo contexto da rememoração. Memória não é simplesmente um exercício de lembranças; há muitas formas de rememorar e diferentes razões por que nós queremos (ou não queremos) rememorar (Fentress e Wickham, 1992; Tonkin, 1991). Certamente os entrevistados selecionaram, fazendo da fonte oral uma fonte seletiva, assim como as fontes documentais ou imagéticas, a influência de quem a produz esta presente em todas as fontes. A fonte oral é importantíssima neste trabalho, haja vista que tem uma ausência de documentos que possam contar aspectos da sociedade amazônica ligada ao meio rural. Como é um trabalho que busca compreender a vida migrante e o acesso a terras sem meios jurídicos, a ausência de documentos oficiais e fotos do povo discutido, impossibilitaria compreender esse processo histórico. Nesse sentido, a fonte oral se caracteriza como de suma importância para compreender os fatos vivenciados pelos homens que se dedicaram ao trabalho voltado para agricultura no vale do Acará.

Os trabalhadores eram de origem humilde, muitos acostumados com os trabalhos difíceis da vida rural, por esse motivo muitos se prestavam a trabalhar em atividades que representassem perigo. A historiadora Tatiane Santarém (2016) afirma que durante o período dos ciclos da pimenta do reino em Tomé-Açu

houve um regresso do trabalhador ao campo que atraído pela possibilidade de trabalho e dinheiro vinham trabalhar nos pimentais, no entanto iniciou com uma imigração nômade, pois os trabalhadores vinham durante a safra para trabalhar na forma de empreita para os japoneses, com uma jornada de trabalho pesada e sem os direitos trabalhistas assegurados, esses trabalhadores se submetiam a um cotidiano exaustivo (SANTARÉM, 2015, p 19).

Como podemos observar, a formação de um pimental depende muito da força de trabalho e certa experiência, pois tudo começa na mata a partir da extração das estacas de madeira e na época não dispunham de tecnologia, como um veículo motorizado, por exemplo, tudo o que tinham era a força de vontade de vencer e esperança de finalmente mudar a vida para melhor. Assim, Tomé-Açu iniciou sua fase econômica mais próspera com a economia da pimenta-do-reino, destacando-se economicamente no Estado. (NAGAI, 2012, p.23).

O reflexo disso foi visto nas melhorias que houveram na vida dos colonos, a fase do “diamante negro”, que segundo Homma pode ser descrita pelos valores extraordinários do preço da pimenta-do-reino. “Em 1963, quando o preço de um quilo de pimenta-do-reino valia Cr\$170,00 e a diária de um adulto Cr\$ 40,00, de uma mulher

Cr\$ 30,00 e de um menor Cr\$ 16,00 a Cr\$ 17,00”. Ou seja, a despesa de um quilo, incluindo os preliminares do plantio era de Cr\$ 25,00, menos de 200 gramas pagavam todas as despesas de um quilo de pimenta-do-reino. Mas toda essa alavancada da pimenta, trouxeram consequências. (HOMMA,2011, p.85). A mudança de relações sociais, os japoneses passaram a compor uma elite rural, os nacionais cada vez mais submetidos ao trabalho e a falta de oportunidades devido ao monopólio japonês. A partir daí foram surgindo conflitos em função do desejo de brasileiros em terem posses e direitos parecidos com os colonos do Japão no vale do Acará. O aumento no número de roubos e furtos é uma consequência da valorização da pimenta do reino no mercado.

Os valores das diárias, ou empreitas geraram entre muitos homens e mulheres de varias regiões tanto do Pará quanto pessoas do nordeste. A relação entre patrão e empregado era baseada em uma relação de trabalho. Arnésio mostra que houve entre ele e seu patrão, Joarez Kimura, a quem prestou serviços por aproximadamente quatro anos, uma relação de ajuda e solidariedade além de conseguir obter experiência com a cultura da pimenta do reino.

além de trabalhar a gente também aprendia a como fazer um pimental, as etapas de preparação e colheita. De certa forma criamos a vontade de ter nosso próprio pimental e sair daquela condição de empregado. Como eu sou do Maranhão tinha vontade de voltar buscar meus irmãos para trabalhar nessa região pois era bom, mesmo com trabalhos árduos eu não reclamava, era fartura. Seu joarez foi um bom patrão, não me lembro de ter brigado com ele, sempre pagou direitinho.(Arnésio Rodrigues, 12 de Maio de 2016).

Apesar das boas lembranças em relação à remuneração e aos conhecimentos adquiridos enquanto trabalhou nas lavouras de pimenta-do-reino de Joarez Kimora, Arnésio recorda que não havia documento que comprovasse nenhuma forma de pagamento, ou contrato. Os acordos eram feitos mediante a palavra do empregado com o empregador.

Nesse sentido os acordos e as imposições do empregador eram geralmente aceitas, pois a condição de sujeitos migrantes com Arnésio e muitos outros, que estavam longe de suas terras de origem, em muitos casos por diversos motivos nem poderiam retornar a sua região se submetiam a venda de mão obra barata e a condições complexas de trabalho pondo até mesmo a vida em risco. Os fatos expõe uma relação de desorganização quanto a uma legislação de trabalho, tornando explicito as imposições dos empregadores nas condições de trabalho.

Em 1962, Caio Prado Júnior publicou novo artigo: *Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, onde expos que

Uma legislação trabalhista eficaz e realmente protetora do trabalhador empregado rural deve, além de regular as relações de trabalho, criar as condições necessárias, e que fazem falta no meio rural brasileiro por circunstâncias que lhe são peculiares, para que entre proprietários e trabalhadores subsistam unicamente, como se dá nos centros urbanos, relações puramente de trabalho, isto é, de prestação remunerada de serviços, de empregador e empregado.

Prado Júnior, ao trabalhar a legislação trabalhista do campo, enfatiza que os patrões buscavam somente o lucro através da exploração da mão de obra. Nesse sentido, uma legislação que regularizasse as relações de trabalho no campo era praticamente inexistente nesse período. Para Caio Prado, a legislação trabalhista possibilitaria melhores condições de vida e emprego para o trabalhador rural, fortalecendo-o, passo importante para o desenvolvimento futuro da luta desses trabalhadores por uma sociedade socialista. Para a realidade amazônica, certamente era mais complexo a aplicação e fiscalização de qualquer legislação, pelas dimensões territoriais e complexidade de tráfego.

Em 02 de março de 1963 foi criada a Lei nº 4.914, chamado popularmente como estatuto do empregador rural. Porém, mesmo com esse avanço, a nova lei não regulamentava as relações de trabalho. Sobre a referida lei, Caio Prado *publicou O Estatuto do Trabalhador Rural*⁴⁷, onde enfatizou a importância da promulgação da lei,

A extensão da legislação social-trabalhista para o campo e a proteção legal do trabalhador rural [...] têm um alcance econômico e social que raros diplomas legais tiveram até hoje entre nós. Apesar das graves falhas que apresenta a lei promulgada, [...], seus efeitos serão consideráveis, pois se efetivamente aplicado com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país. Será, podemos dizer, uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888.¹²

Quando uma lei é promulgada e passa a vigorar, geralmente leva um período para sua real efetivação. Entre os entrevistados em Tomé-Açu, que trabalharam desde a década de 1960, a criação de uma legislação é fato desconhecido. Manoel Onofre⁴⁸ afirma que não se ouvia falar em regras ou normas para a contratação de trabalhadores na agricultura em Tomé-Açu.

⁴⁷ 12 Id. Ibid, p. 142-143.

⁴⁸ Manoel Onofre, cearense, 65 anos, político aposentado, morador da cidade de Quatro-Bocas em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 15 de outubro de 2016.

Em de 1963, foi publicado o livro *Escravos da Terra*, uma coletânea de artigos de Fernando Ferrari sobre a questão agrária, onde o autor busca explicar os fatores históricos que excluíram os trabalhadores do campo das decisões e da representação social, os deixando as margens da sociedade.

É preciso, por isso mesmo, que se integrem na vida política, jurídica e social da Nação aqueles que vivem a sua margem. [...] Sustento cada vez mais, [...], que não teremos, no Brasil, uma liberdade para todos enquanto não trouxermos as populações rurais para o aconchego da lei. [...] Não podem sentir as populações camponesas amor pela vida democrática, se não se beneficiam dela, se, em seu nome, morrem nos campos, pelo abandono social ou pela miséria econômica.⁴⁹

A produção de políticos e intelectuais como Prado Júnior e Fernando Ferrari, expõe a situação dos homens do campo, e da atuação do Estado na situação trabalhista dos trabalhadores do setor rural no Brasil. Ferrari escreve no *livro mensagem renovadora*, de publicação antecedente a lei nº 4.914, sobre a situação que regulamentava a relação de trabalhadores rurais brasileiros afirmando que;

Não existem leis de amparo social, não existe qualquer critério humano nas relações de trabalho. A maioria esmagadora dos homens do campo, no Brasil, trabalha em terras alheias, nas quais se assentam quase por esmola ou por arrendamentos em condições extorsivas. [...] Semelhante situação exige revisão e regulamentação. Assim como na cidade hoje dispomos de uma legislação trabalhista de proteção e de amparo, impõe-se a instituição de um regime jurídico próprio ao trabalhador do campo.⁵⁰

Esses fatos expõem a vulnerabilidade do trabalhador rural brasileiro na década de 1960, acrescenta ainda a falta de fiscalização ou intervenção do Estado nas relações entre o empregador e o trabalhador do campo.

No caso do vale do Acará a maioria das terras e das oportunidades de trabalhos eram monopolizadas pelos japoneses, na maioria das vezes esses eram os patrões, donos de vastas terras caracterizadas e comparadas até mesmo ao latifúndio. Detentores da produção da região e “ditadores” das condições de ofertas de trabalho. A produção da pimenta em Tomé-Açu atendia ao capitalismo, a produção voltada para a exportação. No meio rural, a chegada do capitalismo fez com que se alterassem as relações de trabalho. O camponês, subjugado à lógica do capital, tornou-se um trabalhador assalariado, perdeu sua independência, sua terra, sua moradia, seus instrumentos de trabalho e tornou-se um proletário. (FLEURY, 2010, p.14). A agricultura de subsistência não mais atendia ao mercado que surgiu, nesse sentido os homens e

⁴⁹ FERRARI, Fernando. *Escravos da terra*, Porto Alegre: Globo, 1963, p. 35-36

⁵⁰ 17 Id. *Mensagem Renovadora*, Porto Alegre: Globo, 1960, p. 23.

mulheres do nordeste do Brasil, ou de Cametá no Pará que foram ao vale do Acará vender sua força de trabalho atendiam a necessidade capitalista e aos latifúndios de pimenta do reino.

Nos trabalhos envoltos as plantações de pimenta-do-reino no vale do Acará, muito além da relação patrão empregado e o surgimento de amizades e relacionamentos afetivos, namoros, casamentos, houveram também contatos culturais, de diferentes povos, de costumes. O pimental foi palco da economia e da vida de muitos homens de diversas regiões do Pará e do Brasil, estes na oportunidade de trabalho criaram relações além da econômica, criaram vínculos, dos pimentais surgiram famílias, daqueles trabalhos foram desencadeados desejos de posses, homens e mulheres migrantes desejaram ter suas próprias terras, suas plantações e serem donos do seu próprio “negócio”. A solidariedade dos japoneses, a disponibilidade dos trabalhadores, fizeram com que homens á exemplo de Arnésio Rodrigues tivessem boas lembranças do período de trabalho enfrentados nas plantações de pimenta. Muitos trabalhadores fizeram pequenas fortunas nessas relações, nas empreitas nas diárias nos serviços prestados. Porém, além de boas relações, houveram conflitos, lutas e violência, fatos que fazem parte da história da região.

2.2. Entre conflitos e acomodações: a necessidade de terras como mediação

Os esforços travados em torno da agricultura no vale do Acará tornavam a região um atrativo para aqueles que desejavam trabalhos temporários ou mesmo participar da promissora economia da região. Nesse processo de migração de pessoas de diferentes regiões, muitos trabalhadores migraram de barcos e canoas com diferentes objetivos. Muitas vezes a quantidade de pessoas⁵¹ que chegavam á Tomé-Açu assustava os próprios moradores da região. Em suas bagagens, além de objetos, esses homens, mulheres e crianças traziam, os costumes e práticas que poderiam ser desconhecidos para aqueles que já estavam ali instalados eram observados. Essa constância e

⁵¹Segundo um senso comunitário feito em 2014 pela turma de história UFPA no período de valorização da pimenta do reino, chegavam cerca de 95 pessoas por dia ao porto de Tomé-Açu em busca de trabalhos. Os documentos que controlavam esse fluxo de pessoas foi destruído em 2009 durante um incêndio a delegacia da cidade, impossibilitando o acesso a possível fonte. Informação publicada no trabalho acadêmico apresentado por Ryane Silva, arquivado no acervo da Biblioteca do Polo Universitário da Universidade Federal do Pará em Tomé-Açu.

movimento nas ruas do espaço urbano, e no rural de Tomé-Açu, geraram diferentes relações entre os povos de origens diversas. No interior das plantações de pimenta-do-reino, nas relações do empregado com o patrão certamente não houveram somente boas relações e cordialidade. Para compreender esse contexto, é necessário observar os episódios de conflitos e tragédias ocorridas no vale do Acará.

Desde o período em que Tomé-Açu era vinculado politicamente ao município de Acará, período esse encerrado em 1959, como registrado anteriormente, muitos homens e mulheres migrantes se somaram a região influenciados por diversos sentimentos. A maioria dos migrantes entrevistados, justificaram que teriam ido a Tomé-Açu em buscas de melhorias econômicas, como trabalhos e acesso a terras. Os maranhenses Arnésio Rodrigues, Eliezer Nogueira, Francisco Ginéz e Bernardo Nogueira, os primeiros de origem do Baixo Parnaíba maranhense a chegarem ao vale do Acará vieram em busca de melhorias econômicas. Após estarem alguns anos em solo toméaçuense alguns voltaram ao Maranhão a passeio e ao retornar ao vale do Acará levaram outros sujeitos.

Esses povos de diferentes regiões em um mesmo espaço, materializado pelos pimentais em busca de objetivos econômicos não geraram apenas amizades e boas relações, os conflitos e lutas surgiram entre os povos que ocupavam essa região. Ishisu (2005) afirma que mesmo os japoneses que já estavam há décadas em um sistema de colônias não tinham uma boa relação como imaginado.

A relação entre imigrantes na colônia não se dava sem tensões. O conflito entre imigrantes de dois períodos em Tomé-Açu é um desses exemplos. Nesse episódio, os imigrantes que haviam chegado na década de trinta comportavam-se como mandatários do local, exigindo daqueles que haviam chegado na década de cinquenta, comportamento de um servo. A exigência de sempre andar atrás dos imigrantes mais antigos, era denunciada como atitude discriminatória e por isso inadmissível pelo Soichi Ohya, comentarista japonês que veio em 1954 para observar as experiências de colonização na Amazônia, revela apenas a superfície da tensão que existia naquela fronteira da colônia (ISHISU, 2005, p.102).

Ishisu (2005) aponta que é apenas a superfície da tensão, que os japoneses mesmo entre os seus pares, seus conterrâneos, praticavam a discriminação, baseados nas ideias em que o dono era quem chegava primeiro. Mesmo em diferentes períodos, ainda quando Tomé-Açu tinha uma economia baseada na produção de hortaliças. Essas tensões se fortaleceram com o aumento da produção da pimenta-do-reino, onde as relações se multiplicaram com a chegada de mão de obra para servirem nas plantações

da região. Os nacionais e japoneses mantiveram relações de trabalho, porém em muitas vezes chegaram a ter estranhamentos.

Durante a década de 1960 a maioria das propriedades rurais eram de japoneses, praticamente não haviam patrões brasileiros. A dedicação à produção da pimenta-do-reino no vale do Acará era uma prática dos descendentes, os nacionais costumavam produzir a agricultura de subsistência. Nesse sentido, a mão de obra era praticada pelos paraenses e nordestinos que frequentavam a região em busca de trabalho. Em meio a essa relação de empregado e patrão houveram ainda mais conflitos, lutas por direitos ou por honra. Antes de iniciar aos fatos, é necessário pensar luta de classe⁵² como um importante fator que ocorreu em varias regiões e que dinamiza as relações econômicas e sociais.

Muitos dos conflitos entre empregados e patrões em Tomé-Açu, onde japoneses foram assassinados, podem ser caracterizados com insurreições, sendo característica da luta de classe, onde o empregado se rebela contra o patrão, pratica um crime buscando a compensação ou sentimento de recobrar a honra dele retirada ao ser explorado (MACHADO, 2011). Não foi identificado um movimento organizado de contestação que caracterizasse um movimento conflituoso entre patrões e empregados, o que houve foram momentos de tensões em função de questões isoladas. Porém, era inevitável que houvessem contestações, pois a condição de trabalhadores, sem direitos garantidos, “assegurados” apenas nas palavras do patrão, em acordos selados ao aperto de mão, e resultados controlados em um caderno de monopólio dos japoneses. Em meio a essas situações surgem os trabalhadores, sejam nordestinos ou cametaenses, muitos insatisfeitos. Eliane Gaspar⁵³, professora da rede pública de Tomé-Açu, filha de nordestinos que serviram de mão de obra nas plantações de pimenta-do-reino, afirma que os japoneses deixavam os trabalhadores em regime de semi-escravidão, dependentes de produtos vendidos nos estabelecimentos dentro da propriedade dos patrões, fazendo dessa oferta descontos absurdos nas produções dos trabalhadores.

O memorialista Akira Nagai afirma que em Tomé-Açu havia a classe dos trabalhadores e dos patrões. Reitera ainda que os japoneses eram muito “reservados” e

⁵²As classes são grupos de homens em que uns podem apropriar-se do trabalho dos outros graças à diferença do lugar que ocupam num sistema da economia social. A luta de classe é quando esse grupo entra em conflito com os detentores do privilégio social. (LÊNIN, 1997, p.13).

⁵³ Eliane Gaspar do Nascimento, 47 anos, Professora da rede pública municipal de Tomé-Açu, moradora da Cidade de Quatro-Bocas em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 13 de Setembro de 2017.

tinha costumes diferentes dos brasileiros, principalmente quanto ao lazer e alimentação, fato que muitas vezes dificultavam que estes se “misturassem”. As praticas religiosas e alimentares dos japoneses foram mantidas mesmo em solo brasileiro. As relações afetivas entre japoneses e brasileiros não era vista com bons olhos pelos próprios japoneses, afirma Arnésio Rodrigues. O conceito classe é abrangente para pensar os trabalhadores e patrões no contexto histórico de Tomé-Açu, contudo, estamos falando de dois grupos distintos, com funções e vida social diferentes, os japoneses detentores de terras, plantações e ofertas de trabalho, do outro lado os nacionais, sejam eles nortistas ou nordestinos, trabalhadores donos da força de trabalho. Para pensar classes, Lenin (1997) diz

Chamam-se classes a grandes grupos de homens que se diferenciam pelo seu lugar no sistema historicamente determinado de produção social, pela sua relação (na maioria dos casos confirmada e precisada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelos meios de obtenção e pelo volume da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de homens em que uns podem apropriar-se do trabalho dos outros graças à diferença do lugar que ocupam num sistema da economia social.

Essas classes se formaram no cenário do vale do Acará em função da agricultura, onde os japoneses se tornaram detentores do poder de se apropriar dos trabalhos dos outros (cametaenses e nordestinos), justo pela posição social, econômica e política que passaram a ocupar.

As concepções sobre classes são baseadas na produção, aplicadas à realidade histórica da região. Nesse caso, os japoneses seriam “os possuidores dos meios de produção, já os nordestinos e cametaenses e outros que trabalham nas lavouras de pimenta se caracterizam como aqueles que não possuem quaisquer meios de produção, e são explorados.

O surgimento dos conflitos é resultado da organização da sociedade contemporânea, sendo algo difícil de ser superado pois,

enquanto a posição econômica dos homens for de forma a permitir que uma minoria se aproprie gratuitamente de grande parte do que é produzido pela maioria trabalhadora, é inevitável a divisão da sociedade em classes, e os homens pertencerão às classes de exploradores ou de explorados, típicas da sociedade em questão, quer queiram quer não (MARX, 1975, p.114).

A economia se tornou um importante fator de destaque na sociedade, no contexto amazônico, especificamente em Tomé-Açu os japoneses ganharam essa visibilidade e monopolizaram as oportunidades de trabalho. Nesse sentido, a relação

entre os patrões e os trabalhadores geraram inúmeros conflitos que vão além dos caracterizados por ameaças e agressões físicas, mas o embate entre a classe dos trabalhadores e dos detentores do meio de produção e da oferta de trabalho. Os conflitos mais presentes na sociedade do vale do Acará durante a década de sessenta foram em torno da criminalidade, dos roubos a produção de pimenta.

Em 1962 a pimenta-do-reino era um produto de grande valor no mercado, a produção feita em Tomé-Açu era de grande valia dentro e fora do Estado do Pará. Tomé-Açu vivia um grande momento de expectativas. Em contradição a esse período de crescimento e desenvolvimento econômico vieram também fatores considerados negativos. O furto e roubo de pimenta-do-reino direto da árvore cresceu, as plantações dos japoneses muitas vezes eram invadidas durante a noite por seus próprios trabalhadores e parte da produção era tirada e levada para o processo de secagem dentro das matas (SANTARÉM, 2016, p.09). Eram formas conflitantes, a partir dos roubos, os trabalhadores migrantes passaram a ser vistos com desconfiança.

Práticas como a descrita começaram a se tornar comuns, para inibir tais ações os donos de plantação de pimenta passaram a vigiar durante a noite suas áreas. Ajime Yamada⁵⁴, conta que os japoneses se organizaram e reuniam para discutir ações para inibir os furtos e roubos na região. Yamada afirma ainda que a força policial era insuficiente, sendo necessário que os próprios donos de plantações criassem estratégias para se protegerem. Para tal finalidade, foram distribuídos rojões e fogos, que deveriam ser disparados caso houvessem situações suspeitas na propriedade de algum dos proprietários. Uma vez sinalizado, os vizinhos deveriam socorrer o proprietário em situação de riscos, para isso os donos de propriedades se muniam de armas de fogo e objetos cortantes. Ajime Yamada afirma que a maioria dos criminosos eram nacionais.

Ademar Fonseca⁵⁵ foi comissário em Tomé-Açu, 92 anos de idade, conta que por volta de 1961 um proprietário japonês se deparou com uma família colhendo pimenta-do-reino, em sua plantação sem sua permissão na região colonial dos 30 lotes⁵⁶. Este foi atacado a pauladas e faleceu no local. Os acusados de terem praticado o crime eram de Cameté e trabalhavam a cerca de dois meses nas propriedades do japonês

⁵⁴ Ajime Yamada, descendente de japoneses, 91 anos, morador de Quatro-Bocas em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 22 de abril de 2017.

⁵⁵ Ademar Fonseca, 92 anos, aposentado, morador de Santa Izabel do Pará. Entrevista concedida em 14 de setembro de 2016.

⁵⁶ Localidade próxima ao distrito de Quatro-Bocas em Tomé-Açu-PA.

que fora assassinado. A produção da pimenta e a cobiça de alguns trouxeram fatos como estes e outros. O roubo seguido de morte chocou a região de Tomé-Açu e expõe o lado conflituoso e marginalizado em torno da produção de pimenta-do-reino (NOBRE, 2016, p.17).

Raimunda Custódia trabalhou nas plantações de pimenta-do-reino de japoneses, recorda que os nipônicos tinham em suas propriedades uma estrutura para receber o trabalhador. Os japoneses tinham um pequeno comércio que vendia os suprimentos necessários para os trabalhadores e suas famílias. Havia um caderno onde o patrão fazia as anotações dos produtos consumidos pelos trabalhadores, esses valores eram descontados no ajuste de contas. Raimunda Custódia diz ter presenciado momentos tensos entre japoneses e seus trabalhadores.

Muitas vezes os trabalhadores se sentiam enganados, diziam não ter pegado a quantidade de charque que o japonês tinha anotado ou sal, que eram os produtos mais comprados. Ai já começava a confusão, a briga, os cametaenses eram bravos, os nordestinos nem se fale, os japoneses tinham calma, não costumavam bater boca. Mas sempre eram os mais espertos, muitos patrões eram honestos, mas como os trabalhadores não sabiam ler nem fazer conta alguns se aproveitavam disso e roubavam, enganavam, colocavam produtos que a gente não tinham comprado. Mas isso nunca aconteceu comigo não, só ouvi dizer.⁵⁷

Essa relação patrão e empregado muitas vezes se tornava conflituosa pela forte dependência que os trabalhadores tinham em relação aos seus patrões. Os produtos eram trocados pela produção de pimenta-do-reino, assim, o trabalhador dependia dos preços estabelecidos pelos japoneses, que na ocasião eram os empregadores. Toda a produção era anotada em um caderno do empregador, o empregado não tinha um comprovante que assegurasse a quantidade de sua produção (NAGAI, 2016, p.16). Os conflitos passaram a surgir com a valorização da pimenta-do-reino.

Com o aumento da movimentação de pessoas em Tomé-Açu justificando que buscavam trabalhos na região o número de roubos, furtos, e assassinatos cresceram. As ações para inibir essas práticas foram diversas. Raimundo Paixão ⁵⁸foi vereador em Tomé-Açu, e externa que na região houveram pessoas que tentaram combater os roubos de pimenta, pois haviam muitos prejuízos aos donos de plantação. Os acusados de roubar eram conhecidos como larápios, em 1962 dois acusados foram presos por

⁵⁷Raimunda Custódia Pontes de Souza, 76 anos, agricultora aposentada, moradora da comunidade rural de São José em Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 14 de janeiro de 2017.

⁵⁸ Raimundo Paixão, político, 69 anos, morador de Quatro-Bocas em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 11 de outubro de 2016.

proprietários de uma fazenda em Boa vista região que ficava entre Tomé-Açu e Quatro Bocas. José de Melo Barrocal, escritor e poeta de Tomé-Açu, aposentado, conta que

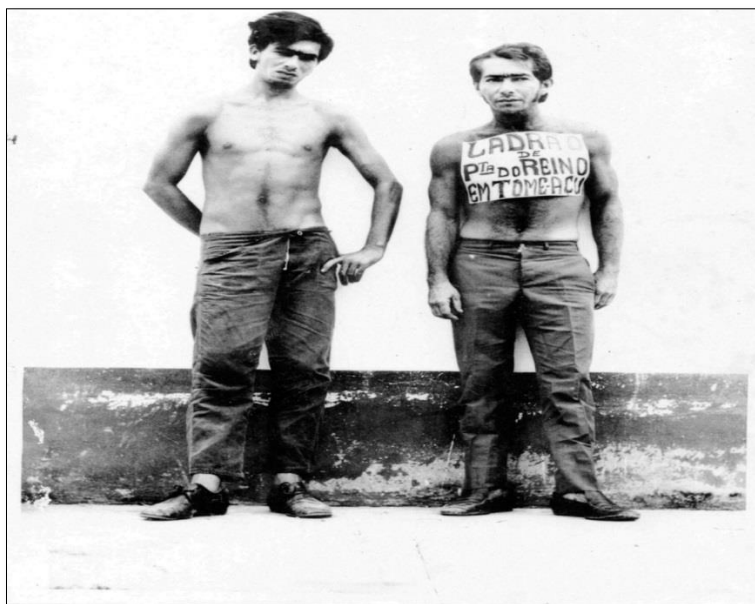
a região havia ficado perigosa devido a quantidade de pessoas que vinham para Tomé-açu trabalhar, entre os que diziam que vinham trabalhar as vezes vinham uns ruins que roubavam, matavam, brigavam e a gente ficava com medo, a gente não conhecia todo mundo que morava aqui e ficava pensando quem era os ladrões. O roubo de pimenta sempre acontecia, uns chamavam de ladrões, acho que larápios era nome dado pelos japoneses.

Para inibir a prática de roubo, exposta por José Barrocal, alguns japoneses pagavam para quem ajudasse na captura de indivíduos que roubassem a pimenta-do-reino ou praticasse qualquer outra irregularidade. Austriclíneo Viana acrescentou explicando que

quando pegavam o suspeito geralmente chamavam os outros donos de plantação de pimenta em busca de reconhecer se estes não haviam praticado crimes em suas propriedades e também para que estes suspeitos não fossem mais contratados para prestarem serviços, devido a sua periculosidade, muitos deles eram traiçoeiros e além de roubar matavam os donos casos fossem pegos na hora do delito.⁵⁹

A economia em crescimento atraiu muitos homens e mulheres e o aumento da criminalidade foi uma consequência desse crescimento populacional. Em 1962 foram apreendidos dois homens acusados de roubo.

IMAGEM 10: “Larápios”. Suspeitos de roubo - Tomé-Açu. 1962.



FONTE: Acervo pessoal de Mayara Bianca. 2015

⁵⁹⁵⁹ José de Melo Barrocal, 88 anos, paraense, escritor e poeta, aposentado, morador da cidade de Quatro-bocas, Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 21 de agosto de 2016.

Os dois acusados eram nordestinos, naturais do Estado do Maranhão. Segundo Austriclíneo Viana, os acusados haviam sido pegos em flagrante com sacas de pimenta-do-reino saindo de um depósito de um japonês na fazenda Boa Vista. Como forma de constrangimento, foi feito letreiro e colocado no peitoral de um deles onde estava escrito “Ladrão de pimenta-do-reino em Tomé-Açu”. A fotografia serviria também para que outros donos de plantações de pimenta conhecessem os acusados e se precavessem. Segundo Austriclíneo Viana, eram feitas acusações na delegacia de Tomé-Açu, mas a força policial não era suficiente para controlar a crescente ondas de crimes na região.

Os larápios se tornaram um problema no interior dos pimentais. Durante a noite colhiam a pimenta e muitas vezes destruíam árvores da trepadeira. Os prejuízos causados por estes se tornaram um problema que só poderia ser controlado pela observação. Muitos donos de plantação contrataram homens para vigiar as plantações durante a noite. Antônio Mira, 67 anos, motorista aposentado conta que,

como a pimenta-do-reino estava com preço bom, começaram os roubos, e aqui não tinham policiais suficientes para inibir a prática. As pessoas andavam com medo, era muita gente desconhecida na região atrás de trabalho, quando eu cheguei aqui me avisaram que era pra eu ter cuidado, pois estava perigoso até andar sozinho. Era perigoso ser roubado ou confundido com larápio, muitos japoneses se uniram contratando guarda costas para fazer a segurança de suas propriedades e da produção.

O crescimento econômico se associa ao aumento da criminalidade. A disponibilidade de trabalhos na região que atraiu tantos trabalhadores, levou a região sujeitos adeptos de praticas criminosas que mudaram a realidade do local. Para Tatiane Santarém (2016), essa mudança na segurança do vale do Acará é o início do processo de urbanização, pois a criminalidade aumenta de acordo com o surgimento dos espaços urbanos e da marginalização de moradores que não se enquadram nos trabalhos ofertados, assim passam a se ocupar de furtos, roubos.

Um fato que chocou a região, ocorrido também em 1962 foi o assassinato do japonês Tokohash proprietário de terras. Este contratou dois homens, um natural do Ceará, conhecido como Raimundinho, o outro era maranhenses, chamado de Antônio Custódio, ambos foram contratados para fazer a “broca”, que era a prática de derrubada a machado das matas para futuras instalações de pimentais ou qualquer outra lavoura. Ademar Fonseca, conta que o japonês Tokohash fez o acordo com os dois homens que pagaria uma quantia pelo serviço, porém ele imaginava que os dois trabalhadores levariam em torno de quarenta dias para concluírem o serviço. Estes iniciaram o

trabalho e concluíram em menos de duas semanas o que causou espanto no japonês contratante que se recusou a pagar o valor acordado. Nesse contexto iniciou uma constante briga que foi parar na delegacia de polícia de Tomé-Açu. O prestígio de Tokohash junto aos políticos e autoridades locais de Tomé-Açu, o fez rapidamente ganhar a questão com o comissário da cidade e aos dois cearenses restariam acatar a decisão da justiça e receber o valor que o empregador desejasse repassar. Perante o representante da justiça os trabalhadores se contentaram com o resultado, porém se organizaram e prepararam uma emboscada e assassinaram Tokorash em sua propriedade, a facadas. Ajime Yamada afirma que após o crime os dois sujeitos fugiram, esse fato assustou os proprietários da região, aumentando a desconfiança desses em relação principalmente aos nordestinos.

Bernardo Soares da Silva afirma que muitos donos de terras tinham amizades com representantes da justiça, esse tipo de relação influenciava nos resultados dos processos. Bernardo Soares afirma esses acontecimentos exemplificando que foi prejudicado em uma dessas situações.

No final de 1960 houve uma confusão pois o João Mata, um vizinho de terras de Antônio Mira estava derrubando um roçado nas terras pertencentes ao vizinho. Fomos até ele reclamar e o velho nos ameaçou com um facão pois disse que essa parte da terra pertencia a ele, fomos a justiça, como seu João Mata tinha boa relação com a promotoria, agradava eles com presentes, galinha caipira, peru, ele ganhou a causa.

Esse caso ocorrido com Bernardo Soares também aconteceu com Senhorinha de Belém, acaraense viúva que desde o período de emancipação política de Tomé-Açu ocupa terras nessa região. Senhorinha de Belém perdeu parte de suas Terras para o vizinho proprietário de terras, japonês, que anos após já ocupar terras fez uma plantação de pimenta-do-reino dentro das terras da viúva.

Eu disse a ele que iria brigar pela terra, que era minha e que não iria deixar ele roubar a gente não, mesmo assim ele fez a plantação e roubou mais de cem metros de terras que eram minhas. Eu não poderia fazer muita coisa então deixei, mas a minha vontade era esganar, mas era assim eles os japoneses se achavam os donos de tudo

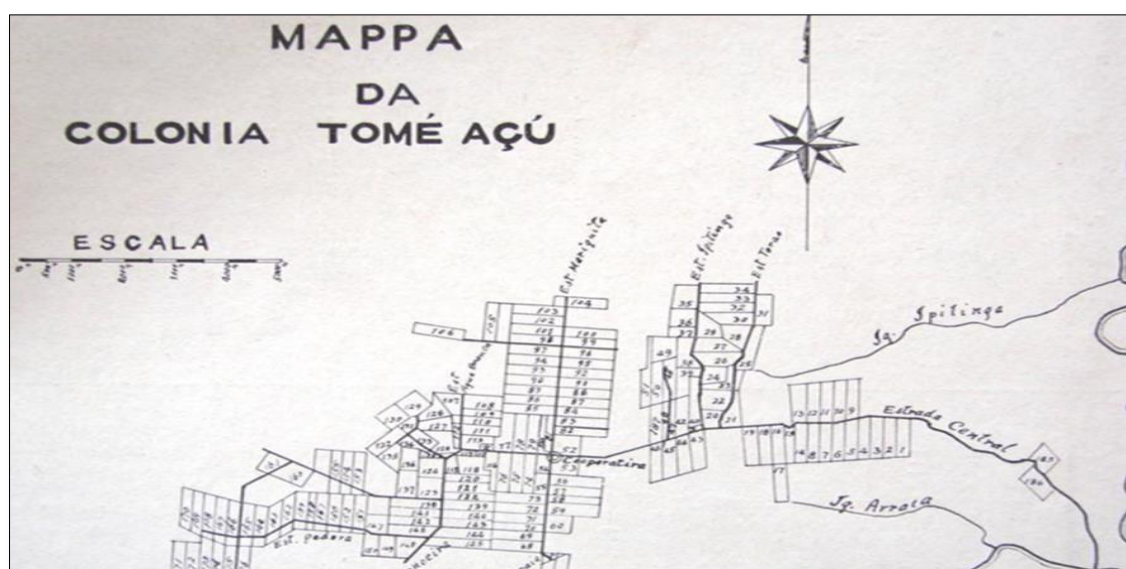
A insatisfação dos nacionais com a presença dos japoneses estava presente em muitas situações, pois muitos viam nos japoneses privilégios concedidos pelo estado. O comportamento descrito por Senhorinha de Belém onde aponta que não havia o que fazer pois os japoneses se comportavam com detentores de todas as terras, era combatido através de ações consideradas desordeiras. Os roubos a pimentais, os

assassinatos eram formas de expressão de ódio e insatisfação em relação ao poder dos japoneses na região.

Outro fato que para Akira Nagai assustou a comunidade japonesa e os moradores de Tomé-Açu foi o assassinato de um japonês na região do Apuí. Dois acusados de idade entre quatorze e quinze anos colhiam pimenta-do-reino da plantação da vítima sem a permissão caracterizando roubo. Este ato foi flagrado pelo proprietário que foi atacado e assassinado a facadas e uma de suas mãos foi removida para a retirada de um relógio de pulso. Ambos acusados foram presos e quando soltos foram também assassinados. Assim, a comunidade japonesa começou a combater as ações dos “larápios” através de vigilantes, pois o policiamento era insuficiente para o número de ocorrências⁶⁰.

A relação entre os japoneses, patrões, donos das terras produtivas na região, e os trabalhadores, e outros que moravam na região oscilavam entre conflitante e por vezes pacífica. A insatisfação de acaracenses como Senhorinha de Belém, era compartilhada com muitos outros nacionais, principalmente relacionadas às terras de posse dos japoneses, que para os migrantes nacionais, eram em áreas privilegiadas, próximas a rios e igarapés.

IMAGEM 11: Lotes de Japoneses em Tomé-Açu no vale do Acará



FONTE:Acervo do Museu da Nipo Brasileira em Tomé-Açu - 2015

⁶⁰Não houve uma estimativa de ocorrências comprovada em documentos da polícia, pois a delegacia de Tomé-Açu foi incendiada em 1984 pela população em uma revolta popular queimando todo o arquivo.

O mapa da ocupação de japoneses no vale do Acará, onde expõe informações sobre a ocupação das terras que hoje fazem parte do município de Tomé-Açu, permite a compreensão da dimensão das áreas por eles ocupadas. Desde a atual sede do município até os extremos do que hoje é o Canindé, de colonização de nordestinos era ocupado pelos japoneses. Ainda na década de 1960 os rios e igarapés eram a principal via de acesso e locomoção dentro da Amazônia, assim, os japoneses ocuparam as terras mais próximas aos rios, sendo as melhores terras.

O mapa da década de 1950, mostra que a região próxima ao rio Acará-Mirim, ao rio Mariquita, os dois principais rios da região já estavam ocupados por japoneses, assim como as terras próximas ao igarapé Ipitinga, ao igarapé Tomé-Açu, que deu nome ao município, também ao Arraia, Água Branca, todas as áreas estavam ocupadas por famílias de japoneses. As terras próximas aos igarapés e rios eram as mais cobiçadas, pois forneciam água e facilitava o acesso. Assim, com a constante presença japonesa nas terras da região, outros povos que migraram para a região não tiveram a mesma oportunidade nem direitos garantidos e assegurados pelo governo como os japoneses. Muitos migrantes que chegaram à região foram em busca de trabalho, mas a partir da percepção de que a agricultura da pimenta seria um negócio lucrativo começaram a desejar terras. Como os japoneses tinham posses asseguradas pelo estado, os nacionais passaram a invadir áreas mais longínquas da dominação dos japoneses.

O cametaense Élcio Medeiros⁶¹, 62 anos, comenta que não haviam as mesmas oportunidades para todos, os japoneses tinham as melhores terras, onde o governo do estado incentivava a permanência dos nipônicos. Assim, no período, os trabalhadores eram necessários, Élcio completa:

A gente era necessário para trabalhar, mas a gente não se sentia bem vindo, pra gente sobrava o trabalho bruto, os salários ruins, mas não nos deram terras nem oportunidades de crescer na economia da região. A gente que era da Amazônia estava se sentindo estrangeiro nas nossas terras, era como se eles fossem o donos, e na verdade eram né. Ai quando a gente queria terra a gente ia e entrava em uma terra, mas longe das terras deles. Foi assim que Miguel Raimundo entrou nas bandas das terras que hoje é Canindé.

Mesmo com trabalhos nas lavouras de pimenta os trabalhadores já almejavam suas próprias terras, mas percebiam que muitas vezes havia a impossibilidade de função da maioria das terras estarem ocupadas pelos japoneses. Esse sentimento

⁶¹ Élcio Medeiros Tenório, 62 anos, aposentado, agricultor aposentado, morador de Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 14 de julho de 2017.

conflitante gerou em vários trabalhadores atos de invasão a terras longe dos espaços ocupados pelos japoneses. A terra era para muitos um fator de desejo, de tentativa de mudar de vida.

Arnésio Rodrigues, foi trabalhador em terras de japoneses, mas afirma que desejava terras para reproduzir seu modo de vida maranhense e inserir a pimenta-do-reino como um produto para sua renda aumentar.

Trabalhei muito com o patrão Kimura, naquele trabalho eu quis ter minha própria terra pra poder plantar mandioca, feijão, arroz e a própria pimenta, eu já sabia lidar com ela, então dava para eu fazer minha própria plantação, só faltava a terra, e não era só eu que queria isso não.

O desejo de possuir terras e reproduzir práticas era comum entre os migrantes de outros estados, principalmente os nordestinos. Os paraenses que se ocupavam em períodos nas plantações de pimenta geralmente tinham terras em seus lugares de origem. A sua passagem pelo vale do Acará era em busca de remuneração, fato que diferenciava os paraenses trabalhadores dos nordestinos. Quando terminava o serviço os cametaenses voltavam para sua região, retornavam a Tomé-Açu em busca de nova oportunidade quando necessitava. Isso diferenciando dos nordestinos que ficavam por temporadas, por anos trabalhando nas plantações sem ir a sua região, possivelmente pela distância (NAGAI, 2013, p.08).

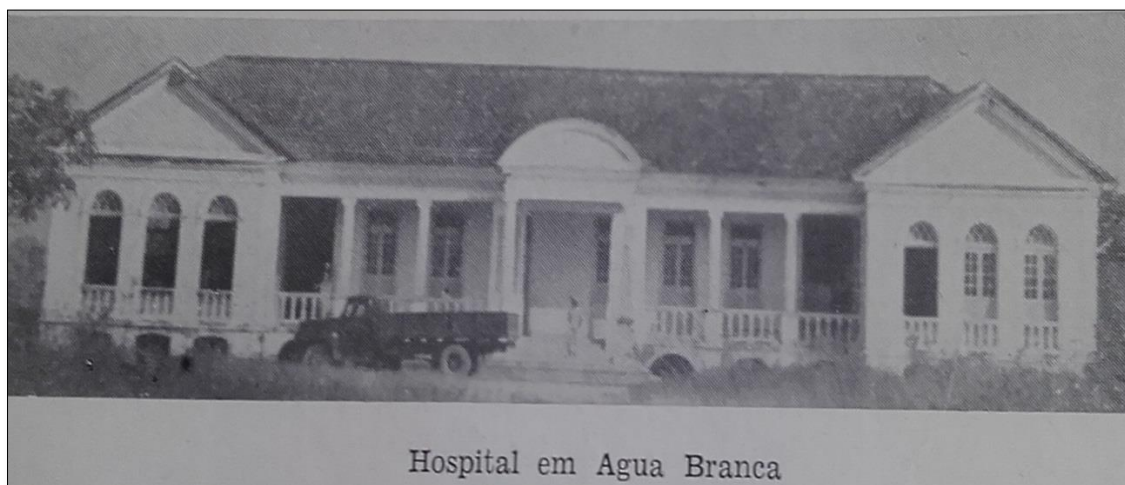
O desejo de possuir terras também se caracteriza um conflito de interesses entre japoneses e trabalhadores, pois se possuíssem terras deixariam de servir aos japoneses para se dedicarem a trabalhos para fins próprios. Outro problema era que os japoneses pensavam em expandir seus domínios em mais terras no Acará, pretendendo inaugurar mais um projeto de colonização⁶² na região em 1963, porém voltado à ocupação somente de japoneses

Além das ações conflitantes em torno dos trabalhos e das terras, outros fatores preocupavam os moradores da região, caracterizando também como conflito, mas entre homem e natureza. Em 1965 o migrante maranhense Francisco Ginéz veio a óbito em função de uma febre amarela. Desde o período de colonização japonesa na região do vale do Acará muitas doenças tropicais matavam moradores daquela região, sendo a febre amarela uma das mais recorrentes. Devido à derrubada das florestas muitas pessoas foram infectadas e chegaram ao óbito. O maranhense Francisco Ginéz foi dos milhares que não resistiram à força da natureza amazônica. Para Katsuragawa (2008) a

partir da segunda metade do século XX devido aos incentivos do governo federal para a ocupação da Amazônia, através dos projetos de colonização, a febre amarela novamente se alastrou. As moradias insalubres, a quantidade de pessoas que dividiam o mesmo espaço sem saneamento nem sistema de esgoto apropriado e o clima amazônico gerou em Rondônia um aumento no número de casos de febre amarela. Não somente em Rondônia, mas em toda Amazônia, os índices de doenças tropicais sempre foram considerados altos. No vale do Acará não era diferente, as condições dos trabalhadores eram de risco, o contato constante com as florestas, com animais amazônicos e com insetos transmissores de doenças. Foi nesse contexto que Francisco Ginéz veio a falecer em função de uma forte febre, chegando a ser socorrido, mas não resistiu.

Na região de Tomé-Açu no vale do Acará não havia uma estrutura para cuidar da saúde dos moradores, os japoneses usaram as instalações de uma escola para abrigar os procedimentos médicos. O prédio foi construído com a finalidade de abrigar uma escola para os filhos de japoneses, com o aumento do número de casos de febre amarela o espaço passou a ser usado com um hospital. Os procedimentos médicos eram feitos nesse espaço, que é lembrado por muitos não nipônicos como espaço de exclusão. Raimunda Pontes conta que nem todos eram atendidos da mesma forma, que muitos funcionários eram japoneses o que privilegiavam o atendimento de pessoas de mesma origem. Como não haviam locais com profissionais de saúde na região, os trabalhadores buscavam tratamento através de benzedeiras, rezadeiras, ou pessoas que praticavam a cura através de remédios caseiros.

IMAGEM 12: Hospital Água Branca em Tomé-Açu no vale do Acará. 1961



FONTE: Associação Cultural de Tomé-Açu- 2017.

Esta imagem é símbolo da organização e economia dos japoneses donos de plantação de pimenta-do-reino em Tomé-Açu no vale do Acará. Com os trabalhos conseguiram construir um espaço com a finalidade de funcionamento de uma escola a seus filhos, porém devido a grande incidência de febre amarela e acidentes serviu de hospital.

Os conflitos vão além do crime e ato de lutar, discutir, discordar e desistir de um trabalho ou ação também foram formas de conflitos. Akira Nagai, afirma que os nordestinos não eram adeptos ao trabalho por muito tempo, queriam ter terras e reproduzir seu próprio modo de vida, os cametaenses tinha terras em Cametá, trabalhavam em Tomé-Açu, juntavam algum dinheiro e voltavam para sua terra. Assim, percebemos que na Amazônia do século XX a força da agricultura impulsionou a vida dos habitantes da região e de outras, formando um emaranhado de relações que necessitam serem expostas para a compreensão de diversos fatores sociais. Nesse contexto, os maranhenses se inseriram no vale do Acará, em pequeno número. A população que ocupava Tomé-Açu na década de 1960 já era numerosa, quase treze mil⁶³, essa população necessitava de estrutura, o aumento no número de crimes e conflitos entre trabalhadores e patrões, preocupava as autoridades e moradores.

Na década de 1960, após a emancipação política da região, possibilitada a partir de sua força econômica baseada na agricultura da pimenta, japoneses se tornaram protagonistas por sua organização e pelas riquezas que produziram. Em contrapartida, os brasileiros, de Cametá ou do nordeste do Brasil eram os que necessitavam de trabalho nas plantações de japoneses. Como disse Élcio Medeiros, eram os brasileiros os estrangeiros no vale do Acará, os japoneses ocupavam as melhores terras, monopolizavam os acordos de trabalho e expandiam seus domínios nas terras da região.

Em meio a essa relação de regras impostas pelos japoneses, detentores das oportunidades de trabalho, os brasileiros se empenharam como trabalhadores empreiteiros, safreiros ou permanentes, travando lutas diárias nos pimentais e fora dele, em uma relação capitalista de patrão e empregado, onde parte da alimentação vinha da cantina de japoneses a preços estabelecidos pelos patrões. Foi nesse contexto que surgiram brigas, crimes,

⁶³ Informação presente no “levantamento de pessoal de Tomé-Açu” da Câmara dos vereadores de Tomé-Açu- 1963.

conflitos e estranhamentos. Além dos conflitos diretos com japoneses donos de terras e pimentais, os trabalhadores se conflitaram entre eles, entre as florestas, que mataram centenas com doenças tropicais. Assim, o vale do Acará se tornou uma terra de oportunidades, trabalho, relações, doenças e conflitos, características que marcaram a região na segunda metade do século XX. Muitos trabalhadores, em outras situações, sentiam estima por seus patrões e trabalhavam em busca de ganhos. Outros alimentavam sentimentos de ódio e indignação. São situações diversas que ocorreram no seio dos pimentais no vale do Acará que expõem a necessidade de políticas que conseguissem adequar outra parte da população que passava a emergir e desejar possuir terras e plantações assim como os japoneses. A diferença era que essa necessidade não seria incentivada pelo governo do estado como foram os japoneses.

CAPITULO III: COLÔNIA DE CANINDÉ COMO ESTRATÉGIA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO

Em maio de 1969 os vereadores da Câmara municipal de Tomé-Açu, reunidos, discutiram as ações rotineiras do legislativo municipal, entre elas “foram aprovados os requerimentos e projetos de leis, que concederam por aforamento, terras do patrimônio a João Rodrigues de Souza, Emanuel Fernandes, Durval Gonçalves do Nascimento e Joana Magalhães, cujos processos encontravam-se na comissão de obras. Passado o estudo e parecer, e após os debates foram todos aprovados”. O trecho da Ata de sessões da Câmara municipal concentram informações inerentes ao processo de distribuição de terras. A intervenção de políticos na ocupação em Tomé-Açu nas décadas de 1960 e 1970 expressam a preocupação das autoridades em controlar as ações de distribuição de terras,⁶⁴ e se promoverem politicamente perante a população rural. A aprovação de todos os requerimentos atesta uma estratégia em conceder terras e descentralizar os problemas sociais existentes em Tomé-Açu na segunda metade do século XX.

Quando referido a terras do patrimônio não habitadas o autor do projeto falava da região do Canindé em Tomé-Açu, consideradas devolutas e a disposição do governo do município, sendo necessário à intervenção do prefeito e vereadores nessas ações de distribuição. O acesso a terras foi condicionado a ações ordenadas com amparo de políticos locais caracterizando uma forma de colonização. Nesse processo as “amizades” com políticos e pessoas influentes na região possibilitariam e facilitaria a aprovação do sujeito como apto a usar os recursos e habitarem as terras. Em 1969 quando os membros do legislativo discutiam a distribuição de terras, Canindé já existia como a principal Colônia de ocupação nordestina em Tomé-Açu.

O processo de colonização vivenciado em Canindé é caracterizado pela ação política de distribuição de terras. Fato que Brandenburg (2010) chama de colonização rural, conceito que se realiza quando os processos de transformação social e política são comandados pelos interesses urbanos-industriais. Nesse sentido o processo de colonização iniciado em Tomé-Açu em função da distribuição de terras atendia a uma política urbana, de ocupação e civilização, pois as florestas, as terras sem homens

⁶⁴TOMÉ-AÇU. Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Tomé-Açu- segundo período ordinário-Realizada em 30 de novembro de 1969.

significariam o atraso. A colonização rural com novos contornos é fortalecida a partir da segunda metade do século XX através da intervenção do governo federal.

Na década de 1970, ocorre a modernização intensiva da agricultura. A partir de então, o Estado (sob o comando da ditadura militar), aliado aos interesses da indústria, desenvolveu um programa de modernização agrícola que visava transformar as unidades produtivas rurais em modernas empresas com tecnologia de base industrial (BRANDENBURG, 2010, p.12)

Ney Carneiro Brasil, primeiro prefeito de Tomé-Açu costumava pregar e levar ao município políticas de nível nacional, tentando inserir práticas de outros políticos de outras regiões em seu governo. A colonização, a busca por arquitetura e práticas culturais nacionais foram incorporadas em Tomé-Açu durante o mandato de Ney Carneiro como prefeito.

Segundo Tatiane Santarém (2016) a agricultura foi desde o início da história de Tomé-Açu a mais relevante atividade econômica, fatos que promoveram a emancipação política em 1959, a partir do desenvolvimento da agricultura da pimenta-do-reino. Neste aspecto, surgiram famílias detentoras de terras e oferta de trabalho, uma elite local que buscou representação e voz na política, sendo a maioria de descendência japonesa. Com a independência em relação ao antigo município, os fluxos migratórios em direção a Tomé-Açu aumentaram, esses sujeitos foram em busca de trabalho e terras.

Na década de 1960 Tomé-Açu era o mais jovem município do vale do Acará, ainda necessitava de ocupação e tinham cerca de 58%⁶⁵ das terras consideradas devolutas, fato que consta na documentação da Câmara Municipal de Tomé-Açu. O primeiro prefeito, Ney Carneiro Brasil⁶⁶, buscando a ocupação das regiões ainda não habitadas, passou a controlar o processo de distribuição de terras. A partir de 1961, foi surgindo à região de Canindé, que nas palavras de Elizan Ramos, 53 anos, professora aposentada, teve o primeiro morador o cearense Miguel Raimundo Rodrigues, natural de Cedro.

Era comum eles se reportarem a região como Canindé por conta de cultuarem São Francisco como padroeiro, Canindé fazia referência a um município do Ceará. Miguel foi o fundador por ter sido o primeiro morador e conhecia as

⁶⁵Dados fornecidos pelo INCRA de Tomé-Açu e pela CMTA.

⁶⁶Natural do Acre, foi o primeiro prefeito eleito de Tomé-Açu, responsável pelas políticas administrativas no processo de organização inicial do município. Foi durante o governo de Ney Carneiro Brasil, 1959-1962 que foi criada a Colônia de Canindé.

florestas, os rios da região. Quando o prefeito necessitou de alguém para controlar a distribuição das terras o nome mais citado foi o de seu Miguel

O relato de Elizan Ramos, professora em Canindé, é reproduzido por outros, em informações que obtiveram oralmente de outras gerações. A entrevistada é natural de Santa Quitéria do Maranhão e desde 1987 atua como professora na região. Miguel Raimundo se tornou conhecido na região, foi um importante homem na trajetória de muitos outros que necessitaram acessar terras e trabalho para sobreviver, os que não desejavam trabalhar nas lavouras de japoneses viram em Canindé a oportunidade de fazer seu próprio sustento.

Em meio a esse contexto, muitos homens e mulheres que já mantinham relações de trabalho em propriedades de japoneses em Tomé-Açu passaram a abandonar os empregos e buscarem terras para ocupar e constituir propriedades. A ocupação das terras da região do Canindé, resguardam o fato curioso, onde praticamente todos os ocupantes da região eram naturais do Nordeste do Brasil.

Segundo Senhorinha de Belém, ⁶⁷89 anos, uma das primeiras moradoras de Canindé, os primeiros nordestinos a entrarem na região teriam sido pernambucanos.

Antes mesmo dos cearenses ocuparem as terras, os pernambucanos entraram e ficaram próximo ao igarapé que hoje a gente chama de Breu. Nessas terras eram só matas e animais, essa região não tinha nome, como as terras não eram habitadas os pernambucanos entraram e foram se apossando, mas eram poucos. Eles foram procurar essas terras, porque não queriam mais trabalhar com os japoneses.

Esses primeiros sujeitos teriam ocupado a região sem autorização das autoridades, simplesmente entraram nas matas, passando a desenvolver trabalhos extrativistas. Senhorinha de Belém e o esposo, José Gomes, conhecido como José Cearense, também ocuparam a região que hoje é conhecida como Canindé na condição de posseiros. Naquelas terras se instalaram e deram prosseguimento a suas vidas, constituíram trabalho, família, atualmente Senhorinha ainda se mantém nas mesmas terras. O casal se conheceu nas plantações de pimenta-do-reino onde trabalhavam, José Gomes era cearense, Senhorinha de Belém paraense.

A partir da lenta ocupação sem autorização, surgiu a política de distribuição de terras criada na gestão de Ney Carneiro Brasil, com objetivo de controlar essas ações. Quando candidato a prefeito em 1959, Ney Carneiro procurou fazer o levantamento das

⁶⁷ Agricultora aposentada, dona de terras na região de Canindé, viúva de José Gomes, vulgo José Cearense. Entrevista concedida em 10-11-2016

terras não habitadas do território que fazia parte de Tomé-Açu, assim como identificou os problemas sociais que assolavam a região. Elielson Cabral de Aguiar, pesquisador da biografia e vida do político Ney Carneiro Brasil, afirmou que o mesmo sempre desejou ocupar a região e buscar o desenvolvimento baseado em políticas nacionais de ocupação e colonização, visando instalar em Tomé-Açu essas políticas. Em relação ao Canindé, Ney Brasil apenas criou mecanismos para o controle da ocupação na região, mas alguns grupos de nordestinos já estavam nas terras desenvolvendo atividades na forma de posseiros. Elielson Aguiar ainda afirma que os problemas sociais de trabalhadores com os padrões japoneses, era de conhecimento do político, que buscou na Colônia de Canindé uma forma de realocar pessoas e diminuir as tensões em volta das propriedades de Japoneses.

As terras de Canindé se tornaram uma alternativa de ocupação e atuação para aqueles que não desejavam se submeter à condição de trabalhadores em terras dos nipônicos nas diversas condições trabalhistas. Para o executivo municipal a colonização daquelas terras possibilitaria a ocupação em áreas desabitadas, gerando o aumento na produção baseada na agricultura, assim como o crescimento do prestígio político daqueles que executavam a distribuição das terras. Ainda podemos pensar na colonização de Canindé como forma de alocar aqueles que mais tiveram tensões com os japoneses, no caso os nordestinos. Nesse sentido, a distribuição das terras de Canindé pelos políticos foi uma estratégia para organizar alguns problemas sociais e melhorar a economia, também para descentralizar as áreas de produção que geralmente eram próximas aos rios e igarapés.

3.1. A colonização como estratégia

Com a emancipação política de Tomé-Açu em 1959, uma série de projetos foram iniciados para criar a estrutura administrativa necessária para o andamento das atividades do executivo e legislativo. A construção de praças, de prédios para abrigar a prefeitura, a câmara de vereadores, postos médicos e escolas entre outros. Esses esforços foram iniciados durante o governo do prefeito eleito de Tomé-Açu, Ney Carneiro Brasil, em novembro de 1959, sem um vice em seu mandato. Antes de se tornar prefeito de Tomé-Açu, Ney Carneiro Brasil havia lutado pela emancipação de Tomé-Açu em relação ao Acará (Município a qual Tomé-Açu desmembrou). Seus esforços para emancipar Tomé-açu o tornaram homem popular entre a população do

vale do Acará e principalmente nas terras que posteriormente se tornariam Tomé-Açu. Quando se lançou candidato ao cargo de prefeito de Tomé-Açu teve amplo apoio da população e também dos políticos locais. O prefeito nomeado pelo governador do Estado, Francisco Portilho de Melo, também apoiou Ney Carneiro Brasil durante as campanhas a prefeitura municipal (AGUIAR, 2016, p.07).

Ney Carneiro Brasil foi funcionário do Estado, lotado nos correios em Acará, sua trajetória política foi marcada pela tentativa de ascender politicamente. Este não cumpriu totalmente o mandato de prefeito, pois se afastou para concorrer ao cargo de deputado estadual. A população mesmo anos depois, ainda tem uma visão da figura de Ney Carneiro Brasil como sendo um dos melhores prefeitos da história de Tomé-Açu, principalmente os moradores de Canindé. Raimunda Custódia Pontes, 76 anos, agricultora aposentada faz referência ao ex-prefeito como sendo o melhor:

O Ney carneiro foi o melhor prefeito, atendeu aos pobres, deu oportunidades de trabalho, deu terras e ainda dava sextas básicas para o povo se manter até as terras começassem a render com os trabalhos do povo, vai demorar ter um politico como ele. Durante a gestão dele foram doados cavalos para os moradores da Colônia para servirem de transporte

A figura política “desbravadora” gerou inúmeros títulos a Ney Carneiro Brasil, este foi eleito deputado estadual pelo PSD em 1962, e suas ações como prefeito de Tomé-Açu foram significativas para sua eleição ao cargo estadual.

IMAGEM 13: Campanha de Ney Carneiro Brasil a Deputado estadual. Porto Municipal de Tomé-Açu



FONTE: Acervo pessoal de Elielson Cabral de Aguiar – 2016

A sua participação na emancipação política de Tomé-Açu, a sua eleição como primeiro prefeito constitucional do novo município o fez se tornar uma figura de prestígio e gerar discursos parecidos como proferido por Raimunda Custodia Pontes, que foi beneficiada com terras na Colônia de Canindé. A imagem acima mostra que a figura política que Ney Carneiro havia se tornado. Assim, parte da população via neste uma figura visionária, que ajudaria ainda mais no crescimento econômico e social de Tomé-Açu. Prisco dos Santos conta que muitos moradores viam em Ney Carneiro um homem inteligente, viajado, uma liderança para Tomé-Açu. Certamente as políticas de distribuição de terras contribuiriam para a ascensão do mesmo e para a sua imagem.

Elielson Aguiar afirma que os prédios do executivo e legislativo de Tomé-Açu foram construídos em uma tentativa de lembrar a explanada dos ministérios de Brasília. No projeto original, nos arquivos da Prefeitura de Tomé-Açu, foi autorizada a

construção de cinco prédios para abrigar secretarias municipais e a própria prefeitura e ainda a sede do legislativo.

IMAGEM 14: Prédios municipais construído na gestão de Ney Carneiro Brasil. 1962



FONTE: Acervo pessoal de Telmir Matos (2014)

Os esforços de Ney Carneiro Brasil se tornaram pretenciosos em busca de um crescimento político e de uma popularidade que foi importante nas campanhas a qual concorreu e venceu para o cargo de deputado estadual. Outro projeto que espelhado em políticas nacionais foi à abertura e entrega de terras na região leste de Tomé-Açu, terras que deram origem a Colônia de nordestinos no vale do Acará. Inicialmente os primeiros moradores foram cearenses da região do Cariri, estes ocuparam a região e fundaram uma igreja de São Francisco do Canindé, fazendo referência a um santo popular cultuado no Ceará. O nome Canindé ficou popular e as terras levaram o nome de Colônia Canindé. As atas da câmara do vereadores de Tomé-Açu apresentam discussões de concessão de terras principalmente para as regiões mais próximas a sede do Município. Mesmo na década de sessenta, após a abertura da Colônia Canindé em 1962, as terras de Canindé continuavam sem moradores, só constava duas famílias de

pernambucanos e três famílias de cearenses. Prisco dos Santos, radialista, filho de Miguel Raimundo⁶⁸, expõe que

o interesse por terras próximas a sede do município era maior, que as terras das regiões mais distantes ficavam para os povos recém chegados, porém muitos não queriam terras, queriam somente trabalhos temporários, os cametaenses que vinham para colher pimenta geralmente tinham terras em Cameté e não tinham tanto interesse em terras, muitos queriam mesmo era trabalho.

Além das terras eram oferecidos animais de carga para facilitar a vida dos moradores da Colônia. Porém mesmo com essas facilidades, poucos ocuparam Canindé durante a década de 1960. A população se concentrava na região próxima à Tomé-Açu, onde havia grandes plantações de pimenta do reino e conseqüentemente trabalhos temporários. Sendo essa concentração justamente combatida por Ney, pois estavam havendo conflitos entre os trabalhadores e donos de plantações de pimenta. Não foram identificados registros escritos da doação de equinos para os moradores de Canindé, a informação foi obtida através dos relatos dos beneficiados: Bernardo Alves, Raimunda Custódia, Pedro Araújo e Prisco dos Santos.

Para Prisco do Santos, a justificativa para a pouca procura por terras em Canindé durante a década de 1960 era que o interesse de muitos estava nos trabalhos que dessem renda rápida. Não haviam estradas que ligassem Tomé-Açu a Colônia Canindé, eram somente veredas em meio as matas. O transporte entre a Colônia e a cidade era restrito aos animais. Em 1965 na colônia já haviam além dos cearenses e pernambucanos mais quatro maranhenses: Arnésio Rodrigues de Sousa, Miguel Ginés, Eliezer Nogueira e Bernardo Salu.

Estes maranhenses, todos sem suas família, alguns haviam deixado esposas e filhos em terras maranhenses. Arnésio Rodrigues havia adquirido as terras por intermédio de Lauro Kato, japonês que conseguiu as terras para que Arnésio Rodrigues trabalhasse e pagasse o valor da terra com sacas de arroz produzidas na própria terra. Segundo Arnésio Rodrigues⁶⁹, seus trabalhos nas plantações de Lauro Kato sempre foram muito prestigiados pelo patrão, e diferente de outros casos não houveram conflitos. A saída dos trabalhos com o antigo patrão foi em função da necessidade de ter novas terras e do desejo de ir ao Maranhão buscar seu irmão Bernardo Rodrigues de Sousa.

⁶⁸ Foi funcionário municipal, homem de confiança de Ney Carneiro Brasil, responsável por escolher onde o colono recém chegado iria habitar ao chegar a colônia de Canindé.

⁶⁹ Entrevista concedida em 06 de junho de 2017.

A maioria dos conflitos eram causados por migrantes de outros estados, o livro de ocorrências da delegacia de polícia de Tomé-Açu registrou 18 crimes entre os meses de outubro a dezembro de 1961. A maioria de roubos e furtos, sendo 13 dos crimes tinham como suspeitos cidadãos naturais do Maranhão e Ceará, outros três eram cametaenses, os dois restantes não tiveram a origem registrada. Esses problemas era justificados pela ambição que os japoneses atribuíam aos nordestinos, como observamos em registros anteriores.

Após o surgimento de Canindé, alguns sujeitos saíram da condição de trabalhadores e passaram a ser colonos em Canindé. Prisco dos Santos é filho de Miguel Raimundo dos Santos e de Deuzuíte Santos. Miguel Raimundo foi um dos fundadores de Canindé, faleceu em 2005, segundo Prisco dos Santos o seu pai costumava escrever, gostava de cantorias e piadas, se tornou conhecido e recebeu do prefeito da cidade a responsabilidade de ajudar no processo de distribuição de terras.

Deuzuíte Santos⁷⁰, viúva de Miguel Raimundo Santos, conta que o marido não recebeu salário mensal, afirma que inicialmente o esposo ganhou um cavalo, sendo um principal meio de transporte nas matas de Canindé. A mesma afirma ainda que

as coisas não eram como hoje, eram matas fechadas com animais da floresta, a gente não poderia andar sem ter cuidado. Além disso, não tinham estradas para entrar automóveis, nem todos tinham bicicleta, foi ai que a prefeitura deu um cavalo pra Miguel andar por aqui e ir à cidade.

Segundo os dados colhidos nos relatórios de obras e inspeção da SETOURB⁷¹ de Tomé-Açu, em 1980, Tomé-Açu tinha 138 quilômetros de estradas municipais. A região do Canindé tinham estradas que haviam sido abertas em 1969 quando o desceite de japoneses, Gilberto Sawada foi prefeito de Tomé-Açu. O interesse do político era em ter acesso a terras que ele ocupou na região do Canindé próximo ao Igapó-Açu⁷².

A colonização nordestina em terras destinadas inicialmente a japoneses no vale do Acará, não foi de iniciativa somente governamental. Houve a oferta de terras, nesse contexto aconteceu à ocupação dessas terras por nordestinos ainda em pequena quantidade, onde seus costumes e práticas foram misturados e acrescidos de outras. Essa reflexão expressa que junto aos costumes e praticas dos japoneses relativos ao

⁷⁰Paraense, natural de Castanhal foi esposa de Miguel Raimundo dos Santos, 90 anos, dona de terras na comunidade Água Azul no Canindé em Tomé-Açu-PA. Entrevista concedida em 18 de junho de 2016.

⁷¹ (Secretaria Municipal de Obras Transportes e Urbanismo de Tomé-Açu) Criada oficialmente em 1984. Informação retirada do Arquivo morto de Tomé-Açu presente no livro 06.

cultivo foram misturados aos dos povos que ocuparam a região, no caso os colonos nordestinos.

O processo de colonização das terras de Canindé no vale do Acará é entendido levando em consideração as reflexões de Raymundo Laranjeiras (1983, p. 04) define *colonização* como “programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organização pública, visando à colocação de famílias de agricultores e o desenvolvimento de atividades de auxílios, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais”.

O processo de colonização implantado e idealizados pelos políticos de Tomé-Açu podem ser vistos na perspectiva de Ernesto Cruz (1958), sendo a colonização resultado da visão empreendedora dos governantes em defesa do povoamento da região colonizada. O processo de ocupação das áreas desabitadas em Tomé-Açu são resultados da ação de políticos locais para conter a ocupação desordenada e controlar a distribuição das terras, assim como a intenção de fins políticos do governo local. A interferência do governo no processo de distribuição e o assistencialismo momentâneo, a exemplo da doação de equinos para transporte e cestas básicas, foram ações pensadas e com pretensões políticas.

Durante a década de 1960 e início de 1970 a distribuição de terras foi feita através da concessão do próprio prefeito municipal ou diretamente com Miguel Raimundo, que era considerado um conhecedor da região do Canindé e homem de confiança do primeiro prefeito Ney Brasil. A partir de 1972 com a chegada de famílias inteiras de origem maranhense o governo local novamente interfere no processo de ocupação. A partir desse período a Câmara dos vereadores passaria a analisar os pedidos de terras.

O requerimento da Câmara municipal de número 89 do Vereador José Rodrigues da Silva, aponta que no município haviam “terras incultas e sem donos” que havia a necessidade de dar as terras uma função. Sendo que no contexto da década de 1970, Tomé-Açu continha uma economia voltada exclusivamente para a agricultura. As áreas não cultivadas eram vistas como desperdícios. O pedido do vereador carrega a ideia de que a ocupação e implantação de atividades relacionadas à terra representaria o crescimento, a civilização. A agricultura era vista como atividade capaz de assegurar novos hábitos, civilizados e modernos na população (NUNES, 2016, p.15).

O incentivo a distribuição de terras foi presente no legislativo municipal, a ata da sexta reunião ordinária de 1963 da CMTA⁷³ apresenta o discurso e pedido do vereador Edegar Campos de Oliveira pedindo “a manutenção e revitalização das estradas e ramais, também que seja feita a distribuição de terras na Colônia de Canindé aos que tem interesse em promover a agricultura nesse município”.

Canindé foi uma região inicialmente ocupada por nordestinos naturais de Pernambuco e Ceará, nomeada por Miguel Raimundo dos Santos, a partir desses fatos houve um interesse do executivo e legislativo em promover a ocupação da região, que não cresceu na década de 1960. Somente em 1970 em diante que famílias maranhenses passaram a ocupar a região fugindo dos problemas sociais e fundiários que assolaram as famílias do campo maranhense e pioraram a partir da Lei de terras criada durante o governo estadual de José Sarney.

3.2. Os Maranhenses em Canindé

A partir de 1970 cresceu significativamente o número de moradores na Colônia de Canindé. Famílias inteiras chegavam, principalmente vindas do Maranhão. Os acontecimentos que assolaram o Estado do Maranhão impediram muitas famílias de permanecerem em suas antigas terras de origem. Bernardo Rodrigues de Sousa, Bernardo Soares da Silva, José Pereira da Silva, Arnésio Rodrigues de Sousa, Dugés Crispim de Sousa, Izabel Oliveira, Beatriz Oliveira, Bernardo Caldas Costa, Lucia de Fátima Costa, Maria da Conceição Araújo, José Carneiro, Francisca Reis, Janito Caldas, José Araújo, Rosenira Santos, Maria de Jesus Costa, Antônio Carlos Costa, Joséfa Leite, Bernardo Alves, Elizan Ramos, Raimunda Nonata Carvalho dos Santos, Marcos Costa, Celma Sileide, Daniel Costa, João Mattos, Nazionel Oliveira, Augusto Oliveira, Raimundo Félix, Joséfa Alves, Francisco das Chagas Alves, Jósino Lima, Abelardo Lima, Rosa Lima, Rosa Crispim de Sousa, José Cinésio, Francisca Cardoso, José Limeira, Pedro Rocha, Maria Rocha, Marilene Pereira, José de Sousa, José Ginéz, Neta Costa, Maria dos Milagres Silva, José Quia, Francisco Magnólia, Abdias Oliveira, Francisco das Chagas Nozinho, Maria Eudes Carvalho, Maria de Nazaré Reis, Manuel Reis, Pedro Araújo, Maria do Carmo Lima, Raimundo da Conceição, Raimundo Cacondê, Édio Araújo, Lúcia Lima, Ribamar Matias, Rute Matias, Lino Barroso, Odete

⁷³Em alguns momentos do texto será usada abreviação CMTA para fazer referencia a Câmara Municipal de Tomé-Açu

Barroso, entre outros, junto com filhos e netos deixaram o Maranhão e ocuparam Canindé no Pará, constituíram propriedades de terra, ganharam representatividade, deram a Canindé a característica de Colônia maranhense no Vale do Acará.

Francisca Reis Carneiro, recorda que em 1971 chegou a Tomé-Açu, natural do município de Araióses-MA, no mesmo ano recebeu terras em Canindé sem custos, entregues por Bernardo Rodrigues de Sousa, também maranhense que já ocupava a região há mais tempo. Este fato marca a ocupação de terras em Canindé, caracterizando a solidariedade, pois as terras que Francisca recebeu eram de outro colono maranhense que praticamente dividiu as terras que ocupava com a família que havia chegado. Dugés Crispin relata:

Tinham muitas terras com matas grandes e naquela época a gente não se importava em dividir, pois eram terras em abundância, não era como hoje, na época achávamos que nunca iríamos desbravar todas as matas. As terras que papai deu praticamente para a dona Francisca e seu José Carneiro eram de matas com madeiras incalculáveis, mas se a gente for olhar, nem o papai pagou por essas terras. Era comum quando chegava um novo migrante os outros os acolher, até porque todos praticamente eram do Maranhão.

As dificuldades foram menores para alguns maranhenses devido a famílias terem migrado juntas, muitos que eram vizinhos no Estado do Maranhão tornaram-se vizinhos também em Canindé. A fala de Dugés Crispin, durante a entrevista que ele concedeu, mostra que muitos maranhenses se conheciam desde o Maranhão.

Bernardo Rodrigues de Sousa foi um dos primeiros maranhenses a possuir propriedades em Canindé, a partir da posse das terras o migrante, no período, colono, já dispunha de plantações que necessitavam de mão de obra, além da familiar para manter a produção. Em 1972 Bernardo Rodrigues chegou a empregar de forma temporária quase oito homens, todos de origem maranhense. Esses fatos foram expostos também por Dugés Crispin.

As propriedades de maranhenses em Canindé, assim como de outros homens de outras origens eram sujeitas a divisões. Muitos deles negociavam ou mesmo compartilhavam essas terras. José Cinésio conta que chegou ao Canindé em 1973, natural do município de Chapadinha no Maranhão, procurou sair do Estado onde nasceu buscando oportunidades em terras paraenses. O compartilhamento ou divisão dessas terras por iniciativa dos próprios colonos caracterizam a vida comunitária existente no Vale do Acará.

Durante as atividades de pesquisa, dentro da região de Canindé foram identificadas 16 comunidades rurais sendo elas Comunidade São Raimundo Nonato ou Ponte Preta, Comunidade São Francisco Canindé na vila Chibé, Comunidade Santa Luzia, Comunidade Água Azul, Comunidade Nova Vida, Comunidade Sempre Alegre, Comunidade São José, Comunidade Poeirão, Comunidade Igapó-Açu, Forquilha, Comunidade Pau Amarelo, Bragantina, Urucuré, Comunidade Santa Rosa, Mancha Negra, Ipiranga . Essas comunidades são todas rurais com exceção de Forquilha que funciona como espaço comercial de Canindé, sendo o maior aglomerado “urbano” da região. Todas as comunidades fazem parte da região da Colônia de Canindé e os moradores são a maioria de origem nordestina, sendo os maranhenses em maior número.

IMAGEM 15: Localização das principais localidades de Canindé- Tomé-Açu-2017



Fonte: Acervo de Bruno Silva- 2017

Essas comunidades rurais surgiram a partir da colonização iniciada em 1960 através das ações do governo municipal. Durante a década de 1960 a ocupação foi incentivada pelo poder executivo e legislativo municipal através da concessão de terras e de animais de cargas para os colonos. Ao longo da segunda metade do século XX foram se configurando comunidades rurais com nomenclaturas variadas, geralmente nomeadas em função dos santos católicos cultuados, mas a região sempre foi conhecida como Canindé. Os moradores de colônia e de outras regiões rurais do vale do Acará se

identificam como colonos, sendo um termo por eles considerados como sinônimo de camponês. O termo colono é empregado no vale do Acará para aqueles que vivem no espaço rural, mesmo para aqueles que não vivem em áreas de colonização.

Natural do município de Tutóia, o maranhense Pedro Lima de 78 anos chegou em 1971 ao vale do Acará, o mesmo contou que ao chegar conseguiu terras em Canindé através de uma concessão do legislativo municipal. As terras de Pedro Lima estão situadas entre dois vilarejos que em 1973 representavam importantes aglomerados na região. Vila Forquilha e vila Água Azul, eram nessas vilas que estavam situadas escolas e postos médicos. Pedro Lima recebeu as terras, porém não havia documentos que comprovassem a sua posse. O mesmo conta que não teve problemas ou conflitos por conta das terras que recebeu. As terras que Pedro Lima recebeu equivalem as 56 hectares. Pedro Lima, junto com a esposa, Maria Lima e os seis filhos do casal se dedicaram a atividade rurais, inicialmente plantaram o feijão e o arroz, construíram uma casa de paredes de barro e cobertura de telhas de madeira, conhecida como cavaco. Em Tomé-Açu na década de 1970 a produção era baseada na agricultura da pimenta do reino, porém o maranhense Pedro Lima ainda reproduzia o modo de vida maranhense baseado na produção de subsistência, na produção e armazenamento de alimentos.

Quando a maioria das terras de Canindé foram ocupadas, começou a preocupação dos moradores com escolas para a instrução das crianças, com espaços para as práticas religiosas e culturais. Em 1973, não havia nenhum centro, no sentido de sanar as necessidades da população, tudo que era necessário comprar, só estava dispostos na cidade de Quatro Bocas, que fica á 19 quilômetros de Canindé. Assim os moradores do Canindé tentavam produzir praticamente tudo o que consumiam, as praticas desempenhadas em sua região de origem os tinha dado experiência para isto. Como dizia o senhor Arnésio de Souza,

a gente só ia na rua pra comprar o sal ou negociar, açúcar a gente sabia fazer, plantava cana e depois colhia e fazia açúcar, lá no Maranhão eu fazia também, carne era de caça, e das galinhas, tinha nos igarapé muito peixe, arroz e feijão a gente plantava, café também, comprava pouca coisa nesse tempo.

Os primeiros cultivos eram feitos meio de matas, que era o que a região oferecia, em meio a grandes roçados que levavam semanas para serem concretizados. Os colonos desempenhavam seus desejos, de possuir terras, e nelas cultivar suas atividades, ao cultivo de produtos da cultura de Tomé-Açu, como o arroz e a pimenta-do-reino. Neste caso, os

colonos conseguiram as mudas de pimenta-do-reino, através de compras de japoneses, ou recebiam dos moradores nordestinos que se solidarizavam.

A construção das casas eram feitas por mutirões, principalmente as moradas dos maranhenses recém-possesores de terras. Segundo os relatos, os moradores se ajudavam nos trabalhos braçais, como construções de cercas para criação de animais, para a construção de moradias e caçadas de animais silvestres. Sobre estas experiências destacava o senhor Bernardo Caldas Costa, que auxiliou nos trabalhos de construção da roça de Janito Costa.

O primeiro roçado do Janito fui eu que ajudei a derrubar, foram dias derrubando de machado, mata fechada pra poder plantar arroz, quando era a roça dele eu ajudava, depois ele me ajudava na minha. Era espécie de mutirão, era eu e mais uns, todos maranhenses, a maioria já se conhecia desde os tempos que moravam no Nordeste.

A criação de animais, como galinhas e porcos eram iniciadas quando os mesmos compravam, geralmente de colonos nordestinos ou vizinhos, ou mesmo dos japoneses. Geralmente havia a doação de animais para iniciar a criação, os próprios colonos doavam para aves como a galinha para que os que não as possuíam iniciar a criação, assim atestando que desde a chegada até a ocupação de terras houve solidariedade entre os colonos que possuíam terras na região do Canindé, para com os que haviam chegado posteriormente. Assim revelava à senhora Francisca Reis Carneiro, que recebeu um casal de aves da senhora Rosa Crispim de Souza.

Assim que a gente conseguiu comprar o terreno que era do seu Bidú, mudamos pra lá e fizemos uma casa de barro. Todos que moravam por aqui tinham galinhas, era a criação, sempre no domingo era o almoço uma galinha. O meu primeiro casal, um galo e uma galinha eu ganhei da dona Rosa, esposa do seu Bidú, fiquei muito contente.

Na década de 1970, como se observa, toda a população do Canindé ocupava-se das atividades voltadas a agricultura ou criação de animais. O cultivo da pimenta-do-reino já se fazia comum entre os habitantes, desde a preparação das áreas, o cultivo das mudas até as colheitas já eram desempenhadas pelas próprias famílias, mesmo as mulheres tinham ocupações que necessitavam de grande esforço físico. Como revela à senhora Francisca dos Reis Carneiro,

trabalhei muito pra gente poder fazer nossa primeira roça de arroz. Eu serrava madeira com meu marido era de roladeira, era uma serra, nele a gente passava horas pra derrubar uma árvore, plantamos arroz, feijão, milho pra alimentar as galinhas e o cavalo e também pra fazer o cuscuz, depois conseguimos com o Bébézão umas mudas de pimenta-do-reino, como a gente não sabia direito como plantar, tivemos que perguntar como fazia, mas a

maioria dos vizinhos já sabia fazer o plantio, o mais difícil era tirar as estacas, também derrubava de roladeira a madeira, e depois os homens racharam a madeira pra bater as estacas né, era difícil fazer um pimental. Mas as mulheres participavam de todo o processo.

Assim como Francisca Reis, outras mulheres participavam de trabalhos voltados a agricultura. Foi desenvolvido em Canindé a agricultura baseada no trabalho da família. As plantações de pimenta do reino funcionavam de forma mista com outras culturas como a plantação de arroz e feijão. Sendo que os dois últimos produtos não eram comercializados, tinham como objetivo a alimentação da família, somente a pimenta do reino era tida como produto voltado ao comércio.

José Josias Leite, agricultor paraense, afirma que a partir do acesso a terras pelos nordestinos, logo iniciavam os cultivos. A vida dos moradores foi melhorando gradativamente, criando estoques de alimentos, o arroz e o feijão eram armazenados em garrafas e as tampas vedadas com cera de abelha, assim durariam mais tempo e possibilitaria a alimentação das famílias por longos períodos. Já cultivo da pimenta-do-reino representava a tentativa de mudança da situação dos moradores da região. A compra de uma bicicleta, a construção de uma casa melhor, a compra de bovinos, incluindo as vacas para dar leite as crianças, se tornava possível quando a safra de pimenta fosse boa.

O maranhense Bernardo Soares da Silva se recorda da aquisição do primeiro bovino, dizendo:

A primeira vaca, comprei com dinheiro de farinhadas, e das colheitas de pimenta-do-reino, era pra dar leite a mais nova de três filhos que tinha, foi uma alegria, sempre quis ter um gadinho. Desde o Maranhão tinha o desejo de ver um pasto meu com um animal dentro, no começo comprei uma vaca e um bezerro, depois comprei mais até formar uns dez. era uma alegria ter meus gados perto de casa, a vida estava melhorando.

Muito mais que o leite dos filhos ou carne, possuir um bovino aos nordestinos que ocupavam a região do Canindé, era um passo para se equiparar aos criadores de sua região de origem. Sendo também um desejo de muitos, possuir uma quantidade de animais, representava também segurança em caso de alguma emergência, de uma necessidade de levantar uma quantia em dinheiro em um curto espaço de tempo, uma poupança.

Nesse período já havia tido crises de pragas nas plantações de pimenta da região, como afirma o engenheiro agrônomo Gerhard Hubert Hermann Flohrschutz (1983,

p.08). “A pecicultura dominante na região, estava em fase decadência devido a problemas fitossanitários e de mercado”, dizia o autor. Assim existia a possibilidade dos agricultores nordestinos da região do Canindé sofrerem com os mesmos problemas no cultivo da pimenta, citados por Flohrschutz. Neste panorama de incertezas os agricultores buscaram alternativas para o complemento de suas rendas. Os que tinham condições compravam animais, o cultivo de cacau já se iniciava na região através de incentivos de órgãos públicos ligados a agricultura. Nesse sentido pode ser percebido que a região já entra no ciclo econômico de município, tornando uma região produtora importante quanto ao cultivo e a pecuária.

Com a relativa estabilização dos colonos de Canindé, foram surgindo algumas necessidades para os colonos e para seus filhos. Não haviam escolas na região, ou locais que dessem base educacional as crianças, e as práticas religiosas eram desempenhadas nas casas dos moradores, geralmente ministradas por quem conseguia compreender e repassar alguns ensinamentos do cristianismo. Tratava-se, portanto, de um segundo momento da ocupação das terras na região, em que os colonos já instalados, agora necessitavam para uma melhor permanência, de alguns benefícios públicos como escolas, assistência de saúde e investimentos para plantio. É o que José de Souza Martins (1996, p. 27) destaca como fronteira, que na concepção do autor o termo significa “essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”. Assim os espaços, como a igreja e escolas eram os locais onde os moradores da região do Canindé mantinham contato, criavam vínculos de amizade e também iniciavam relações de cortesia e companheirismos.

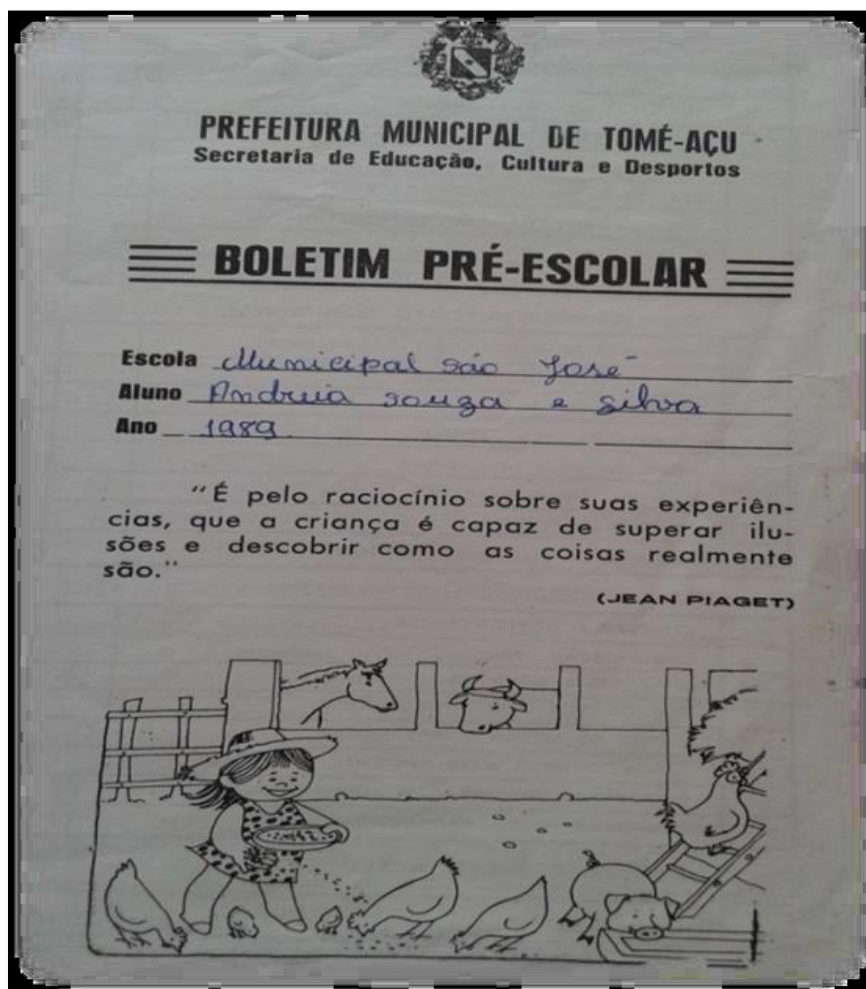
Em Canindé, foi surgindo um pequeno núcleo, chamado de Forquilha, que contava com uma pequena escola pública, igrejas e campo de futebol e pequenos comércios, sendo o principal espaço de comércio da região do Canindé. As atividades culturais, como festas, aconteciam nas dependências da residência de Antônio Mira, na época esposo de Raimunda Rosalda Pontes de Souza.

Aos arredores de Forquilha foram surgindo outras comunidades, também na tentativa de uma organização para que não fossem necessárias grandes locomoções. As casas de farinhas davam lugares a escolas improvisadas. Um exemplo é a comunidade São José, dentro do território da região do Canindé, fundada e ocupada por quinze famílias de maranhenses. Em São José uma casa de farinha deu espaço a escola para

alfabetizar os filhos de moradores. Fatos relatados por Maria de Jesus Pontes, 53 anos de idade, primeira e única professora da escolinha que atendia a dezoito crianças da localidade, Maria de Jesus Pontes conta

Recordo-me bem da escolinha. Meu pai comprou um terreno nesse local, e me dediquei a ensinar as crianças, desde cedo, tinha apenas 14 anos, mas eu ensinava, mas a escola mesmo só foi reconhecida a partir dos anos 80, mas continuava a funcionar na casa de farinha. A escolinha atendeu por anos apenas para alfabetizar as crianças da comunidade, somente a partir de 1988 que a prefeitura reconhece a atuação da escola que funcionava na casa de farinha, concedendo apenas a permissão para emissão de boletins para os estudantes.

IMAGEM 16: Boletim escolas de Andréa Silva - 1989



FONTE: Acervo de Maria de Jesus Pontes de Souza-2015

Outras unidades escolares foram surgindo, o que demonstrava um processo maior de consolidação da ocupação da terra pelos migrantes maranhenses. A possibilidade de emissão de boletins escolares era demonstração por parte dos agentes

públicos local, de reconhecimento das ações dos colonos, assim como despertava para o colono o maior sentimento de pertencimento ao lugar. Na vila Água-Azul foi construída uma escola, que na época era conhecida como escola do “Miguel Raimundo”, cearense responsável pela demarcação de terras do Canindé, e que permitiu a construção de um pequeno prédio para abrigar os alunos dentro das dependências de seu terreno, assim como também doou terras para a construção da igreja de Santa Luzia, no local hoje conhecido como vila Água-Azul. Sendo o nome oficial, escola Jarbas Passarinho. Sobre este episódio o senhor Prisco dos Santos revela:

Meu pai concedeu o terreno para construírem a escola para que as crianças não precisassem ir estudar na Forquilha, assim construíram a escola aqui mesmo perto da casa dele, já a igreja nos construímos todos juntos, a primeira foi feita de barro com telhado de cavaco, madeira, para construir a igreja nos fazíamos festas, saía nas casas pedindo galinhas, fazíamos leilões de animais, festas a luz de lampião para arranjar fundos para que a igreja fosse construída.

IMAGEM 17: Turma de 1981 da Escola Jarbas Passarinho-Vila Água Azul



FONTE:Acervo pessoal de M^a do Rosário Costa Lima

Dentro das terras de vários outros moradores foram por eles cedidos pequenos terrenos para fins parecidos, ou seja, construir escolas e igrejas para atender a população. Daí se concretiza a região do Canindé. Dentro dessa área surgem comunidades como o Sempre Alegre, fundado pelo maranhense Zuza; Água Azul, comunidade criada pelo cearense Miguel Raimundo; São José, fundada pelo

Maranhense José Carneiro, esposo falecido da senhora Francisca dos Reis Carneiro; Vila Chibé, fundada pelo Cearense Néo Passarinho; comunidade Nova Vida, primeiro ocupada pelo maranhense José Araújo, e Forquilha, que teve o primeiro morador o maranhense Francisco Luiz do Nascimento, essa última passou a funcionar a partir do ano de 1973 como o aglomerado onde funcionava a principal escola, a maior igreja da região, onde abrigava a missas com batizados que ocorriam em seis e seis meses, e um pequeno comércio e mercado de compra de pimenta do reino e caroço de cacau. Fatores informados por Prisco dos Santos.

Com o acesso a terras e o desempenho de atividades que gerassem renda, a população do Canindé foi pouco a pouco se consolidando e ocupando o espaço territorial e cultural da região, criando suas próprias práticas de comunicação religiosa. Organizaram-se de forma a se constituírem um povo, criando aspectos de uma comunidade desde as solidarias concessões de sementes para os que não possuíam como também produziam ações para promover as praticas culturais, principalmente as religiosas e esportivas. Percebe-se que a região era ativa no período descrito. Possuía relevância dentro do território de Tomé-Açu, despertando interesses para novos migrantes e atenção das autoridades. Assim, a construção de igrejas, escolas é a concretização da permanência dos migrantes na região e de sua organização a partir de suas necessidades culturais e de lazer, esta última em relação a campo de futebol aberto no vilarejo.

Após receberem terras na Amazônia, os migrantes nordestinos, sobremaneira maranhenses, começaram um processo que vai além da simples adaptação ao ambiente novo, havia o desafio nas matas daquela região que eram tidas como “virgens” e guardavam animais e árvores desconhecidas pelos maranhenses. As ações dos homens e mulheres em meio as florestas da região de Canindé serão fatos importantes para a compreensão das ações dos próprios sujeitos que culminaram na construção de uma região produtiva no interior da Amazônia.

Os nordestinos desde o século XIX migraram para a região amazônica por diversos motivos, estimasse que desde o início do ciclo da borracha até a década de sessenta do século XX cerca de 500 mil nordestinos foram para Amazônia. (SILVA, 2010, p.07), junto com esses sujeitos foram os costumes, as práticas, os desejos e emoções desses homens e mulheres que se refletiram em espaços onde se instalaram na

Amazônia. No sul do Estado do Pará os maranhenses introduziram a pecuária baseada na pequena propriedade, em outras regiões da Amazônia também. (GONÇALVES, 2013, p.09). O caso de Tomé-Açu no vale do Acará, Pará, é relevante pois como já dito, foi uma região de colonização japonesa iniciada na década de 1920, fatos que a historiografia mais se dedica, uma Colônia nordestina em meio a terras de “japoneses” se torna um fato novo.

Muitos dos maranhenses que ocuparam Canindé na década de sessenta chegaram a trabalhar em propriedades de Japoneses antes de conseguirem terras. Já os que chegaram a partir de 1970, a maioria dos migrantes do Maranhão ao chegarem ao vale do Acará foram direto para Canindé, muitas vezes já orientados por outros migrantes mais experientes.

Joséfa Alves, migrante maranhense, agricultora aposentada, chegou a Canindé em 1971, natural do município de Tutóia na região do Baixo Parnaíba maranhense, em entrevista, conta que foi ao Pará em busca de trabalho junto com o marido e filhos;

Onde a gente morava se ouvia falar muito do Pará, que em Tomé-Açu onde muitos maranhenses tinham conseguido terras, como eu e meu marido não tínhamos terras no Maranhão, vivíamos de pesca, passamos necessidades resolvemos ir, a gente foi orientado pelo meu cunhado que já morava em Canindé.

A fala da maranhense expressa como em síntese os motivos que os levaram a migrar ao Pará, os modos de atração e organização desse processo migratório. Joséfa Alves e sua família são migrantes que chegaram a Canindé na década de 1970 e não tiveram experiências em plantações de pimenta do reino de japoneses. Diferente dos migrantes que haviam chegado em 1960, estes já passaram a desenvolver trabalhos nas matas de Canindé, ao chegarem conseguiram terras em Canindé concedidas pelo administrador Miguel Raimundo Rodrigues, onde fixaram moradias, sobre a documentação ou processo burocrático que envolveu a concessão das terras de Joséfa Alves e família, ela conta;

Que não tiveram essas coisas, a gente recebeu a terra para morar e trabalhar com nossos filhos, quando a gente chegou logo passamos uns dias na casa do meu cunhado Chagas Alves, logo na segunda semana em Canindé o seu Miguel Raimundo mostrou onde a gente poderia morar. Mas a gente falando assim parece que foi fácil, nos deram a terra, o que já era muito, mas a gente ganhou terras com matas e tivemos que fazer uma casa para começar nossa vida no Pará.

A partir dos relatos, podemos concluir que as terras concedidas na região de Canindé em Tomé-Açu eram pouco habitadas, sendo as concessões facilitadas através das relações de amizade com políticos locais.

A colonização da região do Canindé se deu a partir de um processo de ocupação de iniciativas dos migrantes nordestinos, pernambucanos e cearenses ocuparam as terras do leste de Tomé-Açu, naquele local, ergueram uma capela católica em devoção a São Francisco, sendo que a fundação da igreja partiu de ação dos cearenses, nomeando a comunidade rural como de São Francisco Canindé, título que nomeou a região. As terras da região passaram a ser objetos de ações políticas, usadas como formas de auferir prestígios junto à população do município, em função dessas ações, o político local Ney Carneiro Brasil, levou o mérito pelo surgimento da região. A partir da abertura da região, a ocupação passou a ser efetivada, sendo que na década de 1970 muitos outros sujeitos chegaram à região, principalmente os de origem maranhense.

3.3. Políticas de incentivo a agricultura em Canindé-custeios e financiamentos

Muitos maranhenses tiveram acesso a financiamentos, concretizando o processo que caracterizava o reconhecimento aos colonos à condição de donos das terras que ocupavam, além de incentivar a produção e fortalecer a economia através da liberação de custeios e financiamentos para atividades rurais. A Colônia do Canindé é caracterizada em processos não intencionais desde a ocupação ao incentivo e tentativa do governo de civilizar e arbitrar as atividades desempenhadas pelos proprietários.

No contexto da consolidação da ocupação maranhense na Colônia de Canindé em Tomé-Açu no vale do Acará, décadas de 1970 e meados de 1980, a região amazônica passava por uma série de modificações estruturais, como já dito, era um período de intervenção federal. Para Amazônia foram direcionados uma série de projetos que visavam explorar o potencial da região.

Esses esforços do governo foram iniciados em 1966 com a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em substituição a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) a criação dessa nova instituição, segundo o discurso do próprio Estado, era promover o desenvolvimento econômico e administrar os mecanismos e incentivos fiscais. A partir

da criação dessa instituição, outros projetos começaram a surgir em diversas regiões dentro da Amazônia.

O Nordeste do Pará, recebeu através da SUDAM programas que visavam o custeios de atividades e financiamentos para a agricultura, pecuária, pesca e comércio. O Programa de recuperação Socioeconômica do Nordeste Paraense (PRONOPAR), beneficiou homens e mulheres que desenvolviam atividades a partir da agricultura e extrativismo⁷⁴. Este programa se insere em políticas do governo federal para recuperar a economia do nordeste do Pará, essas medidas buscavam desenvolver a região a partir de atividades ligadas ao “agro” a terra, aos homens e seu trabalho no meio rural. Historicamente, o nordeste paraense foi uma região que se desenvolveu a partir de atividades agrícolas e agroindustriais. No início da década de 1970 a região passa por uma recessão. A queda na produção agrícola, o frágil desenvolvimento rural gerou no nordeste do Pará a pobreza. (CAVALCANTE, 2005, p.17).

Com terras em posse, mesmo sem o título definitivo, os colonos começam a ser reconhecidos como sujeitos de importância dentro do território do município. A partir da década de 1970, o governo direciona a região do Canindé, incentivos, no que diz respeito ao incremento de culturas como a do cacau, fato que evidencia a importância da colônia aos olhos do governo e o reconhecimento do êxito da ocupação do lugar por migrantes nordestinos. O gesto de inserir e confiar no trabalho dos agricultores, incentivando através de financiamentos, representa a consolidação da realidade de que tiveram êxito em seus objetivos como migrantes, e conseguiram ter acesso a terras. Nesse momento o governo reconhece que esses são os donos do território que ocupam, e que podem ajudar a construir um momento econômico de maior resultado através dos plantios de cacau ou de qualquer outra cultura.

Com a chegada de bancos públicos ao município de Tomé-Açu, como o Banco da Amazônia (1961) e Banco do Brasil, (1962) vieram através destes, financiamentos para os moradores da região, como custeios e auxílios financeiros para plantios com apoio técnico de outros órgãos públicos. O direcionamento inicial foi dado para beneficiar os japoneses, que estavam em busca de outras culturas para cultivar por conta das constantes pragas nos plantios de pimenta do reino. Nesse contexto entra a atuação da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.), incentivando as

plantações de cacau na região, mas o fortalecimento dos projetos para a região só iniciase no final da década de 1960.

Nesse contexto a Amazônia surge como meio de investimento de capital. Fernando Henrique Cardoso (1997, p. 14) conclui:

A Amazônia significara pouco, até então, para o conjunto da burguesia no país e suas funções de absorção dos excedentes da acumulação capitalista e na criação de canais para investimentos novos eram desprezíveis. Estes componentes ganharão vida e expressão política e econômica a partir de 1967. A Amazônia será, então, zona preferencial para a aplicação de recursos gerados graças á política econômica e fiscal do governo central. Por outro lado, interesses estratégicos e militares passaram a motivar mais consistentemente algumas políticas de ocupação da área.

Assim a região recebe além de investimentos do capital privado, também políticas do governo, que expressam perspectivas de crescimento econômico. No caso de Tomé-Açu, e dos migrantes que ocupam a região do Canindé, esses incentivos econômicos são materializados através dos financiamentos agrícolas.

Como a região de Canindé já representava uma significativa parte dos produtores rurais de Tomé-Açu, a partir do ano de 1974, os projetos de incentivos agrícolas começaram a ser pensados inserindo o território dos migrantes nordestinos como área de atuação, e desenvolvimento desses projetos. A região já existia, e tinha necessidades de olhares do governo para melhor se desenvolver. Paralelamente aos projetos financiados pelo Banco do Brasil, o Banco da Amazônia também emprestava dinheiro para custeios, para que os agricultores pudessem adquirir materiais para desempenhar suas atividades relativas ao dia-a-dia de suas propriedades de terra. Fatos ditos pelo cearense e Manoel Onofre, aposentado, e membro do governo local durante o período descrito.

Um dos primeiros colonos a receber custeio do Banco da Amazônia foi o senhor José Josias Leite, esposo da maranhense Joséfa dos Santos Leite, em 1974 a ele foi concedido um empréstimos de uma quantia de duzentos e nove cruzeiros e quarenta centavos. No caso, tratava-se de um recurso para cobrir os custos do plantio de uma lavoura de pimenta do reino em sua propriedade.

Nesse contexto o Banco da Amazônia atuava com políticas planejadas pelo governo federal através do Ministério do Interior, que tinha como uma de suas funções a ocupação do território nacional através de migrações internas, e políticas de combates as

secas do Nordeste brasileiro. Através de sua autarquia, dentro do contexto amazônico a atuação era da autarquia regional SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), mas no caso do senhor José Josias Leite, o benefício era para manutenção de área.

IMAGEM 18: Comprovante emitido pelo banco da Amazônia à José Josias Leite (1974)

MINISTÉRIO DO INTERIOR
BANCO DA AMAZÔNIA S. A.

Tomé-Açu (PA). 02.07.74

REF. 2.02.002-EMPRESTIMOS A. PRODUÇÃO AGRÍCOLA
48-Outras Operações-B-Custeio-PESAC/73
JOSÉ JOSIAS LEITE-FCR-74/38.

RECEBIMENTO — Comunicamos-lhe que a CRÉDITO de sua conta em referência recebemos de Titular.

a quantia de DUZENTOS E NOVE CRUZEIROS E QUATRO CEN-
TAVOS: x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x Cr\$. 209,04

Ref. jrs. e com. do 1º sem/74.
jrs.....192,96 ✓
com.....16,08 ✓ Cr\$ 209,04

JRA.
MINISTÉRIO DO INTERIOR
BANCO DA AMAZÔNIA S. A.

DECON 10 - 800 bls. - 50x4 - 11/72 1519 - Luis da Silva Cardoso
Ch. Setor C. Especializado

FONTE: Acervo pessoal de José Josias Leite.

Outro incentivo dado à população era as políticas da CEPLAC. A implantação da cultura do cacau nas propriedades dos moradores de Canindé para o melhor aproveitamento das terras e aumento de suas rendas se tornou uma das principais ações de incentivo ao desenvolvimento da agricultura. Com a importância que a região já havia adquirido, não houve empecilhos para que recebessem os incentivos financeiros. Conforme depoimento do senhor Carlos Alberto Rodrigues, técnico aposentado da CEPLAC, os incentivos da Comissão foram importantes para o desenvolvimento da lavoura cacauera na região. No caso revela que

Havia um povoado, dentro desse povoado existiam centenas de agricultores que produziam de acordo com suas próprias técnicas, culturas que adquiriram ao chegar nesse território, e dava frutos, produção, quando houve a queda nos preços do principal produto que era a pimenta do reino, os agricultores do Canindé também sentiram a crise, como participavam da economia do município, seria justo que participassem de um projeto, mesmo que experimental para cultivar o cacau, que era uma nova possibilidade para eles, assim trabalhamos pra inserir o Canindé dentro do projeto.

A lavoura do Cacau se tornou realidade entre os agricultores da região do Canindé. Muitos começaram a receber visitas de técnicos em suas propriedades, após a análise e aprovação da área, os agricultores recebiam cursos com duração de uma semana de especialistas em lavoura de cacau. Segundo relatos de agricultores de Canindé, as primeiras mudas de cacau foram trazidas da Bahia. Durante o curso onde os produtores aprenderiam técnicas de manejo, com o novo produto que cultivariam, os agricultores consolidavam sentimento de pertencimento do local, pois o trabalho e aptidão dos sujeitos era oficialmente reconhecido. Dentro da semana de curso estavam os homens das mais diferentes origens, eram japoneses, cametaenses, alguns mineiros, e os nordestinos. A fala do migrante Arnésio de Souza revela bem esta questão, quando destaca que

Ali todo mundo era igual, ninguém era tratado diferente, o técnico me chamava de senhor, chamava assim também o japonês e todo mundo, o nosso trabalho era já reconhecido, o povo já via que a região que a gente ocupou rendia, vendia, comprava, vir pra gente esse financiamento, esse treinamento era a mesma coisa que dizer, vocês são trabalhadores, e a gente sabe e reconhece, era os grandes emprestando dinheiro pra gente plantar cacau, isso quer dizer que tão confiando na gente.

Ainda segundo Arnésio Rodrigues de Souza, houve visitas em sua propriedade, e também na de seu irmão, Bernardo Rodrigues de Souza, e de muitos outros agricultores da região do Canindé. A CEPLAC ficaria ainda responsável por executar os planos para que o cultivo fosse possível e que dessa renda aos agricultores, fiscalizando desde o início da produção das mudas de cacau, a partir das sementes que os mesmo forneceriam, até a colheita. O financiamento para cobrir os custos era feito através do Banco do Brasil, recém chegado no município, após as análises das terras. O Banco do Brasil, juntamente com os funcionários da CEPLAC avaliariam a possibilidade de liberação dos valores para os fins do cultivo.

Aprovação do cultivo ocorreu no início de 1976. Segundo o senhor José Josias Leite, a plantação de cacau era promissora, em que

A pimenta morria rápido, cinco seis anos já não tinha mais vida, já o cacau produz por 15 anos aí, então todo mundo se animou, já era um novo momento pra gente, plantamos o cacau e sempre recebia visitas de técnicos da CEPLAC, nossas rendas melhoraram, teve vizinho que comprou transporte, como trator, bicicleta, teve gente que comprou até um gadinho pra começar uma criação justo com esse dinheiro ai do cacau.

A partir de 1982, as lavouras foram visitadas por técnicos que colhiam amostras das terras para que fossem para a avaliação da condição das plantações do cacau. Dentro da análise era medida o tamanho da área, e quanto a área de plantação de cacau ocupava dentro da propriedade. Após a visita, tendo como base a composição do solo seria possível indicar as possíveis formas de adubação e manejo. Em agosto de 1983, a propriedade com nome de Fazenda São Bernardo, do agricultor de origem maranhense Bernardo Rodrigues de Souza foi visitada por técnicos da CEPLAC, onde recolheram amostra do solo das terras do colono, e analisaram a plantação de cacau do agricultor, conforme demonstra a ficha de visita apresenta a seguir:

IMAGEM 19: Ficha técnica da CEPLAC - propriedade de Bernardo R. de Souza (1983)

CEPLAC/DEPEA/COPEs
SOLOS E NUTRIÇÃO MINERAL
LABORATÓRIO DE SOLOS

FICHA DE COLETA DE AMOSTRA
DE SOLO
E RESULTADO ANALÍTICO

1. A SER PREENCHIDO PELO COLETOR DA AMOSTRA:

ESCRITÓRIO LOCAL: TOMC. ACU Nº AMOSTRA E.L.: 105-

PROPRIETÁRIO: BERNARDO RODRIGUES DE SOUZA

FAZENDA: SÃO BERNARDO

ESTADO: PARI MUNICÍPIO: TOMC. ACU

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA AMOSTRADA: CANINDÉ

TAMANHO (ha): 3.0 PROF.: 0 a 20 cm 20 a 40 cm

RELEVO: Plano Suave Ondulado Ondulado Situação: Parte Superior Parte Média Parte Inferior

SOLOS - CÔR: Roxa Amarela Vermelha Escura
 TEXTURA: Arenosa Argilosa Argilo-Arenosa Areno-Argilosa

VEGETAÇÃO: Mata Capoeira Idade: 7 ANOS Última Queimada _____
CAJÓ
 Idade: _____
 Idade: _____

CONDICÃO ATUAL DO CACAUAL: Sombreado Não Sombreado

ESTADO FITOSSANITÁRIO: Bom Regular Ruim ASPECTO FENOLÓGICO: Bom Reg Ruim
 Floração
 Frutificação
 Lançamento

ÉPOCA DA COLETA DA AMOSTRA: Inverno Verão Chuvooso Sêco

Foi Adubada? SIM Ano 1983 Tipo/Dosagem 7 0530 Kg/ha
 Recebeu Calagem? — Quantidade 750 Kg/ha
 Data da Coleta 19 de Outubro de 1983 Responsável CARRS B K JUNHO

2. A SER PREENCHIDO PELO LABORATÓRIO: DATA ENTRADA AMOSTRA: 27/10/83

RESULTADO ANALÍTICO Nº **5255**

| pH | mEq/100g | | | ppm |
|------------|-------------------|------------------|------------------|----------------|
| | Al ⁺⁺⁺ | Ca ⁺⁺ | Mg ⁺⁺ | |
| <u>5,2</u> | <u>8,1</u> | <u>2,2</u> | <u>0,01</u> | <u>P Z</u> |

SUGESTÕES PARA ADUBAÇÃO E CALAGEM

CALCÁRIO DOLOMÍTICO: _____ Kg/ha ADUBAÇÃO: 300g/ha adub. FA

OBS:

Analista [Assinatura]

Responsável p/ Recomendação [Assinatura]

1a. VIA - PROPRIETÁRIO
 2a. VIA - ARQUIVO LABORATÓRIO
 3a. VIA - ARQUIVO ESCRITÓRIO LOCAL

OBS: As 1a. e 2a. vias deverão ser enviadas ao laboratório devidamente preenchidas e acompanhadas da respectiva amostra de solo.

FONTE: Arquivo da CEPLAC, 1983.

A região do Canindé era a referencia para que se chegasse à propriedade do maranhense Bernardo Rodrigues de Souza. Por mais que no período a vila Forquilha já existisse, mas a região ainda era predominantemente chamada de Canindé. O nome da propriedade segundo Dugés Crispim de Sousa, filho do falecido senhor Bernardo

Rodrigues de Souza, era em homenagem a um santo conhecido no Estado de origem de seu pai, pois ainda era devoto de São Bernardo.

No período da visita do técnico responsável, Carlos Alberto Rodrigues da Silva a fazenda São Bernardo, a lavoura de cacau tinha praticamente sete anos, fato que atesta o acompanhamento da CEPLAC aos agricultores, mesmo após praticamente uma década da implantação do projeto. Durante a visita foi analisado a textura do solo, o sombreamento da plantação, e a quantidade de adubos por hectare, sendo que a partir dessa análise o técnico daria instruções para que o agricultor possa fazer um orçamento para comprar adubos para que a safra melhore.

Meu pai fez como foi orientado pelo seu Carlos Alberto, comprou adubo, eu minha mãe e meus irmãos trabalhamos, e o cacau rendeu, o cacau junto com o dinheiro da pimenta fez com que o pai comprasse o trator, ele chamava a máquina de “mimoso”, risos, era um grande ganho pra gente, todo mundo ia pra missa nesse trator nos dias de domingo, o cacau ajudou muito, através dele e do trabalho, meu pai era conhecido, tinha cacau, tinha gado, tinha pimenta (Fala do senhor Dugés Crispim de Souza, vila de Forquilha, 04/2015)

Durante o relato, foi dito por Dugés Crispim de Souza, que com o aumento das produções seu pai foi ao Maranhão e trouxe alguns parentes, como o primo, Bernardo Soares da Silva, para ajudar nos trabalhos e também tentar conseguir terras na região. Relato confirmado pelo sujeito, em depoimento. Bernardo Soares da Silva, 55 anos de idade confirma que veio ao Canindé trabalhar com o primo Bernardo Rodrigues de Souza, mas em pouco tempo casou-se com a paraense Maria da Conceição de Souza Silva, 53 anos, e conseguiram sua própria propriedade, onde também conseguiram cultivar cacau com financiamento concedido pelo Banco do Brasil. Assim pode-se perceber que os moradores de Canindé já haviam sido considerados produtores que necessitavam de incentivos, e suas terras tinham relevância dentro do território município.

Após as colheitas, novamente a CEPLAC fazia acompanhamento da produção do agricultor beneficiado. Verificando a quantidade em sacas produzidas por propriedades. Em 1987, a propriedade do imigrante maranhense Arnésio Rodrigues de Souza, recebeu a visita de técnicos da CEPLAC, onde foi por eles preenchida uma ficha que descreve a área da fazenda São Bernardo, nome que segundo ele, foi dada por ser a terra dele e do irmão, Bernardo Rodrigues de Souza.

IMAGEM 20: Ficha técnica da CEPLAC - Propriedade de Arnésio R. de Souza (1987)

CEPLAC

PROPOSTA DE CUSTEIO DE LAVOURA DE CACAU

Financiado: Arnésio Rodrigues de Souza natural de Maranhão com 46 anos, estado civil Casado domiciliado em Colônia Canindé - Tomé-Açu-PA propõe à carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S. financiamento de Cr\$. 30.500,00 para custeio de sua lavoura de cacau, na conformidade do(s) orçamento(s) anexo(s), declarando estimar em 40 arrobas a produção a ser obtida no(s) imóvel(is) abaixo indicado(s).

Arnésio Rodrigues de Souza
(PropONENTE)

LAUDO DE AVALIAÇÃO DA CEPLAC

| N.º de Ordem | DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL | Produção (arrobas) | DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA (em hectares) | | | | | |
|--------------|-----------------------|--------------------|--------------------------------------|---|-----|---|------|------|
| | | | a | b | c | d | e | f |
| I | Fazenda São Bernardo | 40 | 2,0 | - | 1,0 | - | 17,0 | 20,0 |
| TOTAL..... | | 40 | 2,0 | - | 1,0 | - | 17,0 | 20,0 |

Área: a - c/cacaueiros em produção
b - c/cacaueiros em desenvolvimento
c - c/outras culturas
d - com pastagens
e - com matas e capoeiras
f - total de cada imóvel

Beneficiorias e instalações: dispõe de infra-estrutura necessária à colheita e beneficiamento da produção.
O proponente dispõe não dispõe

Localização e acesso ao(s) imóvel(is):
Colônia Canindé - Tomé-Açu PA

Sistema de exploração: Proprietário

Comentários do avaliador: _____

Tomé-Açu (PA) 21 de outubro de 1987

FONTE: Arquivo da CEPLAC, 1987.

De acordo com a ficha técnica da CEPLAC, sobre a análise da Fazenda São Bernardo, propriedade de Arnésio Rodrigues de Souza, visitada em outubro de 1987, tinha recebido o financiamento do Banco do Brasil, no valor de trinta mil e quinhentos cruzeiros para o cultivo do cacau. Para a CEPLAC a área tinha um potencial de produção equivalente a 40 arrobas de grãos de cacau, uma arroba no Brasil são praticamente 15 kg. Neste caso, no total estimava-se que a propriedade produziria 600

kg de grãos secos por safra da fruta. O que representava uma renda significativa ao agricultor, e também o pagamento das dívidas que este devia ao banco pelo financiamento. Arnésio Rodrigues em entrevista fala

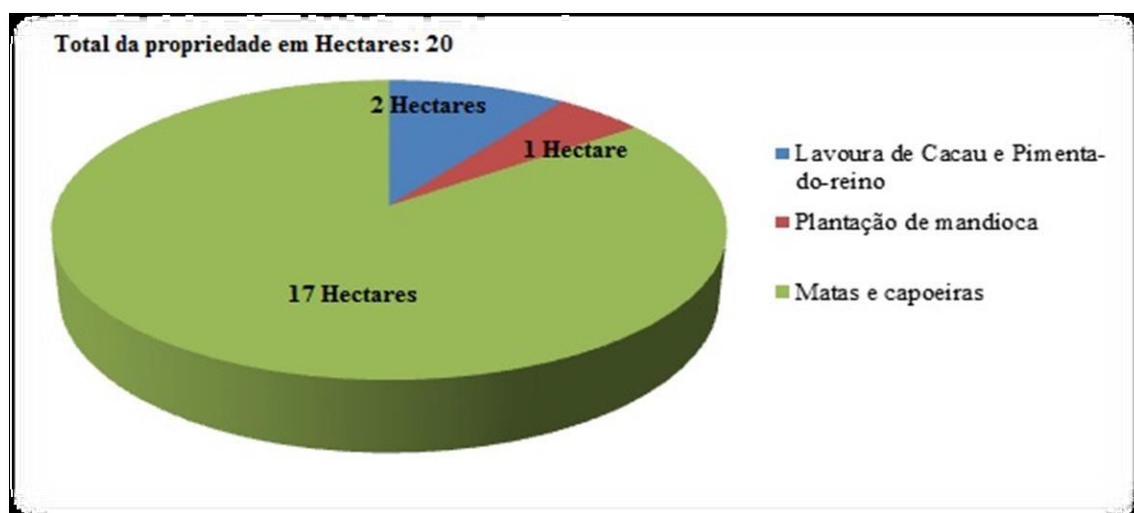
Não lembro bem quanto era pra pagar de volta pro banco, mas lembro que paguei, todo o ano a gente tinha de pagar uma parcela da conta, mais os lucros eram bons, fiz uma casa aqui, comprei outra na vila Forquilha, assim ia melhorando a nossa vida, mas o banco não dizia que ia tomar a terra não, até por que eu paguei a conta, mas ele não tomou de ninguém a terra não, só sei que o cacau deu dinheiro pra gente, até hoje tem pés de cacau por aqui, é um fruto que dura muito.

Segundo o relato, a maioria dos agricultores que receberam os benefícios conseguiu quitar suas dívidas com o banco, pois como afirmou, “o cacau teve êxito”. Fato narrado pelo agricultor José Josias Leite, em que destacou que

O cacau era um fruto rico, não precisava de muitos cuidados, só no começo, mas depois de um ano era só limpar e adubar, era produção pra mais de dez anos, como a gente plantava cacau, pimenta-do-reino, a gente tinha renda o ano todo, porque quando acabava a safra de um começava a do outro, assim era plantação mista dando renda sempre. Com a renda a gente conseguia pagar as contas, inclusive do banco.

Mesmo com as plantações de cacau, os agricultores não deixaram de plantar outras culturas, e também de deixar áreas de matas e capoeiras, espécies de reservas dentro de suas propriedades, para que possam futuramente incluir novos plantios, assim como descrito na ficha técnica da CEPLAC.

GRÁFICO 02: Propriedade de Arnésio Rodrigues de Souza (1987)



A propriedade de Arnésio Rodrigues de Souza, em 1987, totalizava vinte hectares, duas estavam ocupadas pelo plantio da cultura do cacau, e um hectare estava com outras culturas, como a mandioca. Segundo o próprio proprietário a pimenta-do-reino dividia o

mesmo espaço do cacauero, assim caracterizando uma miscigenação de culturas. O cacau sendo financiado pelos órgãos públicos e a pimenta-do-reino era de cunho privado do proprietário. O restante da propriedade eram áreas de matas e capoeiras, ocupando a maioria da propriedade.

Dentro da ficha que descreve os aspectos da propriedade e do proprietário, há um fator que é de extrema importância a trajetória do migrante posseiro de terras na região de Canindé. Nas últimas linhas da ficha existe um campo a ser preenchido com a indagação, *sistema de exploração*. Para que a resposta seja referente a origem da exploração, deve-se identificar, dentro do conteúdo da ficha a indagação, quem explora a área avaliada e desenvolve as atividades que culminam nas intervenções no espaço do terreno. A resposta que o técnico deveria preencher para que fosse assegurado o financiamento devia ser a confirmação de que se trata de uma propriedade legitimamente ocupada. Nesse sentido, a ficha técnica da CEPLAC afirma que o senhor Arnésio Rodrigues de Souza era o proprietário da área que ocupa no momento da verificação, assegurando que todo o processo ao que o imigrante maranhense se expôs teve êxito. Através do seu trabalho possibilitou que o acesso terra foi possível.

A avaliação da propriedade e a positiva afirmação do êxito do financiamento fazem crescer ainda mais a economia da região do Canindé, surgindo no povoado de Forquilha pequenos comerciantes, que compravam os grãos de cacau e pimenta-do-reino dos cultivadores. Assim criavam um diálogo econômico na própria região, logo apareceram comércios para que os agricultores comprassem suas necessidades no próprio vilarejo e pudessem deixar suas economias provenientes de seus trabalhos em suas lavouras no próprio território Canindé, significando assim um passo na vida dos moradores da região.

Toda a integração envolvendo os migrantes e colonos já estabelecidos na região, as relações de trabalho desenvolvida, marcada pelo esforço e cooperação e solidariedade chega a um estágio que demonstra o êxito da ocupação. Nesse sentido, os nordestinos, que se tornaram moradores de Tomé-Açu, especificamente região de Canindé, conseguiram ter acesso a terras, e mesmo que alguns involuntariamente, inserir suas culturas neste novo território, assim caracterizando fragmentos das experiências da vida no Nordeste em terras do Pará, no município de Tomé-Açu.

CONCLUSÃO

No final do século XX, uma quantidade expressiva de sujeitos de alguns municípios do Maranhão rumou ao Pará, em busca de melhorias econômicas. Nesse contexto, o Estado de origem vivia problemas relacionados ao clima que não era propício a cultura da mandioca, e os pequenos agricultores perdiam espaço para os grandes latifundiários. Também importante ressaltar que as atividades extrativistas tinham baixo valor de mercado, principalmente no que diz respeito ao Babaçu, uma das fontes de renda dos sujeitos (MESQUITA, 2011).

Os migrantes quando chegaram ao vale do Acará não tiveram acesso imediato a terras, primeiro foram submetidos aos trabalhos em fazendas de pimenta do reino de proprietários japoneses, se submeteram ao processo migratório, a trabalhos, enfrentaram conflitos. Na década de sessenta nordestinos de diferentes Estados passaram a ocupar a região do Canindé, no início de 1970 o número de maranhenses superou outros grupos de migrantes, o aumento do fluxo migratório de maranhenses se deu por conta dos problemas sociais ocorridos no Maranhão que impossibilitaram a permanência principalmente dos sujeitos que desempenhavam trabalhos ou dependiam das terras.

No período inicial da criação da colônia do Canindé já havia incentivo do serviço público, materializado pelas doações de terras e animais feitas pela prefeitura de Tomé-Açu no período da gestão de Ney Carneiro Brasil. Nesse sentido o governo do município de Tomé-Açu, recém-criado, pretendia reorganizar a ocupação da região do Canindé, e reforçar a agricultura local. Assim a intenção era de desenvolver a região através da agricultura. Na história recente dos municípios da região do Nordeste do Pará, o discurso da agricultura para o desenvolvimento foi usado, principalmente pelo fato das terras da região serem consideradas propícias para as práticas agrícolas (NUNES, 2007).

Com a ocupação da região pelos nordestinos, a partir da década de 1970, principalmente com a chegada dos maranhenses, surge à necessidade da criação de uma estrutura. Principalmente para a formação escolar das crianças, e as práticas dos cultos católicos, principal religião do período. Podemos concluir que esses ambientes, servem também de lugar de interação, onde os migrantes se relacionavam. Através do contato dos moradores nesses ambientes, criaram-se vínculos entre os colonos, influenciando na permanência dos migrantes na região. Os homens que chegaram a partir de 1970,

costumavam ir à igreja e ao campo de futebol, ou mesmo as escolas, não somente para desempenhar a tarefa que o local era destinado, mas para conhecer a população que já habitava a região. Portanto os locais serviam também de espaços onde os homens se relacionavam, onde casais começaram uma união.

A partir do êxito da ocupação e criação da região do Canindé, os sujeitos começaram a se organizar. Assim desempenhando atividades para sanar a dependência que tinham das cidades, isso referenciando ao comércio e os mercados de compra de pimenta do reino e cacau, que estavam situados em Quatro-Bocas e Tomé-Açu. A partir de 1975, a vila de Forquilha já aparece como cenário comercial para servir aos moradores da região do Canindé. As compras básicas, as atividades educacionais e religiosas começam a serem centralizadas em Forquilha. Também atividades de lazer e distração, como torneios de futebol e festejos usam Forquilha como local de execução. Assim o povoado se consolida como importante centro comercial de Canindé, e o terceiro maior aglomerado comercial de Tomé-Açu. Sendo também uma vila em que o comércio, a agricultura e as práticas culturais e religiosas eram desempenhadas pelos colonos de origem nordestina.

Com o ganho de importância que a região do Canindé obteve, seus ocupantes são reconhecidos e suas práticas e história iniciam um processo de relevante. O governo reconhece que os ocupantes são proprietários da região através de políticas de intervenção na economia, pois se um banco, um credor, se prontifica a financiar uma prática agrícola é necessário que o financiado esteja em um território de sua propriedade. Portanto, os nordestinos, sendo os maranhenses a maioria, que migraram para Tomé-Açu passam a ser reconhecidos pelos órgãos do Estado, como proprietários das terras que ocuparam. Fatores que foram materializados através dos custeios disponibilizados pelo Banco da Amazônia, banco que se propõe a ser um órgão especial do governo federal, que financia o desenvolvimento da região. Nesse sentido, a região do Canindé, principal área de ocupação e colonização de Nordestinos dentro do município de Tomé-Açu, teve investimentos do governo federal.

Através do Ministério do interior, órgão executor de políticas desenvolvimentistas do governo federal, principalmente em região de praticas agrícolas, o Canindé, assim como Tomé-Açu, recebem fomentos para o melhoramento das práticas vinculadas a agricultura. Nesse contexto histórico, a região amazônica como

um todo recebe a intervenção do governo federal para o desenvolvimento. Período esse em que o governo centraliza e organiza ações para que a região seja inserida na ordem da economia da nação. Também importante lembrar que era um fator primordial no que diz respeito à segurança nacional transformar a Amazônia em um campo de atuação do governo (PRATES, 2011).

A Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira foi inserida no contexto do município de Tomé-Açu no final da década de 1960. Sendo que muitos colonos do Canindé foram financiados pelo Banco do Brasil, principal financiador de políticas voltadas à agricultura do governo federal, para cultivarem cacau com o apoio técnico da CEPLAC. A partir de 1985 o cacau tornou-se um importante produto de domínio dos colonos. Também serviu como uma alternativa de renda mais prolongada, visto que a safra do cacau e da pimenta do reino acontece em períodos diferentes, assim possibilitando aos agricultores que cultivavam as duas culturas, renda o ano todo, minimizando as dificuldades dos colonos agricultores beneficiados.

Com toda a discussão que compõe este trabalho, pode ser percebido, que mesmo com as dificuldades e incertezas, a criação da colônia do Canindé e o desenvolvimento e importância que a região adquiriu, mostra o êxito dos colonos. Pode ser dito que os colonos foram capazes de transformar antigas metas e objetivos em ações que, em parte, satisfaziam seus interesses. Em Canindé, os migrantes nordestinos foram capazes de formar vilas, constituir propriedades e assegurar uma vida rural marcada por ações de companheirismo, solidariedade e construções de estratégias para assegurar os benefícios das agências públicas, em um misto de experiências cotidianas, conflitos e estratégias de lidar com as ações governamentais.

Neste misto da vida rural no Brasil, o norte e nordeste se cruzam, pois um sujeito carrega suas vivências, experiências, o homem é sua região, ele que a caracteriza. Somando a isso ainda podemos ir além, países se cruzam no meio da Amazônia, Tomé-Açu, surgiu da imigração e colonização de japoneses, que se relacionaram com nacionais no cotidiano, nessas relações os diferentes sujeitos conflitaram, solidarizaram. Mesmo com esses fatos, a historiografia ainda caminha frágil em relação a Tomé-Açu, sendo os japoneses principais atores sociais trabalhados, muitas vezes encobrindo outras vertentes e sujeitos da história. Foi nesse recorte, de mostrar a história dos trabalhadores, migrantes, colonos que ocuparam o vale do Acará nas décadas de 1960 e

1970, que tiveram acesso a terras ou mesmo que desistiram, voltaram para suas terras de origem que a pesquisa debruçou. Os resultados são frutos de conversas com sujeitos e documentos, de escutar o passado de sons ofegantes, de rememorar. Tomé-Açu não surgiu dos esforços de um grupo, mas de homens e mulheres de diferentes regiões, que em suas ações isoladas fortaleceram a economia da região e tiveram reconhecimento do Estado através de políticas desenvolvimentistas, materializadas através de concessões de terras, financiamentos e custeios.

RELAÇÃO DE FONTES

Arquivo público do Maranhão

Jornal do Maranhão. Data:01.01.1962.

Ed.3.035.

Biblioteca da UFMA. Campus São Luís.

Mapa do Baixo Parnaíba Maranhense, 1995.

Lei das terras Número nº 2.979, de 17 de julho de 1969

Legislações de terras do Estado do Pará 1964 a 1977.

Coluna Flash Social. 08.09.1959. O paraense.

Anúncio da estimativa da economia da pimenta do reino de Tomé-açu.

Biblioteca municipal de Santa Quitéria do Maranhão.

Livro Biografia de Manuel da Silva Costa

Biblioteca da Sudam

Relatórios de projetos da SUDAM. Pronopar.

Arquivo da Câmara municipal de Tomé-açu.

Atas da Câmara municipal de Tomé-açu. 1972.

Arquivo econômico da Secretaria de administração de Tomé-açu.

Folha de pagamento dos funcionários públicos que atuavam na Colônia do Canindé.

Arquivo da associação de trabalhadores rurais do Canindé.

Ata de reunião da associação de trabalhadores rurais do Canindé. 05.04.1984.

Arquivo da CEPLAC (Comissão Executivo do Plano da Lavoura Cacaueira).

Laudos técnicos da CEPLAC.

Jornal Nikkey Shimbun

Arquivo da Associação Cultural de Tomé-Açu

FONTES IMAGÉTICAS

IMAGEM 01: Mapa da região do Parnaíba-Maranhão- Disponível no Acervo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

IMAGEM 02: Residência de Maranhenses migrantes - Santa Quitéria-MA. 2014 – Disponível no acervo particular de José Wilson.

IMAGEM 03: Manoel Silva Costa (1982)Disponível no acervo da Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão.

IMAGEM 04: Anúncio de voos semanais entre vários destinos Norte e Nordeste. Disponível no acervo iconográfico da UFMA - Anuncio jornal do Maranhão 01.01.1962. Ed.3.035.

IMAGEM 05: Desfile de maquinários agrícolas de Japoneses em Tomé-Açu, 1960– Disponível no acervo particular de Elielson Cabral de Aguiar. 2015.

IMAGEM 06: Trapiche municipal de Tomé-Açu – 1960. - Disponível no acervo pessoal de Elielson Cabral de Aguiar. 2015.

IMAGEM 07: Colheita de Pimenta do reino – Tomé-Açu, 1960.Disponível no cervo particular de Elielson Cabral de Aguiar. 2015.

IMAGEM 08: Escola Municipal de Ipitinga, 1967. Disponível no acervo da Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Tomé-Açu(SEMED-TA), 2015.

IMAGEM 09: Derrubada de árvore em Tomé-Açu Pará (1963) Disponível no acervo particular de Mayara Bianca 2015

IMAGEM 10: “Larápios”. Suspeitos de roubo de pimenta-do-reino em Tomé-Açu. 1962.Disponível no acervo pessoal de Mayara Bianca 2015

IMAGEM 11: Lotes de Japoneses em Tomé-Açu no vale do Acará. Disponível no acervo do Museu da Nipo Brasileira em Tomé-Açu.

IMAGEM 12: Hospital Água Branca em Tomé-Açu no vale do Acará. 1961Disponível no arquivo da Associação Cultural de Tomé-Açu- 2017

IMAGEM 13: Prédios municipais, Construídos na gestão de Ney Carneiro Brasil (1962). Disponível no acervo pessoal de Elielson Cabral de Aguiar – 2016

IMAGEM 14: Campanha de Ney Carneiro Brasil a Deputado estadual. Porto Municipal de Tomé-Açu–Disponível do acervo particular de Telmir Matos (2014)

IMAGEM 15: Boletim escolar de Andréa Silva – 1989- Disponível no acervo particular de Maria de Jesus Pontes de Souza-2015

IMAGEM 16: Turma de 1981 da Escola Jarbas Passarinho-Vila Água Azul–Disponível no acervo particular de M^a do Rosário Costa Lima

IMAGEM 17: Comprovante emitido pelo banco da Amazônia à José Josias Leite (1974)
- Disponível no acervo particular de José Josias Leite.

IMAGEM 18: Ficha técnica da CEPLAC - propriedade de Bernardo R. de Souza (1983)
- Disponível no acervo do arquivo da CEPLAC, 1983.

IMAGEM 19: Ficha técnica da CEPLAC - Propriedade de ArnésioR. de Souza (1987)–
Disponível no acervo do arquivo da CEPLAC, 1987.

FONTES ORAIS

CARNEIRO, Francisca Reis, 78 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 07 de julho de 2016, Comunidade São José, Forquilha.

- COSTA, Bernardo Caldas, 76 anos, agricultor aposentado. Entrevista concedida em 12 de junho de 2016, Comunidade São José, Forquilha.

- COSTA, Lúcia de Fátima, 57 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 11 de junho de 2016, Forquilha.

- LEITE, José Josias, 64 anos, agente de endemias. Entrevista concedida em 03 de julho de 2016, Vila Poirão.
- NAGAI, Akira, 76 anos, escritor. Entrevista concedida em 10 de junho de 2015, Quatro-Bocas.
- RODRIGUES, Carlos Alberto, 68 anos, Técnico agrícola aposentado. Entrevista concedida em 05 de julho de 2016, Quatro-Bocas.
- SILVA, Bernardo Soares, 56 anos, agricultor. Entrevista concedida em 14 de julho de 2015, Comunidade São José, Forquilha.
- SILVA, Deuzuite Santos, 87 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 16 de julho de 2016, vila Água Azul.
- SILVA, Maria da Conceição de Souza, 53 anos, agricultora. Entrevista concedida em 04 julho de 2016, Comunidade São José, Forquilha.
- SILVA, Prisco dos Santos Rodrigues, 53 anos, radialista. Entrevista concedida em 10 de Julho de 2016, vila Água Azul.
- SILVA, Senhorinha de Belém Malcher, 67 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 05 de julho de 2016, Ramal dos paraibanos.
- SOUZA, Arnésio Rodrigues, 85, agricultor aposentado. Entrevista concedida em 28 de junho de 2016, Vila Poirão.
- SOUZA, Dugés Crispim, 56 anos, agricultor. Entrevista concedida em 27 de junho de 2016, Vila Poirão.
- SOUZA, Maria de Jesus Pontes, 50 anos, professora de história. Entrevista concedida em 16 de junho de 2016, vila Forquilha.
- SOUZA, Raimunda Rosalda Pontes, 75 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 06 de julho de 2016, vila Forquilha.
- OLIVEIRA, Maria de Jesus, 57 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 16 de agosto de 2016.
- SANTANA, Hilton, 64 anos, aposentado. Entrevista concedida em 08 de setembro de 2016.
- MENDES, Austriclíneo Viana, escritor aposentado. Entrevista concedida em 14 de outubro 2016.
- COSTA, Gerônimo, agricultor aposentado. Entrevista concedida em 12 de novembro de 2016.
- OLIVEIRA, Celma Sileide. Professora. Entrevista concedida em 02 de dezembro de 2016.

- SOUSA, Silvio, agricultor aposentado. Entrevista concedida em 06 de janeiro de 2017.
- RAMOS, Elizan. Professora aposentada. Entrevista concedida em 09 de Janeiro de 2017.
- RAMOS, Milton. Agricultor aposentado. Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2017.
- NOZINHO, Francisco das Chagas. Agricultor aposentado. Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2017.
- BALEEIRO, Antônio. Agricultor aposentado. Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2017.
- PEREIRA, José. Agricultor, entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2017.
- SOUZA, Árnésio Rodrigues. Agricultor, entrevista concedida em 13 de fevereiro de 2017.
- RAMOS, Elizan. Professora, entrevista concedida em 09 de agosto de 2016.
- SOUSA, Maria de Jesus Pontes, Professora, entrevista concedida em 06 de agosto de 2016.
- FONSECA, Ademar. Aposentado. Entrevista concedida em 16 de setembro de 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife; Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massagana, São Paulo, Cortez: 1999.
- AGUIAR, Elielson Cabral. *O homem do Povo: Ney Carneiro e sua trajetória*. Tomé-Açu- 2014.
- ASSUNÇÃO, Noyanna da Silva. *Do seco ao molhado: Colônia agrícola e migração nordestina em Monte Alegre-PA no século XX*. UFPA, Cametá-PA, 2015.
- BACHA, Carlos José Caetano. & PRASTES, Rodolfo Coelho. *Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia*. Economia e Sociedade, Campinas-SP, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011.
- BARCELLOS, M. M. & COSTA, W. S. População. In: *FIBGE. Geografia do Brasil – Região Norte*. Rio de Janeiro, 1991.
- BECKER, Berta. *Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência - Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?* p. 135-159. *Parcerias Estratégicas*, n.12, set. 2001.
- BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- BRASIL, M. C. *Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória*. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 13, n. 1, jan./jul. 1997.
- BRASIL. Presidência da República. *Metas e bases para a ação de governo*. Brasília, 1970.
- CAVALCANTE, Flavia Costa. *O processo migratório na Amazônia vinculado à mobilidade pelo trabalho – o caso da UHE de Tucuruí*. In. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. *Anais.. USP, São Paulo, 2005*.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.
- CASTRO, Sueli Pereira e outros. *A Colonização Oficial em Mato Grosso*. “a nata e a borra da sociedade”. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
- CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estudios sobre “lagran obra de lapropiedad*. Barcelona: Crítica, 2007.
- CONGOST, Rosa & SANTOS, Rui. *From formal institutionstothe social contextsofproperty*. In: CONGOST, Rosa & SANTOS, Rui (ed.). *Contexts of property in Europe: the social embeddedness of property rights in land in historical perspective*. Turnhout: Brepols, 2010, p. 15-38.

COSTA, Nilzane Costa, RODRIGUES, Savio José Dias. *ENTRE A MISÉRIA E A MORTE: estudo acerca da migração de trabalhadores maranhenses para o trabalho escravo*. VII Jornada Internacional de Políticas públicas. UFMA. 2015.

FLOHRSCUTZ, G. *Análise econômica de estabelecimentos rurais no município de Tomé Açu, Pará: um estudo de caso*. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1983. (Documento,19).

FONTES, Edilza, MALHEIROS, Rogério e MESQUITA, Thiago Broni. *Na estrada da memória: a história de Abel Figueiredo(1950-2012)*. Belém: Paka Tatu, 2012.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASPAR, Rafael Bezerra. *Mobilização e justiça ambiental: Resistência camponesa e as transformações agrárias no Médio Mearim e Leste Maranhense*. Anais da Associação Brasileira de Antropologia, s/d, p. 1-11.

GROSSI, Paolo. *História da propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

HANN, C. *Introduction: the embeddedness of property*. In: HANN (ed.). *Property relations; renewing the anthropological tradition*.Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 1-47.

NOBRE, Erick de Freitas. *Tomé-Açu: Terra da pimenta*: UFPA- Tomé-Açu, 2016.

NAGAI, Akira. *Tomé-Açu e os Nikkeys: O bem-te-vi*: Tomé-Açu- ed 02-03. 2007

OMMA, Alfredo Kingo Oyama. *A imigração japonesa na Amazônia: Sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. EMBRAPA. Belém-PA. 2007.

IOTTI, Luiza Horn (org). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KOSSOY, B., Hercules Florence, *1833: A descoberta isolada da fotografia no Brasil*, Livraria Duas Cidades, 2ª ed. rev. e aum.:São Paulo.1980, p.30.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearense no Pará: faces da sobrevivência (1889-1906)*. 2006. Tese (doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2006.

LARANJEIRAS, Raymundo. *Colonização e reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LIMA, Jackeline. *Bravos remadores; Cametaenses em Tomé-Açu*. FACHTO-UFPA-2016.

LOUREIRO, Violeta R ; PINTO, Jax N. Aragão. *A questão fundiária na Amazônia*. Estudos Avançados. UFPA, Belém-PA, 2005.

MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília, IPEA, 1994. (Texto para discussão, 329).

MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha na II Guerra Mundial e suas Consequências para o Vale Amazônico*. São Paulo, Tese Mimeog., FFLCH/USP, 1985.

MARTINS, José de Souza, *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org) *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras: 1998, Vol. 4, p. 659-726.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. *Os Degredados Filhos da Seca*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MESQUITA. B. A. *Expansão e transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: Ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970/2000*. São Luís. 2006 tese (doutorado), co-tutelle, Université de la Sorbonne Nouvelle, PARIS 3 /UFMA.

MESQUITA. B. A. *NOTAS SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA RECENTE EM AREA PERIFÉRICA: As mudanças na estrutura produtiva do Maranhão*. São Luiz, 2011.

MIRANDA. Elane; SOUZA, Rebeca. *O processo de formação de novos territórios na Amazônia: O Caso de Canaã dos Carajás*. In: Anais XVI encontro nacional de geógrafos. Porto Alegre - RS, 2010.

MUNIZ, Jeronimo Oliveira, *Um ensaio sobre as causas e características de migração*. 2 ed. Rio de Janeiro, 2009.

NASCIMENTO, Maria das Graças. *MIGRAÇÕES NORDESTINAS PARA A AMAZÔNIA*. Revista de educação, cultura e meio ambiente- Dez.-Nº 12, Vol II, 1998.

NAGAI, Akira., *Tomé-Açu, Terras e Nikkeis*. Bem-te-vi. Tomé-Açu, 2014.

NUNES, Francivaldo Alves. *A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)*. Dissertação de Mestrado. Belém: PPHIST, 2008.

NUNES, Francivaldo Alves. *Modernidade, Agricultura e Migração Nordestina: Os discursos e a atuação governamental no Pará do Século XIX*. -Revista Eletrônica Cadernos de História: publicação do corpo discente do departamento de história da Universidade Federal de Ouro Preto- Ano II, n. 01, março de 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Uberlino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. – Campinas, SP: Papirus, 1988.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PICOLI, F. *O Capital e a Devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Manaus: Editora da UFAM, 1977.

RIBEIRO, Flávia; *Tomé-Açu. A terra do sol nascente no Pará*. Diário do Pará, Belém, 28 março 2006. Caderno regional. P 11.

ROCHA, Gilberto de Miranda. *A construção da usina hidrelétrica e a redivisão político-territorial da área de Tucuruí*. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo, FFLCH-USP, 1999.

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SALIM, C. A. *Migração: o fato e a controvérsia teórica*. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Campinas: Abep. 3, p.119-144, 1992.

SANTARÉM, Tatiane do Carmo. *Tomé-Açu do rural ao Urbano*. UFPA, Tomé-Açu – 2016.

SANTOS, Rui. *Direitos de Propriedade Fundiária e Estratificação Social Rural: Um Contributo Sociológico*. In: GARRIDO (eds.). *Estudos em homenagem a Joaquim Romero de Magalhães: economia, instituições e Império*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 227-293.

SECRETO, Maria Verônica. *A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos Soldados da Borracha*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, n°. 40, julho/dezembro de 2007.

SILVA, Bruno de Souza. *Em novas terras; Migração nordestina e vida rural na vila de Forquilha. (Pará, 1970-1980)*. UFPA, Tomé-Açu. 2015.

SILVA, Idelma S. *Trajetórias de vida e trabalho: migração e cultura numa região da Amazônia Oriental brasileira*. In: Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 3., 2004, Goiânia.

SMITH, Nigel J. H. *Rainforest Corridors*. Berkeley and Los Angeles, Califórnia: University of California Press, 1982.

SOUZA, André Santos. *Migração de trabalhadores nordestinos a Parauapebas* REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1605-1622, Belém- PA 2013.

SOUZA, Itamar. *Migrações Internas no Brasil*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Mimeog., FFLCH/USP, 1978.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson. *Atuação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) no Mercado Promovendo o Cooperativismo e a Sustentabilidade na Amazônia*. UFPA, Belém-PA 2010.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. *A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios*. Revista ACTA Geográfica, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. pp.59-83.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Thirzia, *A participação feminina na colheita da pimenta-do-reino em Tomé-Açu – 1950 a 1960*. FCHTO-UFPA – Tomé-Açu. 2016.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro, 2009.

VIANA, Austriclineo. *Memórias de Tomé-Açu*. Ed. Única – 2014.